RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
ANUAL

EXERCÍCIO 2024

INSTITUTO
FEDERAL
Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Reitora
Nídia Heringer

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional
Carlos Rodrigo Lehn

Pró-Reitor de Administração
Mírian Kovhautt

Pró-Reitor de Ensino
Patrícia Alessandra Meneguzzi Metz Donicht

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitora de Extensão
Angela Maria Andrade Marinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Bruna Martins Bulegon | Secretaria de Comunicação

REVISÃO TEXTUAL
Raquel da Silva Goularte

Alameda Santiago do Chile, nº 195 – Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685
Santa Maria - Rio Grande do Sul/RS - Tel.: (55) 3218.9800
iffarroupilha.edu.br

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO
DE CONTAS
ANUAL

EXERCÍCIO 2024

Relatório de Gestão do Exercício 2024, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas e orientações do Tribunal de Contas da União.

SANTA MARIA / RS, ABRIL DE 2025

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aplicações em Programas e ações do Governo....34
Quadro 2 – Oportunidades e ameaças ao IFFar - exercício 2024....36
Quadro 3 – Resultados IFFar iGG e iESGo....47
Quadro 4 – Métricas de Pesquisa e Inovação....51
Quadro 5 – Métricas de Extensão - apurado em fev/25....54
Quadro 6 – Métricas de Extensão - apurado em fev/25....54
Quadro 7 – Métricas de Extensão - apurado Proex fev/25....58
Quadro 8 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha do IFFar, incluindo o exercício de 2023....60
Quadro 9 – Execução orçamentária 2024 por Programa e Ação de Governo UO26420....65
Quadro 10 – Execução orçamentária e financeira do Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica que Transforma UO 26420....70
Quadro 11 – Quadro de servidores do IFFar....78
Quadro 12 – Quadro de servidores e respectiva Jornada de Trabalho....78
Quadro 13 – Quadro de servidores por gênero no Instituto Federal Farroupilha....78
Quadro 14 – Nível de qualificação dos servidores do Instituto Federal Farroupilha....78
Quadro 15 – Quantitativo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas no IFFar....79
Quadro 17 – Atestados Registrados....89
Quadro 18 – Perícias....90
Quadro 19 – Processos de Contratações em 2024 por modalidade....96
Quadro 20 – Capacitações realizadas em 2024 (contratação in company)....97
Quadro 21 – Contratos executados e acompanhados....98
Quadro 22 – Intervenções, consolidação e modernização da infraestrutura física....101
Quadro 23 – Total de desfazimentos por conta contábil 2024....102
Quadro 24 – Locação e bens móveis, imóveis....102
Quadro 25 – Veículos que integram a frota do IFFar....104
Quadro 26 – Configuração da estrutura pagadora IFFar....117
Quadro 27 - Dotação Atualizada por Fonte de Recursos....119
Quadro 28 - BO – Dotação + Despesas (Empenhadas + Liquidadas + Pagas)....119
Quadro 29 - Bens Imóveis e Bens Móveis....124
Quadro 30 - Bens Imóveis de Uso Especial - Composição....124
Quadro 31 - Bens móveis - Composição....124
Quadro 32 - BP - Limite de Saque - Por FONTE DE RECURSOS - Gera Cota....126
Quadro 33 - Limite de Saque por vinculação de Pagamento....127
Quadro 34 - Intangível – Composição....128
Quadro 35 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor....129
Quadro 36 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição - UG....130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidades de Ensino do IFFar 18
Figura 2 – Organograma da Reitoria 21
Figura 3 – Organograma simplificado dos campi do IFFar 22
Figura 4 - Estrutura de governança do IFFar 23
Figura 5 – Cadeia de Valor 31
Figura 6 – Custos de Pessoal no Exercício 2024 e nos dois anos anteriores no IFFar 81
Figura 7 -Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 1 119
Figura 8 - Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 2 120
Figura 9 - Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 3 121
Figura 10 - Bens Composição Agrupada 122
Figura 11 - Balanço Patrimonial – Página 1 130
Figura 12 - Balanço Patrimonial - Página 2 131
Figura 13 - Balanço Patrimonial - Página 3 132
Figura 14 - Balanço Financeiro 134
Figura 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Página 1 136
Figura 16 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Página 2 137
Figura 17- Demonstração das Variações Patrimoniais - Página 1 139
Figura 18 - Demonstrações das variações Patrimoniais - Página 2 140
Figura 19 - Demonstrações das variações Patrimoniais - Página 3 141
Figura 20 - Declaração do Contador 142

LISTA DE ABREVITUARAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGU	Advocacia-Geral da União
APLs	Arranjos produtivos locais
ARI	Assessoria de Relações Internacionais
Audin	Auditoria Interna
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAGEPE	Comitê Assessor de Gestão de Pessoas
Cain	Coordenação de Avaliação Institucional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Comissão de Ética
CEA	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
CGEA	Comissão Provisória de Gestão e Educação Ambiental
CGGP	Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CISSP	Comissões Internas de Saúde do Servidor Público
Codir	Colégio de Dirigentes
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Consup	Conselho Superior
Copsia	Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos
CPA	Comissão própria de avaliação
CPPCI	Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios
DCLC	Direção de Compras, Licitações e Contratos
Dead	Diretoria de Educação a distância
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFD	Documento de Formalização de Demandas
DGRC	Diretoria de Governança, Riscos e Controle
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
Dinter	Doutorado Interinstitucional
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DPDI	Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD	Educação a distância
e-JIF	Jogos Eletrônicos dos Institutos Federais
EJA-EPT	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica

EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG	Environmental, Social and Governance
EXPOEDUCAR	Feira que reúne instituições de ensino básico ao ensino superior e tem como objetivo oferecer um espaço informativo à comunidade e auxiliar nas tomadas de decisão sobre escolhas educacionais
EXPOINTER	Feira agropecuária de destaque nacional e internacional, realizada no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, na cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul.
FADERGS	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
Feicoop	Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária
FIC	Formação inicial e continuada
FORCULT	Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras
GRE	Gabinete Reitoria
HGT	Hemoglicoteste
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICT	Instituições de Ciência e Tecnologia
iGestContrat	Índice de capacidade em gestão de contratações
iGestOrcament	Índice de capacidade em gestão orçamentária
iGestTI	Índice de capacidade em gestão de TI
iGG	Índice integrado de governança e gestão públicas
iGovContrat	Índice de governança e gestão de contratações
iGovOrcament	Índice de governança e gestão orçamentárias
iGovPub	Índice de governança pública
iGovPessoas	Índice de governança e gestão de pessoas
iGovTI	Índice de governança e gestão de TI
IFFar	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
JIF	Jogos das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica
LAI	Lei de acesso à informação
LGDP	Lei Geral de proteção de Dados Pessoais
LOA	Lei orçamentária anual

MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
MEIs	Empreendedores Individuais
MEPT	Mostra da Educação Profissional e Tecnológica
Minter	Mestrado Interinstitucional
MOOC	Massive Open Online Courses
MPEs	Micro e Pequenos Empreendedores
NAC	Núcleo de Arte e Cultura
NAI	Núcleos de Ações Internacionais
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
ND	Natureza de demanda
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NSST	Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho
NUGEA	Núcleos de Educação e Gestão Ambiental
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAB	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano Anual de Contratações
PCA	Plano de Contratações Anual
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de PessoasTYranqu
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PET	Programa de Educação Tutorial
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIDes	Programa Institucional de Desenvolvimento
PGC	Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PGD	Programa de Gestão e Desempenho
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIIQP	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional
PIIQP-AD	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Auxílio Deslocamento
PIIQP-AM	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Auxílio Mensalidade
PIIQP-BE	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional Bolsa de Estudo
PIIQPE	Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais
PIN	Pesquisa Institucional
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPCI	Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio
PPP	Perfil Profissiográfico Previdenciário
PPSI	Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PRDI	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proad	Pró-Reitoria de Administração
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Proen	Pró-Reitoria de Ensino
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
Projur	Procuradoria Jurídica
PRPPGI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PSI	Política de Segurança da Informação
QVT	Qualidade de Vida no Trabalho
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RNP	Registro Nacional Profissional
REGIES	Rede Gaúcha das Instituições para a Educação Sustentável
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Educação
SEGES	Secretaria de Gestão e Inovação
Segov	Secretaria de Governança
SESCOOP RS	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SGD	Secretaria de Gestão e Desempenho
SGDP	Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal
SGP	Sistema de Gestão Pedagógica
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Sicaf	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SIEPES	Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação para a Sustentabilidade

SIG	Sistema Integrado de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGGP	Sistema Integrado de Gestão de Pessoas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SIPAC	Sistema de Controle Patrimonial
SIPEC	Sistema Orgânico e Estruturador de Gestão de Pessoas
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SIS	Sistema Integrado de Seleção
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRP	Sistema de Registro de Preços
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TAE	Técnico-administrativo em Educação
TCU	Tribunal de Contas da União
TEDs	Termos de Execução Descentralizadas
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UASG	Número composto de 6 dígitos que identifica a Unidade Administrativa de Serviços Gerais.
UFN	Universidade Franciscana
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICRED	Confederação Nacional das Cooperativas Centrais
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA REITORA 15

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 17

2.1. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha... 17

2.1.1. Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:. 19

2.1.2. Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:..... 19

2.1.3. Missão 20

2.1.4. Visão 20

2.1.5. Valores 21

2.2. A estrutura organizacional..... 21

2.3. Estrutura de governança..... 23

2.3.1. Instâncias internas de governança..... 24

2.3.2. Instâncias internas de apoio à governança..... 24

2.3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna – Audin..... 29

2.4. . Cadeia de valor e modelo de negócio 31

2.5. Políticas e programas de governo..... 32

2.6. Relação com o ambiente externo..... 35

2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos 43

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 44

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 46

4.1. Governança 46

4.2. Relacionamento com partes interessadas e controle social..... 48

4.2.1. Ouvidoria 48

4.2.2. Serviço de Informação ao Cidadão..... 49

4.3. Resultados de desempenho 50

4.3.1. Métricas de Pesquisa e Inovação 50

4.3.2. Métricas de Extensão 53

4.3.3. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha..... 59

4.3.3. 1. Análise crítica dos indicadores acadêmicos – PNP 2025 Ano Base 2024..... 60

4.3.3. 1. Eficiência Acadêmica..... 60

4.3.3. 2. Conclusão Ciclo 60

4.3.3. 3. Taxa de Evasão, Evasão Ciclo e Retenção Ciclo..... 60

4.3.3. 4. elação Inscritos/Vagas e Taxa de Ocupação 60

4.3.3. 5. elação Matrícula por Professor (RAP) 60
4.3.3. 6. Análise crítica dos indicadores administrativos – PNP 2025 Ano Base 2024 60
4.3.3. 7. Análise crítica dos indicadores socioeconômicos – PNP 2025 Ano Base 2024..... 60
4.3.3. 8. Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas – PNP 2025 Ano Base 2024 60
4.4. Correição 60

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 64
5.1. Gestão orçamentária, financeira e de custos 64

6. GESTÃO DE PESSOAS (DGP) 75
6.1. Conformidade legal..... 75
6.1.4. Órgãos de Controle 75
6.2. Avaliação da força de trabalho 76
6.2.5. Quantidade de cargos gerenciais ocupados 78
6.2.6. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas 78
6.3. Detalhamento da despesa de pessoal..... 80
6.4. Estratégias de gestão de pessoas 81
6.4.1. Estrutura das Carreiras, Avaliação de desempenho e remuneração 81
6.4.2. Capacitação: estratégia e números 82
6.4.3. Levantamento de necessidades de desenvolvimento..... 85
6.4.4. Programa de Gestão - consolidação e ampliação..... 85
6.4.5. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar 86
6.4.5. 1. Ações em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida: 87
6.4.5. 2. Atividades em Perícia Oficial em Saúde 88
6.4.6. Segurança no Trabalho 90
6.4.7. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE) 93
6.5. Desafios e perspectivas 93

7. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS..... 94
7.1. Conformidade legal..... 94
7.2. Principais tipos de serviço ou bens 95
7.3. Contratações diretas 97
7.4. Desafios e perspectivas..... 98

8. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA 99
8.1. Conformidade legal 99
8.2. Fontes de investimento de capital 99
8.3. Desfazimento de ativos 101
8.4. Locações de imóveis e equipamentos 101
8.5. Mudanças e desmobilização relevantes 102
8.6. Principais desafios e ações futuras 102
8.7. Gestão de Frota no IFFar 103
8.7.1. Perspectivas Futuras: rumo a uma frota mais eficiente e sustentável 104

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 106
9.1. Conformidade legal 106
9.2. Modelo de governança de TI 106
9.3. Montante de recursos aplicados em TI 107
9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI 108
9.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI 108
9.6. Segurança da informação 109
9.7. Principais desafios e ações futuras 109

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 110
10.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições .. 111
10.1.1.Possíveis Impactos Ambientais 111
10.1.1. 1. Diretrizes Ambientais 112
10.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais 112
10.3. Redução de resíduos poluentes 113

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 115
11.1. Estrutura Organizacional do Órgão 115
11.2. . Estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha 116
11.3. Base de preparação das demonstrações contábeis 116
11.4. Resumo das práticas e critérios contábeis 117
11.4.1. Orçamento público 117
11.4.2. Ente público 117
11.4.3. Despesa pública 117

11.4.4. Recursos orçamentários e recursos financeiros 117
11.5. Balanço Orçamentário 118
11.6. Balanço Patrimonial 122
11.6.1. . Intangível 127
11.6.2. Fornecedores e Contas a Pagar 128
11.7. Balanço Financeiro 133
11.7.1. Análise Horizontal 133
11.7.2. Análise Vertical 133
11.8. Demonstração de Fluxo de Caixa 135
11.9. Demonstração das Variações Patrimoniais 138

12. DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA 142

1. MENSA GEM DA REITORA

O Relatório de Gestão anual sistematiza e fornece as principais informações sobre recursos humanos e orçamentários, assim como sobre os processos e os resultados institucionais. Ele articula diretamente as finalidades e competências do IFFar enquanto autarquia, criada pela Lei Nº 11.892, de 2008, e está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI 2019-2026.

Reunindo uma amostra da complexidade de contextos pedagógicos – de processos de ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão e inovação – e administrativos, o Relatório de Gestão 2024 retrata um cenário de significativas alterações na pauta da Rede Federal de EPCT. Em 2024, a partir da Criação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - foram definidas prioridades de Consolidação (obras de refeitórios e bibliotecas) e de Expansão com anúncio de criação de novos campi de Institutos Federais, ocorrido em 12 de março de 2024.

No contexto do PAC Expansão, o IFFar iniciou a implantação de dois novos *campi* — São Luiz Gonzaga e Caçapava do Sul. Nessa ação, destaca-se uma alteração importante no funcionamento do IFFar: o *Campus* Avançado Uruguaiana. Em 2024, com portaria ministerial, de *Campus* Avançado, Uruguaiana passou a ser *Campus*. Sua tipologia foi alterada, e ele não mais se vincula ao *Campus* São Borja que foi responsável por sua implantação.

Já a etapa de Consolidação 2024 alcançou os *campi* que não possuem ainda espaços definidos como prioritários ao atendimento estudantil – bibliotecas, refeitórios. Há Bibliotecas em construção nos *campi* Uruguaiana, Jaguari, Santo Ângelo e Panambi. Há Refeitórios novos sendo construídos nos *campi* Uruguaiana e Jaguari, bem como ampliações e reforma nos refeitórios dos *campi* São Vicente do Sul e Frederico Westphalen.

Ressalta-se que 2024 foi também um ano de complexidades advindas do cenário climático – o período de Calamidade Pública no RS alcançou unidades do IFFar tanto no atinente à infraestrutura, que exigiu reparos, quanto a situações de necessidade de auxílio aos estudantes atingidos que foram atendidos com auxílio financeiro específico, a partir de recurso extraorçamentário definido pela SETEC-MEC.

Como previsto no PDI 2019–2026, o ano de 2024 registrou a abertura de novos cursos, com formalização de novas ofertas com início em 2025, de acordo com as resoluções do Consup que tratam dessa temática.

Em 2024, o IFFar teve realizado o seu processo eleitoral para escolha democrática dos Diretores Gerais dos *Campi* e Reitor. O processo ocorreu no segundo semestre de 2024, e o novo mandato dos gestores eleitos iniciou em 02 de fevereiro de 2025, acompanhando o Decreto de recondução da reitora: Decreto Presidencial de 30 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2025.

Para a apresentação dos resultados dos indicadores de ensino da Rede Federal de EPCT, é utilizada a base de dados usada para os indicadores do TCU (ensino e pessoal): a Plataforma Nilo Peçanha – PNP. A partir da plataforma Sistec-PNP, foram coletados os dados, inclusive dos indicadores das atividades finalísticas. Contudo, a publicação desses resultados está prevista para ocorrer no mês de maio.

Dado os fatos expostos e analisados no Relatório de Gestão, compreende-se que o ano de 2024 foi desafiador e apresentou complexidades de diferentes ordens: pedagógicas, administrativas, orçamentárias e climáticas. Mesmo assim, o IFFar teve muito a comemorar, não só pela expansão e consolidação, mas por manter e por avançar na qualidade do serviço ofertado. Em 2024, o IFFar passou por recredenciamento da EaD, avaliação em que recebeu conceito 5; além de manter, pelo 8º ano consecutivo, a nota 4, de uma escala de 1 a 5, do Índice Geral de Cursos – IGC.

Por fim, e tão importante quanto os êxitos e superação de adversidades, é o efetivo e irrestrito comprometimento da comunidade acadêmica e a atuação qualificada das equipes de gestão de todas as unidades. É esse conjunto – de pessoas, de saberes, de habilidades, de experiências – que possibilita concretizar o que está planejado e planejar o que precisa e o que pode melhorar na oferta da educação pública, qualificada e referenciada que o IFFar entrega para a sociedade brasileira.

Nídia Heringer
Reitora do IFFar

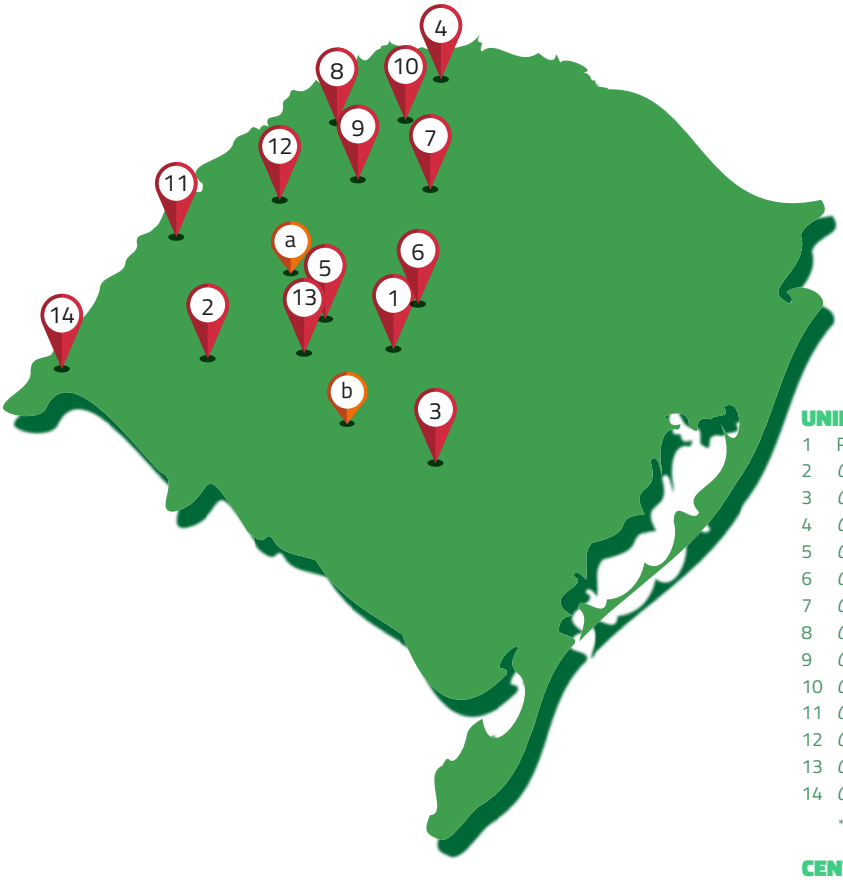
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — IFFar constitui-se como uma instituição pública e gratuita e vinculada ao Ministério da Educação. Foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

O IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A instituição fica localizada no Estado do Rio Grande do Sul e constitui-se de 11 campi; 2 centros de referência; 13 polos de Educação a Distância (EaD) e 7 polos-sedes UAB (Universidade Aberta do Brasil). Recentemente, por meio da Portaria do Ministério da Educação nº 411, de 7 de maio de 2024, o *Campus*-Avançado Uruguaiana teve sua tipologia alterada, passando a ser *Campus* Uruguaiana, tipologia 40/26. Em Março de 2024, a partir do anúncio dos recursos do Novo PAC destinados para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFFar passará a contar, em breve, com duas novas unidades, localizadas nos municípios de Caçapava do Sul e São Luiz Gonzaga. Trabalha com a oferta de cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância. Adicionalmente, a unidade Reitoria está sediada no município de Santa Maria, região Central do Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Unidades de Ensino do IFFar



UNIDADES

1 REITORIA
2 *CAMPUS* ALEGRETE
3 *CAMPUS* CAÇAPAVA DO SUL *
4 *CAMPUS* FREDERICO WESTPHALEN
5 *CAMPUS* JAGUARI
6 *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS
7 *CAMPUS* PANAMBI
8 *CAMPUS* SANTA ROSA
9 *CAMPUS* SANTO ÂNGELO
10 *CAMPUS* SANTO AUGUSTO
11 *CAMPUS* SÃO BORJA
12 *CAMPUS* SÃO LUIZ CONZAGA*
13 *CAMPUS* SÃO VICENTE DO SUL
14 *CAMPUS* URUGAUAINA

**campus* em implantação

CENTROS DE REFERÊNCI A

a SANTIAGO
b SÃO GABRIEL

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar— DPDI (2024)

2.1.1. Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:

» Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

» Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

» Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

» Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de sua atuação;

» Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

» Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

» Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

» Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

» Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente as voltadas à preservação do meio ambiente.

2.1.2. Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:

» Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

» Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

» Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

» Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

» Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

» Ministrar, em nível de educação superior: cursos de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, com foco na formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2026 apresenta a missão, a visão e os valores institucionais do IFFar:

2.1.3. Missão

MISSÃO

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

2.1.4. Visão

VISÃO

Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

2.1.5. Valores

VALORES

a) Ética;

b) Solidariedade;

c) Responsabilidade social, ambiental e econômica;

d) Comprometimento;

e) Transparência;

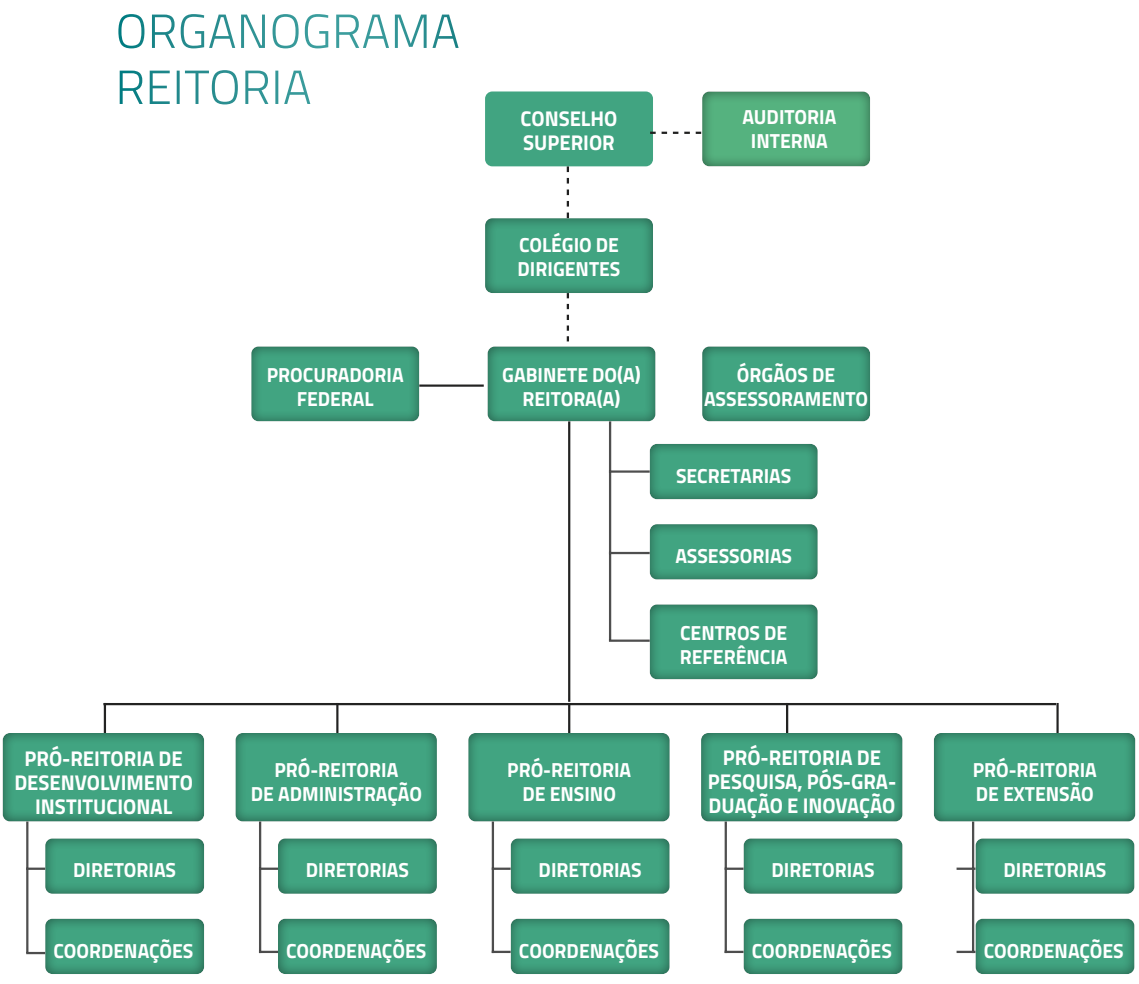
f) Respeito;

g) Gestão democrática; e

h) Inovação.

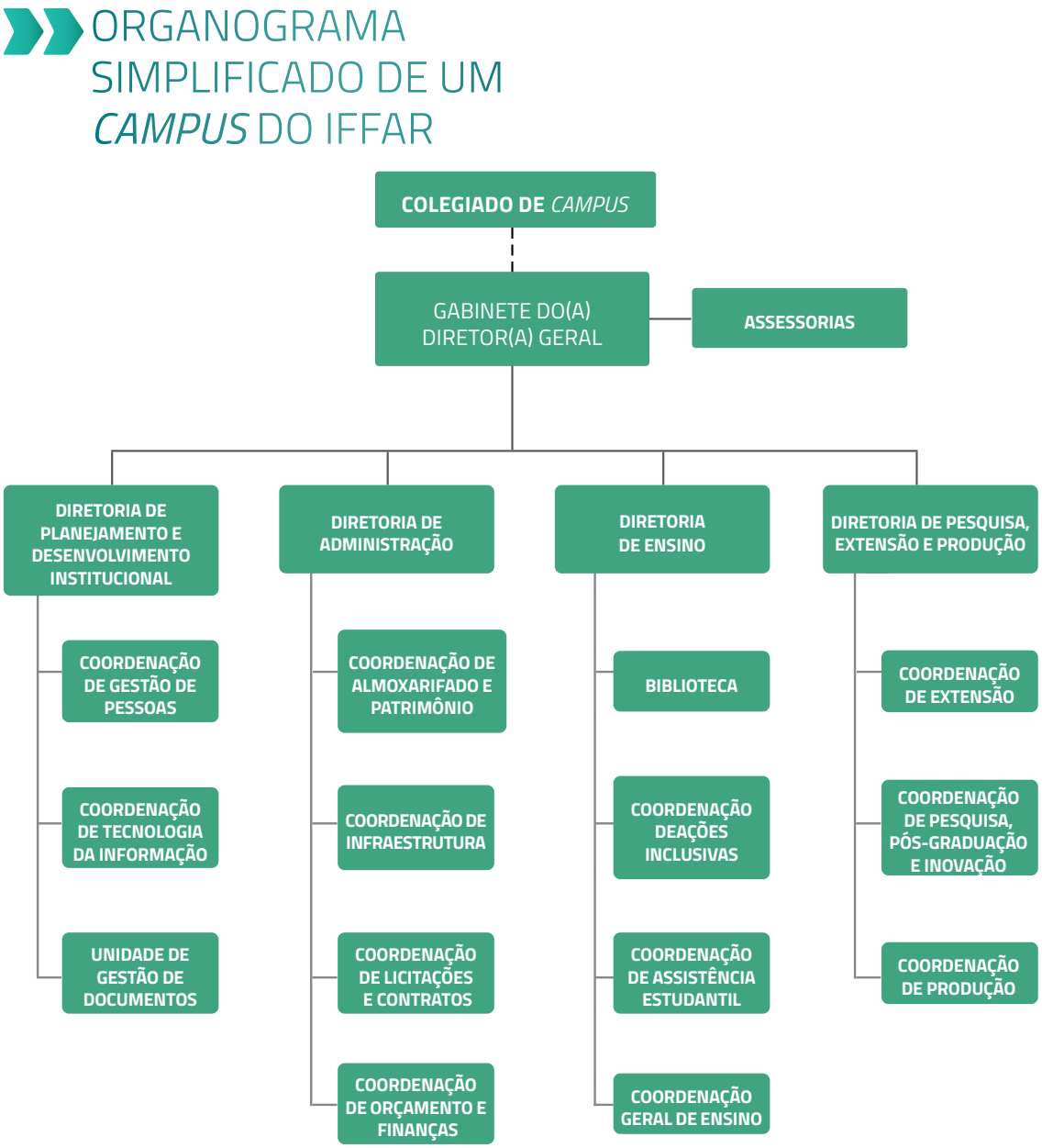
2.2. 2 A estrutura organizacional

Figura 2 – Organograma da Reitoria



Fonte: DPDI (2024

Figura 3 – Organograma simplificado dos campi do IFFar



Fonte: DPDI[1]

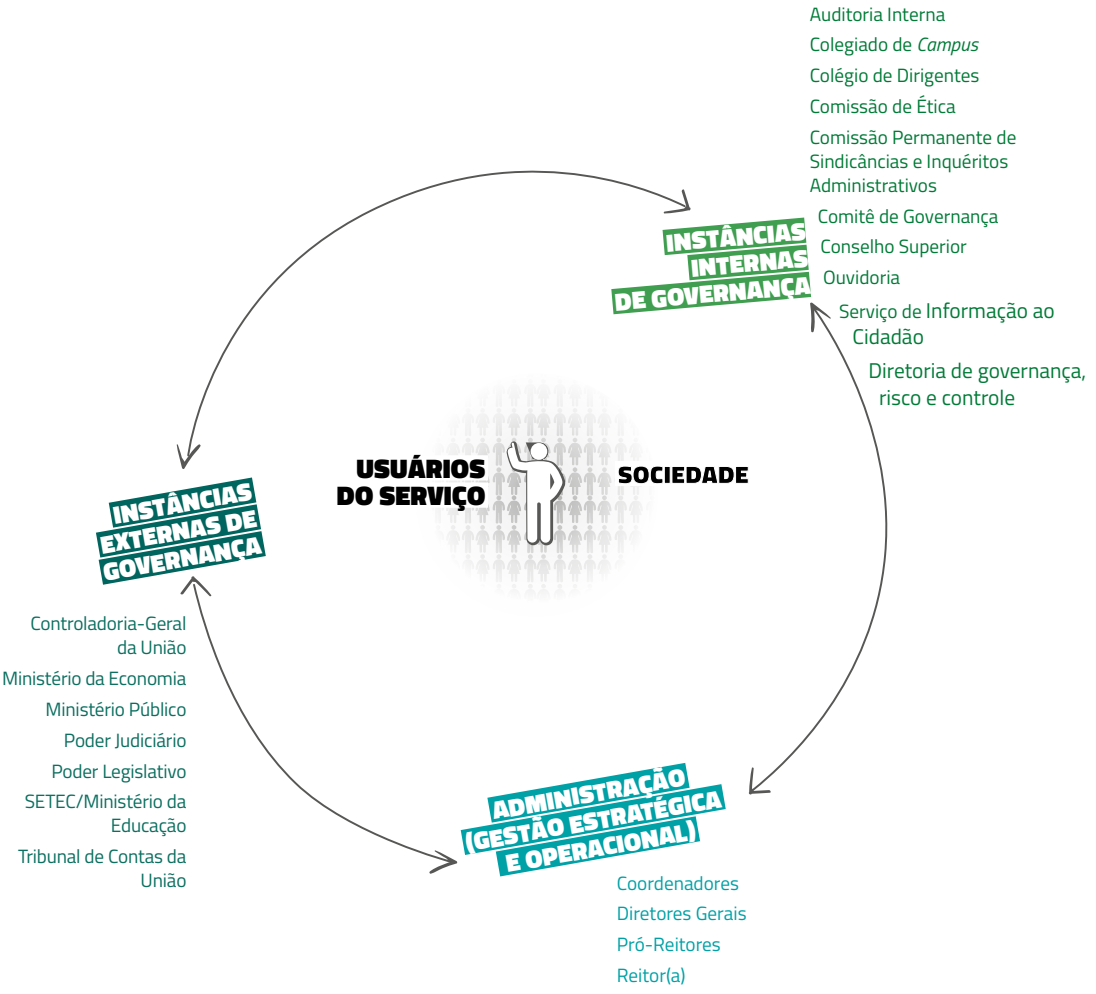
1 Elaborado com base no organograma da Reitoria, disponível em https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral

2.3. Estrutura de governança

O sistema de governança do IFFar engloba: I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito (portanto, em âmbito estrutural de governança), como instâncias de assessoramento/deliberação — Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Comitê de Governança, Riscos e Controles, entre outros —, e de avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos — p. ex. Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; e II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com garantia de participação em órgãos consultivos e/ou deliberativos Conselho Superior, Colegiado de *Campus*) e disponibilização de canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A ilustração abaixo representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas.

Figura 4 - Estrutura de governança do IFFar



Fonte: Diretoria de Governança, Riscos e Controle do IFFar — DGRC (2025).

2.3.1. . Instâncias internas de governança

a. Alta administração

» Reitora;

» Pró-Reitores;

» Diretores-Gerais.

b. Conselho Superior

O Conselho Superior — Consup é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi e da Reitoria — servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.*

Estatuto do Instituto Federal Farroupilha:
https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#estatuto

Regulamento do Conselho Superior:
https://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos

2.3.2. Instâncias internas de apoio à governança

a. Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna — Audin é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

Regimento interno da Auditoria Interna:
https://www.iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno

b. Colegiado de *Campus*

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do ***campus***. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Regulamento interno dos Colegiados de *Campus*:
https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f

c. Colégio de Dirigentes

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

Regimento interno do Codir:
https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=436011

d. Comissão de Ética

A Comissão de Ética do IFFar — CE foi constituída pela Portaria Nº 840, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consup Nº 001/2013 e, posteriormente, atualizado pelas Resoluções Consup Nº 54/2017 e Nº 18/2022 (Ad Referendum), qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução Consup N° 013, de 28 de março de 2017, aprovou o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Instituto Federal Farroupilha.

Regimento interno da Comissão de Ética:
https://www.iffarroupilha.edu.br/comiss%C3%A3o-de-%C3%A9tica/comiss%C3%A3ode%C3%A9tica

e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha

O Comitê de Governança foi criado em 2016, em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1/2016. A portaria de criação foi a Portaria Nº 1797/2016, de 25 de novembro de 2016. O comitê é formado por integrantes da alta administração do IFFar (Reitora, Pró-Reitores e Diretores Gerais) e tem, dentre suas competências: *promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos. A portaria atual é a N.º 776, de 20 de maio de 2021. Essa portaria será atualizada em 2025, para refletir as mudanças ocorridas por conta das eleições do IFFar em 2024.*

f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia

A Copsia é um órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípuo é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correcionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

Regimento interno da Copsia:
https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/jsp/documentos/documento_visualizacao.jsf?idDoc=438533

g. Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação é uma comissão constituída para conduzir os processos de avaliação internos da instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP. Ela é respaldada pela Lei nº 10.861/2004 e regulamentada pela Portaria Ministerial n° 2.051/2004. Sua composição inclui os segmentos: Docente, Discente, Técnico-administrativos em educação e Sociedade civil. A CPA institucional conta com o apoio do Núcleo de Autoavaliação, existente em cada *campus* do IFFar e com a Coordenação de Avaliação Institucional – Cain, vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. A Cain foi criada em setembro de 2016, para apoiar e assessorar a CPA. Também atua com outras instâncias do IFFar mediando e promovendo as condições adequadas para que a CPA desenvolva as ações de forma autônoma. Com esse apoio, CPA e Núcleos planejam e executam os processos de Autoavaliação institucional.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2024:
Relatórios de Autoavaliação Institucional 2025 - ano-base 2024 - IFFar
https://iffarroupilha.edu.br/comissoes-permanentesif/comiss%C3%A3o-pr%C3%B3pria-de-avalia%C3%A7%C3%A3o/regulamentos-relatorios-cpa/item/40112-relat%C3%B3rios-de--autoavalia%C3%A7%C3%A3o-institucional-2025-ano-base-2024

Regulamento da CPA:
https://www.iffarroupilha.edu.br/comissoes-permanentesif/comiss%C3%A3o-pr%C3%B3pria-de-avalia%C3%A7%C3%A3o/regulamentos-relatorios-cpa/item/5428-resolu%C3%A7%C3%A3o--consup-059-2016-aprova-o-regulamento-da-cpa

h. Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria Nº 829, de 11 de julho de 2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discrição e ao sigilo e foco na agilidade. A unidade recebe

manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos – pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (Fala.BR), e-mail, telefone e presencialmente – analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

Acesso ao Fala.BR:
https://falabr.cgu.gov.br/

i. Diretoria de Governança, Riscos e Controles — DGRC

A Diretoria de Governança, riscos e controles foi instituída em 2022, por meio da Portaria Eletrônica N° 897, de 05 de agosto de 2022 - GRE, com o fim de promover o desenvolvimento da área de governança e gestão de riscos no IFFar. Entre suas atribuições, estão: promover a gestão de riscos em âmbito institucional, supervisionando a execução de políticas relacionadas ao tema e propondo ajustes ou alternativas que garantam a sua eficiência; apoiar e promover ações de capacitação e/ou conscientização nas áreas de gestão de riscos, transparência, integridade ou outros temas relacionados à governança pública; e promover a aproximação e a atuação conjunta das unidades componentes da estrutura de governança do IFFar, estimulando a troca de informações, melhoria de processos e criação e monitoramento de índices.

j. Serviço de Informação ao Cidadão — SIC

Em conformidade com a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II – informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços: o Fala.BR. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

Acesso ao Fala.BR:
https://falabr.cgu.gov.br/

2.3.3. Atuação da Unidade de Auditoria Interna – Audin

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (Audin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha — IFFar é órgão singular que exerce atividade de auditoria interna governamental no âmbito da Instituição. Ela atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, nos termos da Instrução Normativa CGU Nº 3, de 09 de junho de 2017.

A Audin sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e está subordinada ao Conselho Superior da Instituição, obedecendo ao que estabelece o Decreto nº 3.591/2000, vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a assegurar a independência de atuação da unidade.

Seu modelo de organização tem o objetivo de adicionar valor à Instituição contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa nº 03/2017.

Atualmente a Audin é composta por seis membros, auditoras e auditores, dos quais um ocupa o cargo de Auditor-Chefe, com lotação tanto nos campi quanto na Reitoria. Apesar dessa configuração, a atuação acontece em conjunto. Para a realização de cada trabalho de avaliação, reúne-se uma equipe com, pelo menos, dois auditores, dos quais um(a) é designado(a) coordenador(a) da ação.

A Audin possui um regimento interno atualizado e desenhado para agregar valor aos processos institucionais, bem como para contribuir no cumprimento de metas, na execução dos programas de governo e do orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Além disso, a Audin auxilia na comprovação da legalidade e na avaliação dos resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão, ao passo que a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis.

Por sua vez, a Audin atua, enquanto apoio ao Sistema de Controle Interno, no for-

necimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Providências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União — CGU para cumprimento do IFFar) no sistema E-aud, da CGU, e em diligências do sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União —TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores, fornecendo-lhes, por meio de relatórios, informações que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o apoio à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos.

A designação da chefia da equipe é feita conforme o art. 11 do Regimento Interno (Resolução Consup nº 08/2021, de 02 de março de 2021), com mandato de dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

A unidade tem a prerrogativa, obedecido o prazo regulamentar, de sugerir nomes para ocuparem o cargo de chefia, que deve ser assumido por servidor concursado para o cargo de Técnico-administrativo em Educação – Auditor. A submissão do nome do(a) candidato(a) ao Conselho Superior é realizada pelo(a) dirigente máximo(a) do IFFar, para aprovação e posterior envio do procedimento para apreciação e homologação pela CGU, em conformidade com a Portaria CGU nº 2.737/2017.

A atuação da unidade tem enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade. As atividades seguem a normativa, as técnicas e os enfoques de atuação dos órgãos pertencentes ao SCI.

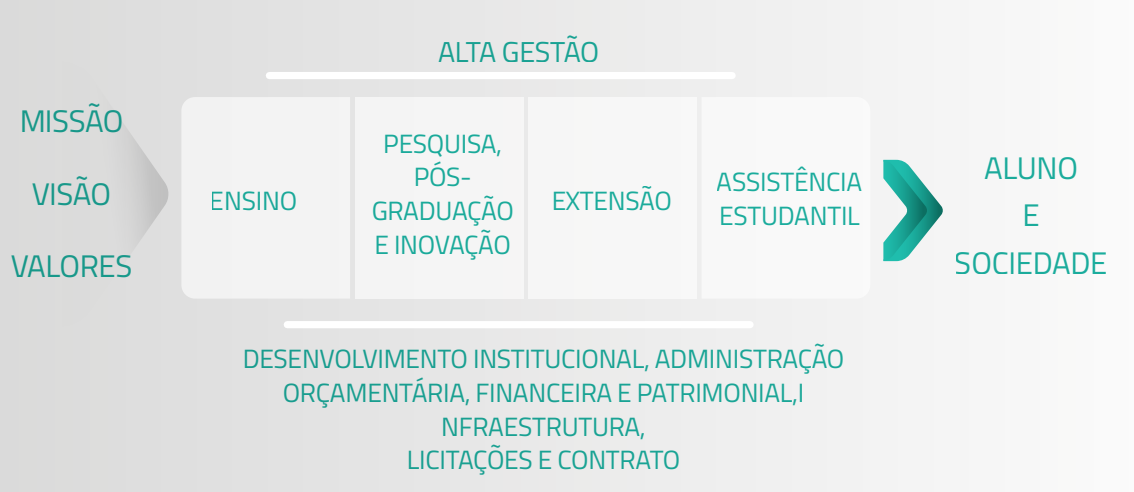
Resumidamente, para a realização do principal serviço de auditoria - a avaliação - são elaborados "papéis de trabalho", compreendendo os documentos essenciais tanto para a fase de planejamento quanto de execução e comunicação, a cargo da equipe designada, com supervisão da chefia da unidade. Ao final de cada trabalho, é emitido um relatório que pode ou não conter uma ou mais recomendações, cuja ciência é dada à unidade auditada ou responsável por meio de processo eletrônico. Uma vez exarada uma recomendação, ocorre a inscrição desta para monitoramento pela Audin e implementação pela gestão no prazo regulamentar de 1 (um) ano, nos termos da Deliberação nº 01/2023 da Comissão de Coordenação de Controle Interno (CCCI), órgão colegiado do SCI.

Sítio institucional da Audin IFFar
https://www.iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/apresentação

2.4. . Cadeia de valor e modelo de negócio

Em conformidade com as políticas governamentais voltadas para a educação, o IFFar oferta à comunidade ensino público, gratuito e de qualidade atento às demandas e arranjos produtivos locais e regionais. Dessa forma, o IFFar contribui positivamente para o desenvolvimento humano, econômico e social, oportunizando o ensino de jovens e adultos, qualificação profissional, bem como a produção e a disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

Figura 5 – Cadeia de Valor



Fonte: DPDI (2025)

Associado à cadeia de valor, o modelo de negócio do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos, com resultados gerados e entregues à sociedade.

2.5. Políticas e programas de governo

A execução orçamentária do IFFar em 2024 aplicou recursos de vários programas de governo, entre eles:

» **0032:** Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo: este é o programa principal, representando a maior parte da aplicação de recursos.

Descrição: Realização de ações voltadas à capacitação e desenvolvimento de servidores, tais como: pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso GECC; custeio para realização de eventos de capacitação; pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação; taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Beneficiário: Servidores públicos da Administração Direta e das instituições vinculadas ao Ministério da Educação.

» **0910:** Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais

» **2031:** Educação Profissional e Tecnológica.

» **5011:** Educação Básica de Qualidade.

» **5012:** Educação Profissional e Tecnológica.

» **5111:** Educação Básica - Democracia com Qualidade e Equidade.

» **5112:** Educação Profissional e Tecnológica, que Transforma.

» **5136:** Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Quadro 1 – Aplicações em Programas e ações do Governo

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
		20TP	Ativos Civis da União
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica
		00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica
2031	Educação Profissional e Tecnológica	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		20RW	Apoio a Formação Profissional, Científica e Tecnológica
5011	Educação Básica de Qualidade	00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)
		20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
		214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO	
5012	Educação Profissional e Tecnológica	15R4	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica
		21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica
		2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
5111	Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
		214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	15R4	Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
		21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica
		21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica
		2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
5136	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	21G7	Governança e Regularização Fundiária Nacional

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024

2.6. Relação com o ambiente externo

Quadro 2 – Oportunidades e ameaças ao IFFar - exercício 2024

PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Demanda por formação e qualificação profissional O aumento da demanda incentivou a projeção e aprovação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) nos *campi* do IFFar	Demanda por formação e qualificação profissional – O aumento da demanda incentivou a projeção e aprovação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) nos *campi* do IFFar
Aprovação da revisão do Programa Permanência e Êxito; Fortalecimento das ações que contribuem para a permanência e êxito, através da revisão de Programa Permanência e Êxito no IFFar.	Dificuldades sociais, econômicas e de aprendizagem dos estudantes que impactaram na permanência e êxito.
Programa EJA-EPT Fundamental; Aproximação com a comunidade e municípios, com oferta de cursos e qualificação profissional.	Dificuldade de parceria com alguns municípios de abrangência dos *campi* do IFFar; Dificuldade de ingresso e permanência de estudantes para a modalidade EJA-EPT, especialmente em função da necessidade de revisão das diretrizes nacionais para essa modalidade.
Ampliação na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD); Ampliação na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) – MOOCs, FIC sem mediação, Cursos técnicos subsequentes e de graduação; Oferta de edital para assistência estudantil aos estudantes dessa modalidade.	Dificuldade de criação de vínculo de pertencimento institucional com os estudantes da EaD, o que pode acarretar evasão e não participação em editais de assistência estudantil oferecidos pela instituição; Pouca capacidade de ampliação de pessoal, dificultando a alocação códigos de vagas de servidores efetivos, o que gera necessidade de contratação de membros na equipe da Dead e contribui para a diminuição dos recursos para investimento nesta modalidade.
Ampliação das Bolsas de Programas Institucionais; Ampliação das bolsas do PIBID e PET para os estudantes dos cursos de licenciatura.	Alta evasão dos cursos de licenciaturas, fato observado também nacionalmente, motivado, dentre outros fatores, pela baixa valorização do profissional da educação no país.
Adesão a Linha de Fomento Bolsa Formação EJA-EPT/ SETEC; Oportunidade de fomento do bolsa formação para EJA-EPT para o Ensino Médio, através do aumento do número de vagas no processo seletivo da EJA-EPT institucionalizada do ano de 2024.	Dificuldade no ingresso dos estudantes e alto índice de evasão dos cursos de EJA-EPT, mesmo com os estudantes recebendo auxílio financeiro.
Contemplação do IFFar no Edital nº 025/2023 da UAB/ CAPES; Possibilidade de ofertar cursos EaD através da Universidade Aberta do Brasil, com recurso externo, para o ano de 2025	Editais com cronograma e prazos curtos, o que dificulta a mobilização institucional, que é multicampi, e articulação com polos.
Continuidade do processo de implantação do Diploma Digital; Foi dado prosseguimento nos testes e foram realizados alguns ajustes necessários para implantação do Diploma Digital (instituído pela Portaria MEC nº 330/2018, cujas especificidades técnicas foram definidas na Portaria MEC nº 554, de 11 de março de 2019 alterada pela Portaria MEC nº 70, de 24 de janeiro de 2025).	Problemas no processo de validação de documentos emitidos pelo SIGAA/IFFar e de vinculação ao RapSign/ RNP, quantidade. Complexidade de ajustes técnicos necessários e falta de pessoal impedem o início da emissão e registro de diplomas digitais, previsto para 31 de dezembro de 2021.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Adesão ao Programa Pé-de-meia para o Ensino Médio e para a EJA-EPT. Possibilidade de recurso financeiro a estudantes, promovendo a permanência e êxito.	Dificuldade na extração de dados no SIGAA para alimentação do Sistema Gestão Presente. Incompatibilidade do Sistema Gestão Presente com o registro de cursos com 3,5 anos.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PRPPGI	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Possibilidade de participação em eventos da área para capacitação e divulgação da pesquisa e inovação no IFFar;	Redução de recursos financeiros, limitando a participação de servidores e alunos dos *campi* do IFFar em eventos e ações institucionais;
Lançamento de edital para seleção de propostas de projetos voltados à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação (PD&I) em parceria com instituições demandantes;	Baixa articulação entre a instituição e empresas da região de abrangência do IFFar;
Continuidade das ações do NIT Meridional, o arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) dos Institutos Federais da região Sul;	Finalização do projeto proposto pela SETEC, extinguindo o recurso orçamentário destinado às ações do Arranjo de NITs;
Expansão da procura por vagas em cursos de especialização (Lato sensu) nas modalidades presencial e a distância (EaD);	Oferta de cursos multicampi na modalidade presencial sem disponibilidade de recursos financeiros adequados;
Participação na 4ª Semana Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com oito projetos selecionados da Nossa Mostra de Inovação e Cultura Maker;	Publicação de chamadas públicas com cronogramas e prazos reduzidos, dificultando a ampla participação institucional;
Viabilização da oferta de cursos de especialização (Lato sensu) na modalidade EaD por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), com financiamento externo;	Número de inscrições acima do previsto, exigindo a reorganização do cronograma e possivelmente gerando dificuldades para os candidatos;
Realização da 6ª edição do NitDay, encontro que reúne servidores dos 11 *campi* do IFFar. Em 2024, o evento incluiu um "Hackathon" voltado à proposição de ideias e soluções inovadoras;	Impossibilidade de participação de servidores em eventos devido ao acúmulo de atividades no período de realização do evento;
Realização conjunta do VIII Seminário do Pesquisador e VIII Seminário da Pós-Graduação;	Limitação na participação massiva de servidores em eventos institucionais em razão das demandas específicas dos *campi;*
Melhoria na qualidade e na quantidade dos artigos publicados e publicação de artigos em língua estrangeira (inglês);	Dificuldades na redução do tempo entre a submissão e publicação dos artigos devido à necessidade de uma maior agilidade no fluxo editorial;
Realização da XV Mostra de Educação Profissional e Tecnológica - MEPT e de seus eventos paralelos para divulgação científica dos projetos desenvolvidos no IFFar;	Restrições logísticas e de infraestrutura que dificultam a participação de um maior número de estudantes em eventos acadêmicos e científicos;
Processo Seletivo para Cadastro de Projetos de Pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFFar;	Redução do quantitativo de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica disponibilidades com fomento pelos campi do IFFar, em decorrência da contenção orçamentária.
Processo Seletivo de Propostas para Concessão de Apoio Financeiro a Projetos de Pesquisa do IFFar;	Aporte financeiro reduzido ou inexistente pelos *campi* do IFFar para apoio a Projetos de Pesquisa, em decorrência da contenção orçamentária.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Programa Geoparque: Constituição do Comitê Interinstitucional de Implantação do Geoparque Raízes de Pedra. **Ações de Geoconservação:** Criação de Geodias nos municípios que compõem o Território Geoparque. **Ações de Geoturismo**: Oficialização de Convênios e parcerias com o SEBRAE, EMATER, SICREDI, FADERGS, Receita Federal, Secretarias Estaduais, de Turismo, Educação e Desenvolvimento Social; Projetos encaminhados a (SETUR, SEDUC, FADERGS, PETROBRÁS, Gabinete do Deputado Federal MARCEL VAN HATEM.	Manter em 2024, a articulação entre o IFFar e os órgãos públicos municipais que representam a área de abrangência do Geoparque Raízes de Pedra; Relação conflituosa entre alguns municípios partícipes; Necessidade de ampliar a contrapartida dos municípios nas ações do programa.
Programa Cidades Educadoras: I Edição do Curso de Formação Continuada para Gestores e Professores Municipais que compõe o Geoparque Raízes de Pedra - "Território que se Educa" (Módulo: Cidades Educadoras - um novo olhar sobre a cidade); Mostra Pedagógica "Território que se Educa" (envolvendo a temática "Cidades Educadoras"); Fórum da FADERS - Acessibilidade e Inclusão; Evento I Diálogos da Cátedra UNESCO Cidades que Educam e Transformam; Estabelecimento de Convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Maria e Projeto interinstitucional para Santa Maria/RS - Cidade Educadora.	Reduzido número de pessoas para dar prosseguimento ao projeto, tanto no IFFar quanto nas esferas públicas municipais. A elevada sobrecarga de trabalho concentrado em poucas pessoas pode comprometer o andamento do programa.
II Encontro de Internacionalização do IFFar	Falta de previsão orçamentária Institucional obrigatória para a Assessoria de Relações Internacionais (ARI).
Ampliação das **Ações de Internacionalização** com possibilidades de estágio curricular supervisionado e de mobilidade acadêmica.	Falta de orçamento específico para essa finalidade.
Aumento da oferta de **cursos de idiomas** (Inglês, espanhol e Italiano) para alunos, servidores e comunidade externa (Editais 053 e 295/2023).	Pouca disponibilidade de carga horária docente na área das linguagens e de infraestrutura nos Núcleos de Ações Internacionais (NAI).
Parcerias público-privadas para fomento das ações de pesquisa, extensão e estágios (Instituto UNICRED e UNICRED Ponto Capital, SESCOOP RS, SEBRAE, EMATER).	Os trâmites processuais para a celebração de acordos, termos de cooperação e convênios exigem prazos e avaliação de documentos previstos em legislação. Contudo,na maioria das vezes, em função das inúmeras demandas concomitantes, tanto o IFFar quanto as instituições parceiras não conseguem esperar esses trâmites, o que tem dificultado a execução e a efetividade das ações de extensão.
Programa de Acompanhamento de Egressos: desenvolvido inicialmente por meio de pesquisa Institucional com o objetivo de obter informações sobre a formação recebida e sua eficiência e eficácia no mundo do trabalho. Assim como gerar uma base de dados para o planejamento de ações institucionais voltadas aos egressos.	Necessidade de um número maior de ações institucionais para a conscientização/sensibilização de alunos, sobretudo, do último ano e/ou semestres de que a instituição permanece a disposição, mesmo depois de formados. A carência de maiores informações/orientações sobre a possibilidade de concluintes manter vínculo com a instituição. Falta de canais de comunicação mais eficazes com os egressos.

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Edital Nº01/2023 Adesão ao **Programa IF Mais Empreendedor Nacional**: chamada nacional voltada a execução de projetos de Extensão Tecnológica ao atendimento/apoio a Micro e Pequenos Empreendedores (MPEs), Empreendedores Individuais (MEIs) e Produtores Rurais.	Pequenos atrasos, por parte da fundação responsável pelo gerenciamento do programa, no pagamento das bolsas dos alunos.
Ofício de Adesão nº35/2023 Programa Mulheres Mil Voltado para oferta de cursos de qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, com a oferta de mais de 200 vagas em cursos FIC no ano de 2024 e a prospecção de mais 400 vagas para o ano de 2025, em continuidade às ações de 2024.	Organização do cronograma (prazos muito exíguos) em desacordo com a realidade Institucional, morosidade no repasse orçamentário pela SETEC/MEC e FNDE ao IFFar.
42º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS).	A incerteza na disponibilidade orçamentária compromete o processo de organização.
Jogos Estudantis (Etapa Institucional/Regional e Nacional) Fomentar e oportunizar práticas desportivas no âmbito Institucional, Regional e Nacional, assim como propiciar momentos de confraternização e trocas de experiências entre alunos e servidores das Instituições Federais de Educação Básica, Técnica e Tecnológica.	Previsão prévia do calendário rotativo Institucional para a escolha do *campus* sede dos jogos para a etapa Local. Pouco envolvimento de servidores na organização dos jogos.
Programas sociais: Edital Nº 293/2023 de Seleção de Ações do Programa Institucional de Inclusão Social do Instituto Federal Farroupilha, em conformidade com a Resolução CONSUP Nº 49/2023, que tem como finalidade desenvolver atividades de extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social, no meio urbano e rural, utilizando-se das dimensões operativas da extensão, em consonância com os ODS e Agenda 2030, com seis ações fomentadas integralmente pelo PROEX. Parceria com Instituições Privadas (UNICRED e SESCOOP/RS) e consolidação da parceria e das relações com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, para o Projeto Batalhão do Bem, com o acompanhamento pedagógico do IFFar na oferta do Curso profissionalizantes: Costura Industrial pelo SENAI para mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes em diferentes bairros do município de Santa Maria.	Dificuldade de envolver mais colegas na realização das ações. Dificuldades de encontrar estrutura física para realização dos encontros do grupo do Projeto Batalhão do Bem e de um espaço para armazenamento dos materiais utilizados em aula.
Consolidação do **Núcleo da Incubadora Social** da Reitoria/PROEX, a qual já está criada.	Há falta de estrutura física para sediar a Incubadora Social do IFFar em Santa Maria.
30ª Feira Internacional do Cooperativismo e Economia Solidária (Feicoop): Aproxima o IFFar da comunidade externa, por meio do envolvimento de servidores e alunos em espaços de discussões como em mesas, painéis, stands (apresentação de projetos) e também nos momentos culturais que compõe a programação do evento. Evento de grande repercussão nacional/internacional.	Pouca adesão de servidores, sobretudo, daqueles em exercício na Reitoria (Santa Maria).

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Participação Institucional enquanto membro fundador e/ou integrante: Conselho Estadual de Economia Solidária e do Fórum Gaúcho de Economia Solidária; membro do Grupo de Assessoramento do Projeto Esperança/Coesperança; membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente (Santa Maria) ; Programa Interinstitucional Rede Gaúcha das Instituições para a Educação Sustentável/ REGIES; membro do Comitê Municipal de Cultura do município de Santa Maria.	Pouca valorização e visibilidade Institucional dessas importantes ações desmotivam a participação dos servidores representantes do IFFar. Necessidade de recursos financeiros; maior engajamento da população e, principalmente, dos órgãos públicos.
Participação na reunião para planejamento do evento em parceria com UFSM e demais instituições. Planejamento, organização do estande e implementação dos objetivos de divulgação institucional no **Descubra UFSM 2024.**	Pouco número de servidores para auxiliar na organização, logística e na escala de participação. Também há precariedade dos materiais para divulgação(itens a serem distribuídos aos visitantes) bem como mobiliário e estrutura para montagem do estande.
Núcleo de Arte e Cultura: reorganização dos(as) presidentes dos NACs locais e institucionais, compostos por portaria.	Sobrecarga laboral dos servidores envolvidos na ação.
Extensão Tecnológica: Setores de Produção	As formas de comercialização de produtos possíveis na Instituição, são via Fundação de Apoio e Cooperativas Escola. Porém, essas formas são complexas, assim como, a aquisição de insumos através de atas válidas com planejamento prévio, não atendem o setor de produção dos campi, pois muitas vezes as compras necessárias são de um valor menor, não cabendo um processo de licitação ou porque as empresas não querem participar em função das quantidades e o frete não serem economicamente interessante, o que geralmente ocasiona atas desertas.
Extensão Tecnológica: Empresas Juniores	Falta de orçamento para eventos motivacionais e editais que fomentem a organização burocrática de empresas juniores.
Extensão Tecnológica: Licenciamento Ambiental	Licenciamento Ambiental de todas as unidades concluído, compete a cada *campus* monitorar a vigência das licenças ambientais.
Programa Energif/DOC: 3513584/SETEC/2022 Participação Institucional na chamada pública de adesão ao Bolsa Formação Qualifica Mais Energif para o setor de energias renováveis.	Demora na liberação do Orçamento pela SETEC/MEC
Ebook de divulgação das ações de extensão (II Edição)- Edital 197/2024 - Seleção de Atividades Extensionistas que contribuam para a promoção dos ODS da Agenda 2030	Planejamento e cronograma exíguos.
Criação da Rede de Divulgação da Extensão IFFAR 2024 - Novas Inscrições com publicações periódicas nos principais canais da instituição.	Falta de recursos humanos dedicado a gestão da rede; Dificuldades em conectar setores e obter as informações;

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Criação da conta na Rede Social Instagram para divulgação das ações de extensão à comunidade acadêmica. Link	Resistência à mudança, ou seja, a utilização de novas ferramentas de comunicação; Demora na contratação de um estagiário da área de comunicação;
Minuta de Resolução: Institucionaliza o Comitê Gestor da Agenda 2030 no âmbito do IFFar	Resistência de setores da instituição; Dificuldade em definir as atribuições e responsabilidades do comitê; Falta de recursos para o funcionamento do comitê.
Curso Online Institucionalização da **AGENDA 2030** - 60 horas - certificação pelo IFFar	Dificuldade em garantir a participação de todos os servidores; Falta de recursos para a produção e divulgação do curso; Avaliação da efetividade do curso.
Recebimento do Selo ODS Educação 2023 por 29 ações alinhadas à agenda 2030	Pressão para manter o desempenho e ampliar o número de ações; Dificuldade em garantir a continuidade das ações premiadas.
Submissão e aprovação de 28 ações na plataforma do Selo ODS educação 2024	Concorrência com outras instituições; Dificuldade em garantir a qualidade das ações submetidas; Risco de não obter o selo para todas as ações.
Ampliação do alcance da Agenda 2030, demonstrando o compromisso do IFFar com a sustentabilidade - Produção de material de divulgação da agenda 2030;	Falta de recursos; Resistência à mudança; Falta de tempo e pessoal.
Adesão participação no Fórum de Universidades pela Paz - FOUP Dentre seus objetivos: Aproximar as Instituições de Ensino Superior aos órgãos governamentais e agências de fomento para viabilizar recursos financeiros para projetos, pesquisas, redes, eventos e ações extensionistas e inovadoras direcionadas a Cultura de Paz; Gerar novas conexões e a propagação do conhecimento produzido na temática da Paz, a partir de laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa das instituições signatárias; Inserção representado o IFFar no Eixo estruturante 4 do FOUP - Educação de qualidade cujas diretrizes são: Produzir conteúdos na linha temática a partir de reuniões mensais com agenda definida para 2025. Mapear estudos e pesquisa dentro da linha temática e motivar a produção em conjunto; Estudar e desenvolver políticas públicas; Indicar produções científicas para vínculo ao repositório no site; Produzir em conjunto de pesquisa, extensão e inovação entre as IES.	Compartilhar e implementar o Compromisso com as ações propostas; Adaptação à cultura e aos valores do fórum; Obter apoio para participar enquanto instituição signatária da criação de um Centro Avançado de Estudos sobre a Paz na América Latina em parceria com as Instituições de Ensino Superior, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil; Participar de eventos de socialização e multiplicação dos saberes produzidos na temática da Paz;

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Adesão e participação na Rede Uni Sustentável	Alinhamento das práticas institucionais com os princípios da sustentabilidade; Mobilização de recursos.
Participação na organização da XII Mostra Cultural, juntamente com o Ensino.	
Participação na organização da XV MEPT	
Edital Nº 292/2023 de Seleção de Propostas para Concessão de Apoio Financeiro às Ações de Extensão do Instituto Federal Farroupilha, o qual contempla: Eixo I Fomento de Ações de Extensão, Eixo II Arte e Cultura e Eixo III Ações de Extensão Promovidas por Estudantes, com 75 ações fomentadas pela PROEX em parceria com os Campi.	
Edital Nº 495/2023 de cadastro, em fluxo contínuo, de ações de extensão, com mais de 90 ações executadas.	
Interação com a comunidade local: Participação na 8ª Feira Municipal Mostra de Ciência, Tecnologia e Sustentabilidade avaliando os trabalhos de alunos e professores.	Neste evento foi possível perceber que ainda se faz necessário a comunidade conhecer o IFFar
Curricularização da Extensão: Reunião com a Proen com vistas a elaborar no início de 2025 uma avaliação diagnóstica das experiências vivenciadas nos *campus* a partir de visitas e diálogos in loco. Também a proposição de um Seminário acerca da temática para suprir as fragilidades que possam surgir a partir desta avaliação. Palestra e diálogo com *Campus* São Borja sobre a questão da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão a temática	Percepção da necessidade do apoio pedagógico quanto a implementação da Curricularização da Extensão. Há necessidade de expandir os diálogos formativos sobre esta temática.
Submissão de Projetos de extensão com vistas à formação continuada para a rede Municipal de Ensino de Santa Maria.	Percepção da necessidade de divulgar o IFFar e suas ações no Município de Santa Maria.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Ampliação da aproximação da Pró-Reitoria de Administração às atividades Institucionais de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional como jogos de integração dos estudantes e dos servidores, mostras da educação científica, profissional e tecnológica, ações de arte e cultura, e do funcionamento institucional adequado.	Limitação de recursos orçamentários que atendam a todas as demandas educacionais da comunidade acadêmica do Instituto Federal Farroupilha.
Ampliação dos esforços para atender as demandas de internacionalização.	Necessidade de qualificação dos instrumentos de planejamento orçamentário, governança e gestão de riscos.

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Ações articuladas entre as demais Pró-Reitorias: Ensino; Pesquisa, Pós-graduação e Inovação; Extensão e Desenvolvimento Institucional, com vistas ao atingimentos dos objetivos estratégicos dedicados ao atendimentos das necessidades sociais da região de inserção dos Campi do Instituto Federal Farroupilha e a comunidade acadêmica: estudantes, servidores e terceirizados.	Melhorar plano de contingências para mitigação das necessidades oriundas de intervenções de saúde pública, eventos climáticos e de outras naturezas.
Fortalecimento de ações que reduzam o impacto ambiental das ações institucionais como geração de energia renovável, qualificação de projetos arquitetônicos sustentáveis.	Incertezas orçamentárias com contingenciamentos e liberações intempestivas, que prejudicam a qualidade da execução dos recursos.
Atuação comprometida da equipe da Pró-Reitoria de Administração em parcerias as demais instâncias do IFFar para viabilizar a implantação ágil e eficaz das novas unidades oriundas do Programa de Governo para a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de oportunizar formação técnica de nível médio, ensino superior e pós-graduação a jovens e adultos do Estado do Rio Grande do Sul.	Necessidade de renovação tecnológica das estruturas pedagógicas e administrativas sem lastro orçamentário.
Participação ativa na viabilização das ações para execução do Acordo de Cooperação Técnica do IFFar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar que visa a realização de ações de capacitação, qualificação e viabilização de projetos produtivos inovadores ligados à agricultura familiar que atendam principalmente a juventude do campo na região central do Rio Grande do Sul. As ações estão ligadas ao Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), que objetiva viabilizar a compra de imóveis rurais por agricultores familiares sem-terra ou com poucas terras.	A falta de interesse e compromisso de empresas na participação dos certames licitatórios a fim de garantir a disponibilidade de itens necessários ao cotidiano institucional e a qualificação dos materiais e serviços recebidos.

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PRDI	
OPORTUNIDADES	**AMEAÇAS**
Potencializar ações voltadas para a promoção da qualidade de vida dos servidores do Instituto Federal Farroupilha, por meio de núcleos específicos com suporte de todas as unidades do IFFar.	Matriz orçamentária aquém das necessidades institucionais.
Ampliar o relacionamento do IFFar com a s comunidades dos 14 municípios nos quais o IFFar está inserido, incluindo as novas unidades de Caçapava do Sul e São Luiz Gonzaga.	Número de servidores insuficiente para atender as demandas institucionais;
Mapeamento de fluxos e procedimentos relacionados com as temáticas de atuação vinculadas à PRDI.	Rotatividade acentuada em servidores vinculados à gestão de pessoas e também a Tecnologia da Informação.

Manutenção do PGD - possibilidade dos servidores vinculados à PRDI realizarem suas atividades através do Teletrabalho em uma alternativa ao acompanhamento de cônjuge.	Acompanhamento de cônjuge pode contribuir para a redução do quadro de servidores.
Fortalecer a integração entre os servidores do IFFar, por meio da realização dos Jogos dos servidores.	Necessidade de ampliar a integração entre os servidores do IFFar.
Ampliação da oferta da Educação Profissional, por meio da proposta de expansão da Rede Federal, alcançando municípios cuja oferta da educação profissional ainda não se faz presente, cenário este previsto no PDI do IFFar em vigência.	Matriz orçamentária em nível governamental, aquém das necessidades previstas no planejamento institucional.
Ampliar a participação dos servidores na proposição de propostas relacionadas ao Programa Institucional de Desenvolvimento.	Baixa adesão por parte dos colegas quanto à submissão de propostas.
Ampliar a oferta de ações de capacitação para os servidores vinculados às áreas da Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação e Desenvolvimento Institucional.	Matriz orçamentária aquém das necessidades institucionais.

Fonte: Pró-Reitorias do IFFar (2025)

2.7. Canais de atendimento e informações aos cidadãos

O cidadão que deseja apresentar uma manifestação, seja ela uma denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio, deverá acessar os seguintes canais de atendimento e informações:

Ouvidoria do IFFar:
E-mail: ouvidoria@iffarroupilha.edu.br
Telefone: (55) 96497568

Fala BR:
https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f

Carta de serviços ao cidadão
https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

» Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;

» Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;

» Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício e destinados a agregar valor à organização;

» Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;

» Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais;

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa a assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria Eletrônica Nº 776/2021 – GRE) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna (Audin) e a Diretoria de Governança, Riscos e Controles (DGRC) são as unidades de apoio ao Comitê, responsáveis pela análise, acompanhamento, orientação, recomendação e operacionalização da política de gestão de riscos.

A respeito da institucionalização da gestão de riscos, enquanto processo formal, no âmbito do IFFar, ressalta-se que, pelo fato de envolver uma construção cultural e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dos servidores, principalmente ocupantes de cargos de gestão, a progressão, nesse aspecto, ocorre de forma lenta

e gradual. A Política de Gestão de Riscos do IFFar, Processo Nº 23243.003734/2020-45), foi aprovada em 2017.

Ainda, carecem os servidores do IFFar de uma atuação pautada pela gestão de riscos, que se desenvolve, de um lado, pelo próprio perfil e formação profissionais e, de outro, pela capacitação promovida institucionalmente. Nesse sentido, a administração busca viabilizar, na medida do possível, ações com impacto direto na priorização e na percepção geral a respeito da importância do tema. Cita-se, como exemplo, a criação da Diretoria de Governança, Riscos e Controles (Portaria Eletrônica Nº 897/2022 - GRE), que tem entre seus objetivos promover a gestão de riscos em âmbito institucional e supervisionar a execução de políticas relacionadas ao tema.

Destaca-se que, no ano de 2024, foi aprovado o Plano de Integridade 2024-2025 do IFFar. Nesse documento, o qual foi desenvolvido pela Unidade Setorial do IFFar (Diretoria de Governança, Riscos e Controle-DGRC), objetiva-se organizar "as medidas de integridade a serem adotadas em determina do período" e é "elaborado por unidade setorial do Sitai e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade" (Decreto 11.529/2023, art. 3º, inc. II). O documento apresenta a identificação, avaliação e tratamento dos riscos referentes à integridade no IFFar.

Na página da integridade do IFFar, é possível consultar o documento e outras informações relevantes sobre o tema:

https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar#integridade

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Governança

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa a, primordialmente, estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de práticas consideradas benéficas.

O último levantamento[2], realizado em 2024, demonstra uma evolução do Instituto Federal Farroupilha no índice geral, em relação às avaliações anteriores (2018 e 2021). Destaca-se que o último levantamento ocorreu em 2024 e está denominado como iESGO - Índice ESG (Environmental, Social and Governance), uma iniciativa que visa a avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao Tribunal de Contas da União (TCU) em relação às práticas ESG3.

Abaixo, quadro comparativo dos levantamentos já realizados no iGG 2018 e 2021:

Quadro 3 – Resultados IFFar iGG e iESGo.

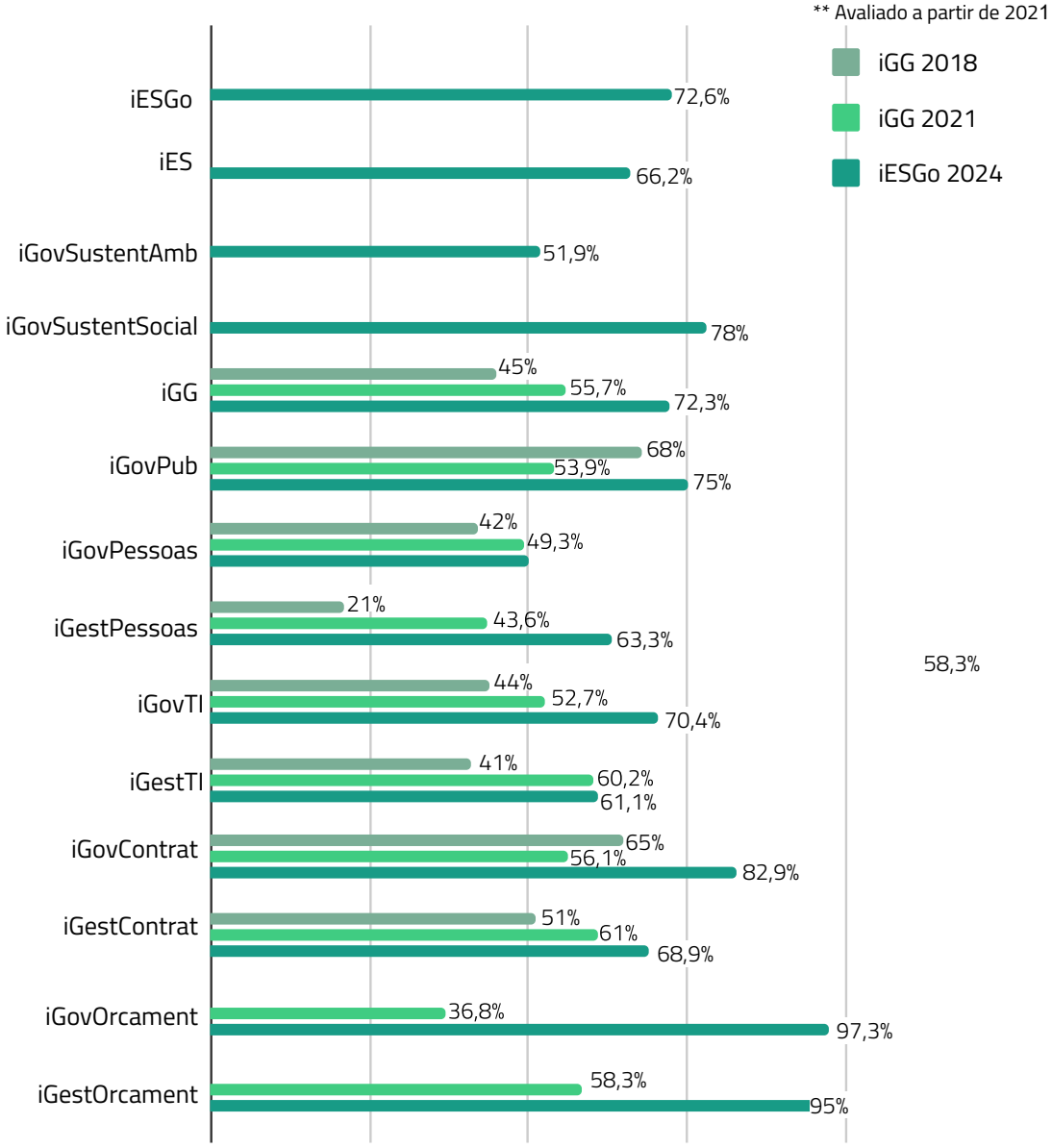
IGG 2018 E 2021 E IESGO 2024 – RESULTADOS IFFAR			
INDICADOR	**IGG 2018**	**IGG 2021**	**IESGO 2024**
iESGo (índice ESG)*	-	-	72,6%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)*	-	-	66,2%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)*	-	-	51,9%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)*	-	-	78,0%
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	45%	55,7%	72,3%
iGovPub (índice de governança pública)	68%	53,9%	75,0%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	42%	49,3%	50,2%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	21%	43,6%	63,3%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44%	52,7%	70,4%

2 https://iesgo.tcu.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/iesgo2024_devolutivas/iESGo2024-270-IF-Farroupilha.pdf
3 Página do TCU sobre o iESGo https://iesgo.tcu.gov.br/

IGG 2018 E 2021 E IESGO 2024 – RESULTADOS IFFAR			
INDICADOR	IGG 2018	IGG 2021	IESGO 2024
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	41%	60,2%	61,1%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	65%	56,1%	82,9%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	51%	61,0%	68,9%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)**	-	36,8%	97,3%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)**	-	58,3%	95,0%

* Avaliado a partir de 2024

** Avaliado a partir de 2021



No iESGo 2024, continuaram as 4 faixas de classificação: Inexpressivo entre 0% e 14,9%; Inicial entre 15 a 39%; Intermediário entre 40% a 69,9%; e Aprimorado entre 70 e a 100%. No Instituto Federal Farroupilha, dos 14 indicadores, observa-se o seguinte: 8 indicadores como "Aprimorado" (70% a 100%) e 6 indicadores como "intermediário"(40% a 69,9%).

Os índices apresentados são superiores às médias de pontuação das instituições avaliadas, considerando-se tanto o extrato das instituições de ensino quanto o das entidades autárquicas e/ou, também, dos órgãos do poder executivo, de forma geral. Nesse sentido, fica demonstrado que a governança do IFFar está em constante amadurecimento e busca nesse momento uma consolidação entre a faixa intermediária e aprimorada.

4.2. Relacionamento com partes interessadas e controle social

A atuação das partes interessadas e o controle social sobre o Instituto Federal Farroupilha ocorrem, fundamentalmente, por meio:

» I - da comunicação direta da sociedade com a autarquia, via ouvidoria, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e outras formas abertas de participação;

» II - da participação irrestrita de representantes de todos os segmentos (alunos, servidores, egressos, sociedade civil organizada e governo federal) em órgãos deliberativos, com direito a voto, inclusive; e, especificamente no que tange ao controle;

» III - do acesso a dados e informações disponibilizados em atenção à Lei de Acesso à Informação (dados abertos, contratos, processos, atas, execução orçamentária etc.) e da transmissão, em tempo real, das reuniões realizadas pelas instâncias da alta administração (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, comitês assessores, entre outros).

4.2.1. Ouvidoria

Considerando-se todas as manifestações (1.041) contabilizadas pelo painel "Resolveu?"[4, d]a Controladoria-Geral da União, até o dia 31 de dezembro de 2024, descontados os registros arquivados (40), encaminhados a outros órgãos (13) e em tratamento (16), o índice de respostas apresentadas dentro do prazo pelo IFFar é de 80%. Os 20% restantes compreendem respostas entregues com atraso.

4 https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu

Considerando ainda a série histórica, o tempo médio de resposta é 35,53 dias, enquanto a satisfação média com o atendimento dos usuários que responderam à avaliação é de 64,06% (62,50% dos respondentes ficaram muito satisfeitos; 6,25% declararam-se insatisfeitos e 31,25%, muito insatisfeitos).

Em 2024, o IFFar recebeu 118 manifestações de ouvidoria, das quais 15 foram arquivadas e 48 (55% do total de respondidas) foram respondidas dentro do prazo. O tempo médio de resposta ficou em 65,82 dias, acima do tempo médio identificado nos órgãos e entidades federais no mesmo período (13,47 dias). Destaca-se que 40 respostas (45%) foram apresentadas com atraso. Durante esse ano, 7 usuários responderam à avaliação de satisfação, dos quais 6 se sentiram "muito satisfeitos" e 1 "muito insatisfeito".

4.2.2. Serviço de Informação ao Cidadão

Conforme estabelecido pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso à informação se dá principalmente por duas formas: a transparência passiva, ou seja, a disponibilização de dados mediante solicitação dos interessados, e a transparência ativa, que consiste na divulgação espontânea de dados pelas instituições.

A respeito da transparência passiva no IFFar, pelo que se extrai do painel "Lei de Acesso à Informação"[5], da Controladoria-Geral da União, a atuação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da autarquia é bastante consistente.

O IFFar contabiliza, até o final de 2024, um total de 1.037 pedidos de acesso à informação recebidos (até 2023 eram 964), dos quais 100% foram respondidos. Não há omissões nesse sentido, portanto.

Nesse recorte (geral), o tempo médio de resposta do IFFar é de 15 dias, equivalente ao tempo médio de resposta geral (14,45 dias), calculado com base no conjunto de todos os órgãos e entidades federais.

Em 2024, o tempo médio de resposta do IFFar a pedidos de acesso à informação foi de 19,56 dias, acima da sua média histórica e do tempo médio de resposta do exercício de 2023 (13,79 dias). Em relação ao nível de satisfação do usuário, para as perguntas "A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?" e "A resposta fornecida foi de fácil compreensão?", a avaliação média, em uma escala de 1 a 5, foi, em 2024, de

5 https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai

5,00 (superior à 2023) e 4,89 (superior à 2023), respectivamente.

Os órgãos de controle, além de fiscalizar e estimular os órgãos e entidades jurisdicionados a cumprir as normativas da área, estabelecem, objetivamente, conjuntos ou tipos de informações cuja publicação é obrigatória. Tais dados constituem o corpo básico da transparência ativa, o mínimo que precisa estar imediatamente acessível, independentemente de pedido ou interesse demonstrado.

O ideal que se busca é a publicação de toda e qualquer informação que não seja sigilosa nos termos da lei. Entretanto, como se pode constatar facilmente, trata-se de um processo bastante trabalhoso, afetado por fatores como segurança da informação, proteção de dados pessoais, desenvolvimento/manutenção de sistemas, volume de dados para tratamento, entre outros. De acordo com o que é exigido pelo Tribunal de Contas da União, o IFFar disponibiliza, em seu portal web, uma seção específica de transparência ativa ("Acesso à Informação"), em que podem ser acessados dados abertos, relatórios de auditorias, ações e programas, convênios, receitas e despesas etc.

4.3. Resultados de desempenho

4.3.1. Métricas de Pesquisa e Inovação

Quadro 4 – Métricas de Pesquisa e Inovação

Objetivo estratégico - Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
META: AUMENTO DE 5% — ATÉ 2022 — DO NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADOS A SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.	
Indicador	Resultado
Nº de projetos de pesquisa vinculados aos TAE's	11
Nº TAE's participantes	64

Objetivo estratégico – Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
META: DIVULGAR, ANUALMENTE, 100% DOS RESULTADOS DOS PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA INSTITUIÇÃO NO ÂMBITO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO.	
Indicador	Resultado
Nº de resumos expandidos publicados nos anais da Mostra da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT)	355
Nº de resumos publicados nos anais das mostras locais dos campi	770

META: AMPLIAR, ANUALMENTE, EM 5%, AS PARCERIAS DE CADA UNIDADE COM OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, ESTABELECIDAS VIA CONVÊNIO, PROJETO OU OUTRO INSTRUMENTO FORMAL, COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E À MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES E SOCIEDADE.	
Indicador	Resultado
Nº de convênios com instituições privadas para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica.	13
Nº de projetos com instituições privadas para desenvolvimento de pesquisas e inovação tecnológica.	6

Objetivo estratégico – Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/regionais.	
META: PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 50% DOS ALUNOS DO IFFAR EM EVENTOS CIENTÍFICOS, A CADA ANO.	
Indicador	Resultado
Nº de alunos participantes na Mostra da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT)	357
Nº de alunos participantes nas mostras locais dos campi	3076
META: AMPLIAR EM, NO MÍNIMO, 5%, ANUALMENTE, O NÚMERO DE PROJETOS VOLTADOS À PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.	
Indicador	Resultado
Nº total de projetos de pesquisa (científicos) ativos	186
Nº total de alunos integrantes dos projetos de pesquisa (científicos) ativos	197
Nº total de projetos de pesquisa (tecnológicos) ativos	29
Nº total de alunos integrantes dos projetos de pesquisa (tecnológicos) ativos	30
META: REALIZAR, NO MÍNIMO, 2 (DUAS) AÇÕES/PROGRAMAS, ANUALMENTE, VOLTADOS AO EMPREENDEDORISMO, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.	
Indicador	Resultado
Nº de incubadoras-*campus*	6
Nº de empresas de base tecnológica incubadas	5
Nº de alunos envolvidos nos programas de formação de cultura empreendedora	2220

META: OFERTAR, NO MÍNIMO, 1 (UM) CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* POR *CAMPUS* E 3 (TRÊS) CURSOS *STRICTO SENSU* NO IFFAR, ATÉ 2026.	
Indicador	Resultado
N° de cursos de pós-graduação lato sensu	6
N° de alunos "em curso" lato sensu	210
N° de cursos de pós-graduação stricto sensu	1
N° de alunos "em curso" stricto sensu	40

Objetivo estratégico – Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
META: AMPLIAR EM 100% O TOTAL DE PROJETOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATÉ 2026.	
Indicador	Resultado
N° de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs	6
N° de alunos integrantes de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs	8
META: AMPLIAR EM 50% O NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.	
Indicador	Resultado
N° de projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs financiados com recursos externos	2
Montante de recursos externos aplicados em projetos de pesquisa em parceria com instituições que não sejam ICTs	24.500,00

META: PROMOVER A CRIAÇÃO DE PRODUTOS E TECNOLOGIAS NA INSTITUIÇÃO, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO PEDAGÓGICO, E PROMOÇÃO DO SEU APROVEITAMENTO.	
Indicador	Resultado
N° de programas de computadores registrados junto ao INPI (no ano)	2
N° de depósitos de patentes junto ao INPI (no ano)	0
N° de patentes concedidas junto ao INPI (no ano)	0
N° de indicações geográficas registradas junto ao INPI com a participação de pesquisadores do IFFar (no ano)	0
N° de desenhos industriais registrados junto ao INPI (no ano)	0
N° de cultivares registradas junto ao INPI (no ano)	0

Fonte: PRPPGI.

4.3.2. Métricas de Extensão

Quadro 5 – Métricas de Extensão - apurado em fev/25

Objetivo estratégico - Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
META: AUMENTO DE 5% — ATÉ 2022 — DO NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADOS A SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.	
Indicador	Resultado
Nº de projetos de extensão vinculados aos TAE's	44 projetos
Nº TAE's participantes	186 TAE'S

META: DESENVOLVER, ANUALMENTE, AÇÕES VOLTADAS À PROMOÇÃO DA SAÚDE, QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR, ATINGINDO 70% DOS SERVIDORES.	
Indicador	Resultado
Nº de ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar dos servidores	16 projetos
Nº de servidores envolvidos	56 servidores

Fonte: Proex – Data de apuração: 20/02/25

Quadro 6 – Métricas de Extensão - apurado em fev/25

Objetivo estratégico – Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
META: DESENVOLVER, NO MÍNIMO, ANUALMENTE, 2 (DUAS) ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.	
Indicador	Resultado
Nº de ações de comunicação com a sociedade	
42º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul	20 trabalhos de extensão apresentados no evento.
II Encontro de Internacionalização do IFFar	30 participantes
II Edição do Curso de Formação Continuada para Gestores e Professores Municipais que compõe e Geoparque Raízes de Pedra - "Território que se Educa"	120 participantes
30º FEICOOP	6 ações desenvolvidas no espaço IFFar sendo: 01 Oficina, 02 Encontros (EJAEPT, servidores federais das instituições de Ensino Superior da Região Sul e Fórum Gaúcho da ECOSOL), viabilização da participação de 5 produtores do Geoparque, 01 apresentação (Artística)

Promoção e participação do III Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação para a Sustentabilidade (SIEPES)	13 apresentações de resumos (publicado nos anais do evento) https://figshare.com/s/242f9f2c0b692fc65fb0
Participação enquanto membro do CONDEMA na Semana do Meio Ambiente em Santa Maria	150 participantes
XV Mostra da Educação Profissional e Tecnológica	65 projetos de extensão apresentados para comunidade interna/externa.
Participação no Descubra 2024/UFSM	300 escolas participantes (estimativa de 30 mil visitantes)
7ª Conferência da Rede de Geoparques da América Latina e Caribe (Red GeoLac)	6 trabalhos publicados https://conferenciageolac.com/wp-content/uploads/2024/12/ANAIS-7a-Conferencia-RedGeoLAC-Final.pdf
Geoparque na Praça	12 expositores do Território do Geoparque Raízes de Pedra
Participação nas atividades no Conselho Estadual de Economia Solidária	Participação nas reuniões (02 servidores)
Núcleo de Arte e Cultura/NAC	*Ações de extensão voltadas à arte e cultura:* *-Mostra Cultural do IFFAR;* *- VI Sarau Artístico Literário Multicampi;* *-Membro do Forcult Sul: Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras da Região Sul (FORCULT Sul).* -Conselho Municipal de Cultura do Município de Santa Maria
Esporte e Lazer	Jogos estudantis/Etapa Institucional 2024 (600 participantes)
META: DIVULGAR, ANUALMENTE, 100% DOS RESULTADOS DOS PROJETOS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA INSTITUIÇÃO NO ÂMBITO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO.	
Indicador	Resultado
Publicação de ebook de divulgação das atividades extensionistas.	38 trabalhos selecionados.
Publicação de artigos sobre as ações de extensão do IFFar	83 artigos publicados
Total de ações de comunicação com a sociedade	291
Áreas temática: Educação	111 (38,2%)
Áreas temática: Saúde	16 (5,5%)
Áreas temática: Meio Ambiente	17 (5,8%)
Áreas temática: Cultura	25 (8,6%)
Áreas temática: Tecnologia e Produção	76 (26,2%)
Áreas temática: Comunicação	10 (3,4%)

Áreas temática: Direitos Humanos e Justiça	22 (7,5%)
Áreas temática: Trabalho	14 (4,8%)
	Total: 100% das ações de extensão divulgadas
META: AMPLIAR, ANUALMENTE, EM 5%, AS PARCERIAS DE CADA UNIDADE COM OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO, ESTABELECIDAS VIA CONVÊNIO, PROJETO OU OUTRO INSTRUMENTO FORMAL, COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E À MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ESTUDANTES E SOCIEDADE.	
Indicador	Resultado
Nº de convênios com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão.	151 convênios
Nº de projetos com instituições privadas para desenvolvimento de ações de extensão.	18 projetos
Nº de convênios com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão.	43 convênios
Nº de projetos com instituições públicas para desenvolvimento de ações de extensão.	38 projetos
Objetivo estratégico – Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/regionais.	
META: AMPLIAR AS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COM A CRIAÇÃO DE 1 (UM) PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS EM CADA *CAMPUS*, ENVOLVENDO OS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFFAR.	
Indicador	Resultado
Nº de ações de qualificação da formação inicial e continuada de professores da educação básica.	111 ações
META: MOBILIDADE ANUAL DE, NO MÍNIMO, 1% DOS ALUNOS MATRICULADOS ENTRE OS CAMPI DO IFFAR E COM OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL E NO EXTERIOR.	
Indicador	Resultado
Nº total de alunos(as)	02
META: AMPLIAR EM, NO MÍNIMO, 5%, ANUALMENTE, O NÚMERO DE PROJETOS VOLTADOS À PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.	
Indicador	Resultado
Nº total de projetos de extensão	291 projetos
Nº total de alunos integrantes de projetos de extensão	1085 alunos
Nº total de docentes integrantes de projetos de extensão	508 docentes
Total de Público/comunidade externa atingido	180.216

META: REALIZAR, NO MÍNIMO, 2 (DUAS) AÇÕES/PROGRAMAS, ANUALMENTE, VOLTADOS AO EMPREENDEDORISMO, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.	
Indicador	Resultado
Nº de incubadoras-*campus*	0 incubadoras-*campus*
Nº de empresas incubadas	0 empresas incubadas
Nº de empresas juniores	2 empresas júnior
Recursos destinados às ações de empreendedorismo	R$ 5.000,00
META: ACOMPANHAR E MONITORAR, NO MÍNIMO, 10% DOS EGRESSOS POR MEIO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.	
Indicador	Resultado
Percentual de respondentes da pesquisa em relação ao total de egressos aptos a participarem da pesquisa de 2024	14% Pesquisa de Egressos 2024 Total: 3.758 egressos Respondentes: 628 egressos

META: OFERTAR, NO MÍNIMO, 1 (UMA) LÍNGUA ESTRANGEIRA EXTRACURRICULAR, ANUALMENTE, POR *CAMPUS*.	
Indicador	Resultado
Total de *campus* com centros de idiomas	11
Total de língua estrangeira extracurricular ofertada	4
Nº total de docentes envolvidos nos Centros de Idiomas	25
Nº total de turmas ofertada na Instituição	30
Nº total de vagas ofertadas na Instituição	600
Nº total de campi com oferta de aulas pelo CI	7 (Alegrete, Jaguari (Centro de Referência de Santiago, Nova Esperança do Sul), Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Vicente do Sul).

Objetivo estratégico – Oferecer cursos com excelência, observando a verticalização do ensino e o desenvolvimento local/regional.	
META: OFERTAR, NO MÍNIMO, 10% DAS VAGAS EM CURSOS PROEJA, CONFORME PREVÊ O DECRETO Nº 5.840/06, ENTRE OS QUAIS PELO MENOS 1 (UM) CURSO EJA/EPT (PROEJA) TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO EM TODOS OS CAMPI E 1 (UM) CURSO EJA/EPT (PROEJA) FIC EM TODOS OS CAMPI, COMO POSSIBILIDADE DE INGRESSO AO ENSINO MÉDIO.	
Indicador	Resultado
Nº de cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	6
Nº de vagas ofertadas em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	240
Nº de matrículas em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	173

Eficiência acadêmica em cursos EJA/EPT (PROEJA) Técnico Integrado ao Ensino Médio	Não disponível (PNP ainda não publicada)
Nº de cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	4
Nº de vagas ofertadas em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	530*
Nº de matrículas em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	279**
Eficiência acadêmica em cursos EJA/EPT (PROEJA) FIC	-

Fonte: Proen e Plataforma Nilo Peçanha

*O programa EJA/EPT é um programa bianual, sendo assim as vagas ofertadas, correspondem ao ingresso no programa no ano de 2023. ** dados extraídos do SIGAA

Quadro 7 – Métricas de Extensão - apurado Proex fev/25

Objetivo estratégico – Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
META: AMPLIAR EM 100% O TOTAL DE PROJETOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATÉ 2026.	
Indicador	Resultado
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições privadas relacionados ao desenvolvimento sustentável	02 projetos - Pedal Ambiental - Santa Rosa; - Mulheres do Batalhão do Bem: educação e sustentabilidade
Nº de alunos integrantes nos projetos de extensão em parceria com instituições privadas relacionados ao desenvolvimento sustentável	20 alunos
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições públicas relacionados ao desenvolvimento sustentável	18 projetos
Nº de alunos integrantes nos projetos de extensão em parceria com instituições públicas relacionados ao desenvolvimento sustentável	44

META: AMPLIAR EM 50% O NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.	
Indicador	Resultado
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições privadas financiados com recursos externos	01 projeto
Montante de recursos externos aplicados em projetos de extensão em parceria com instituições privadas	R$ 66.000,00 (R$ 44.000,00 SESCOOP RS ; R$ 12.000,00 UNICRED; e R$ 10.000 Prefeitura Municipal de Santa Maria)
Nº de projetos de extensão em parceria com instituições públicas financiados com recursos externos	28 projetos; 04 projetos pelo Programa IF Mais Empreendedor Nacional; 07 Cursos pelo Programa Mulheres Mil; 02 Projetos pelo Programa Energif/SETEC/MEC;) e 15 Projetos financiados por Emendas Parlamentares
Montante de recursos externos aplicados em projetos de extensão em parceria com instituições públicas	R$ 1.061.795,44 (Emendas parlamentares: R$ 700.000,00 Programa MMil: R$ 143.795,44 Programa Energif: R$ 176.000,00 IF Mais Empreendedor: R$ 42.000,00)

Fonte: Proex – Data da apuração: 23/02/2025.

4.3.3. Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha

Apresenta-se aqui a análise dos indicadores divulgados pela Plataforma Nilo Peçanha, de 2018 a 2023.

Quadro 8 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha do IFFar, incluindo o exercício de 2023

INDICADORES – PLATAFORMA NILO PEÇANHA		2024*	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Acadêmicos	Eficiência Acadêmica		60,8%	66,5%	48,6%	53,0%	74,7%	49,30%	44,1%
	Conclusão Ciclo		56,62%	63,57%	46,20%	49,14%	71,94%	47,19%	42,1%
	Taxa de Evasão		23,11%	21,46%	15,8%	21,3%	16,8%	13,40%	19,1%
	Evasão Ciclo		36,19%	32,09%	48,83%	43,57%	24,4%	48,48%	53,3%
	Retenção Ciclo		6,80%	4,34%	4,97%	7,29%	3,65%	4,33%	4,6%
	Relação Inscritos/ Vagas		1,43	1,73	1,82	3,77%	3,29	2,73	4,0
	Taxa de Ocupação		89,70%	89,70%	93,63%	88,28%	91,03%	-	-
	Relação Matrícula por Professor (RAP)		21,28	21,94%	22,6	24,92	21,55	21,29	19,44
Administrativos	Gasto Total		R$ 393.396.389,25	R$ 359.729.431,20	R$ 337.072.025,07	R$ 314.256.671,37	R$ 317.182.250,01	R$ 305.106.223,00	R$ 280.455.814,00
	Gasto com Pessoal		R$ 323.426.697,30	R$ 295.015.686,12	R$ 289.701.933,63	R$ 272.049.893,85	R$ 263.811.876,75	R$ 227.695.928,00	R$ 216.185.120,00
	Investimentos		R$ 12.507.082,38	R$ 11.288.036,57	R$ 13.093.451,98	R$ 5.932.768,69	R$ 8.001.067,65	R$ 8.022.745,00	R$ 9.975.010,00
	Outros Custeios		R$ 57.472.413,41	R$ 53.439.215,11	R$ 34.276.639,46	R$ 36.274.008,83	R$ 45.369.305,61	R$ 67.374.260,00	R$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas		R$ 23.218.245,32	R$ 20.253.961,93	R$ 18.976.510,98	R$ 17.466.640,31	R$ 16.770.613,52	R$ 13.821.528,00	R$ 11.798.786,00
	Gasto Corrente por Matrícula		R$ 24.758,73	R$ 21.512,22	R$ 19.195,74	R$ 18.721,34	R$ 19.438,41	R$ 20.352,90	R$ 19.783,35
Socioeconômicos	0 < RFP ≤ 0,5		4.429	3.690	2.361 alunos	2.433 alunos	3.241 alunos	2.550 alunos	2.613 alunos
	0,5 < RFP ≤ 1		3.341	3.203	3.513 alunos	3.119 alunos	3.298 alunos	3.194 alunos	3.300 alunos
	1,0 < RFP ≤ 1,5		2.679	2.483	3.692 alunos	2.785 alunos	2.654 alunos	2.599 alunos	2.396 alunos
	1,5 < RFP ≤ 2,5		1.928	1.649	2.343 alunos	1.796 alunos	1.535 alunos	1.476 alunos	1.636 alunos
	2,5 < RFP ≤ 3,5		593	623	929 alunos	621 alunos	500 alunos	382 alunos	398 alunos
	RFP > 3,5		626	548	944 alunos	581 alunos	375 alunos	277 alunos	162 alunos
	Não Declarado		5.124	4.130	7.207 alunos	5.788 alunos	1.837 alunos	4.381 alunos	2.773 alunos
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)		4,5	4,5	4,5	4,4	4,4	4,20	4,20

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha

* Aguarda a publicação dos dados da PNP.

4.3.3. 1. Análise crítica dos indicadores acadêmicos – PNP 2025 Ano Base 2024

* Aguarda publicação dos dados da PNP.

4.3.3.1. Eficiência Acadêmica
4.3.3.2. Conclusão Ciclo
4.3.3.3. Taxa de Evasão, Evasão Ciclo e Retenção Ciclo
4.3.3.4. elação Inscritos/Vagas e Taxa de Ocupação
4.3.3.5. elação Matrícula por Professor (RAP)
4.3.3.6. Análise crítica dos indicadores administrativos – PNP 2025 Ano Base 2024
4.3.3.7. Análise crítica dos indicadores socioeconômicos – PNP 2025 Ano Base 2024
4.3.3.8. Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas – PNP 2025 Ano Base 2024

4.4. Correição

A Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos — Copsia é um órgão independente e imparcial, diretamente vinculado ao Gabinete da Reitora. Tem como finalidade responsabilizar-se pelas atividades de controle interno em âmbito disciplinar. Além disso, trabalha para assegurar a probidade dos atos e atividades administrativas desenvolvidas, prevenindo e apurando irregularidades, por meio da instauração e da condução de procedimentos correcionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

A equipe de trabalho da Copsia, em 2024, era formada por dois servidores: Antônio Cândido Silva da Silva – Técnico-Administrativo em Educação, em São Borja, graduado em Direito - presidente da Comissão, conforme Portaria Eletrônica Nº 467 / 2024 - GRE, e por Isabel Graciele Padoin, desde maio de 2024, professora de Sociologia do IFFar, formada em Ciências Sociais e Serviço Social, com experiência em mediação de conflitos e CNV, conforme Resolução Ad Referendum Consup/IFFar Nº 10/2024. Atualmente, apenas Isabel Graciele Padoin atua na Copsia como corregedora, ela assumiu como presidente em fevereiro de 2025, conforme Portaria Eletrônica Nº 506, de 26 de fevereiro de 2025.

Quanto à estrutura física para a execução das atividades da Copsia, a comissão conta com duas salas: uma no segundo andar e outra no sétimo andar da Reitoria do IFFar. Quanto à organização do setor, durante o ano de 2024 foram contempladas, dentre inúmeras outras, as seguintes atividades:

Constante aprimoramento no diagnóstico e levantamento de novos casos que envolvam matéria correcional na instituição;

» **a.** Atualização e acompanhamento dos processos que tramitam no setor- foram computados os antigos processos não catalogados devidamente em outros anos.

» **b.** Foram catalogados 136 processos, muitos deles ainda com situação indefinida e alguns repetidos;

» **c.** Foram escolhidos dentre esses aqueles com a temática em comum de assédio sexual e levados adiante pelas CPADs, resultando em um total de 7 processos: 3 com pena de suspensão, 2 com pena de demissão e os demais com pena de advertência. Pontua-se que alguns desses casos, foram provenientes de 2023, que tiveram julgamento em 2024;

» **d.** Em 2024, foi possível organizar todos os processos em uma tabela própria, sendo arquivado todos os prescritos, de acordo com a Lei 8.112/1990, não restando processos físicos para serem analisados. Atualmente, todos estão cadastrados no SIPAC;

» **e.** Foi possível realizar a condução de 2 PADs Sumários, bem como a celebração de 4 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);

» **f.** Em situações de menor potencial ofensivo, realizou-se MEDIAÇÃO DE CONFLITOS- 4 casos;

» **g.** Precisam ser revistas 3 denúncias de 2023 e algumas que permaneceram de 2024. No que tange ao ano de 2025, encontram-se em fase de análise, para admissibilidade, um total de 11 denúncias. Atualmente (04.02.2025), na Copsia IFFar tem-se um total de 26 processos em diferentes fases;

» **h.** O fato de ter havido a redução expressiva dos processos do ano de 2023, é bastante significativo, pois demonstra que há mais agilidade no tratamento dos casos, o que evita que se atinja o prazo prescricional e se percam as denúncias; e

» **i .** A redução significativa de processos por meio da organização integral da Copsia, através de uma análise detalhada, auxiliou efetivamente que os trâmites tenham se tornado mais céleres, o que é importante para as questões de transparência e gestão democrática.

Ações exitosas e contínuas

» **a.** Consolidação do novo Regimento da Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos (Copsia) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) – Resolução Consup/IFFar nº116/2022;

» **b.** Composição de equipe da Copsia- Realização de seleção de novos servidores dos campi para integrarem a equipe da COPSIA ao longo do período 2023- 2024;

» **c.** Através do Edital Nº 168/2023, de 18 de Abril de 2023 (referente aos Editais nº 123/2023, de 23 de março de 2023, e sua retificação, edital nº 165/2023, de

14 de abril de 2023 e continuidade em 2024), a Presidência da Copsia integrou à sua força de trabalho temporária mais 22 colegas servidores do IFFar, sendo um representante TAE e um representante docente de cada um dos 11 campi da instituição, que além de desempenharem suas funções cotidianas nos campi, também atuam em Processos Administrativos;

» **d.** Instauração de reuniões de mediações de conflitos, para assuntos de menor gravidade, o que auxilia na desburocratização das ações;

» **e.** A celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com os servidores, o que previne a morosidade de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

» **f.** Participação da Copsia na organização e estruturação do Comitê de Não Violência do Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

» **g.** Capacitações sobre CNV e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

» **h.** Diálogo com a gestão, de forma conjunta e franca (REITORIA E DIRETORES GERAIS), para a busca célere da resolutividade de conflitos, que não são considerados infrações funcionais e /ou ilícitos.

» **i.** Implementação de política documental setorial, padronização de documentos/solicitações e emissão de inúmeras declarações negativas para servidores do IFFar (que demandaram pedidos de aposentadoria, redistribuição ou cedências a outros órgãos) atendidos com prioridade em menos de 24h em 100% dos casos; e

» **j.** E-mails, memorandos e ofícios respondidos com a maior brevidade possível.

Dificuldades e estratégias de enfrentamento

Ressalta-se que a Copsia passa, atualmente, por processo de estruturação do setor, constatado o cenário incipiente e incompleto quanto a procedimentos, a regulamentos definidos e à equipe de trabalho, composta hoje por três servidores. A criação de dezenas de modelos de documentos ao longo de 2023 já representa um ativo ímpar e inédito no setor, facilitando a consecução rotineira de atividades da Unidade Correcional da Instituição, em 2024.

Os principais desafios enfrentados no ano de 2024, que ainda persistem em 2025, estão fundamentalmente relacionados à necessidade de um aumento substancial no número de servidores e colaboradores alocados ao setor. Além disso, há uma carência de tempo adequado para atender a questões essenciais, como a formação e a qualificação técnica na área, entre outras demandas básicas. As capacitações em diversas temáticas são imprescindíveis, não apenas para os servidores que atuam neste local, mas também para os 22 colaboradores dos *campi*, incluindo 1 Técnico-Administrativo (TAE) e 1 Docente de cada *campus*.

São necessárias capacitações constantes e frequentes, já que os servidores não se encontram atrelados, em sua maioria, à área do direito. A condução de Processos Administrativos Disciplinares, requer CPADs capacitadas, que saibam como devem agir, tendo como referência o Manual CGU-PAD.

Destaca-se que a responsabilidade pela construção desse plano não recai exclusivamente sobre a Copsia, sendo imprescindível a colaboração e o intercâmbio de ideias com diversas unidades, como a Gestão de Pessoas, a Ouvidoria, a Comissão de Ética, o Comitê de Não Violência, entre outras assessorias voltadas à participação social, diversidade e controle interno. Isso porque o objetivo é fomentar a gestão humanizada nos espaços institucionais, de forma a assegurar que as ações de prevenção promovam a mudança da cultura organizacional.

Ademais, mesmo com todas as dificuldades passadas e presentes, é possível afirmar que finalmente foi aberto um canal de diálogo adequado com a alta gestão do IFFar, bem como com os gestores locais dos *campi* e setores afins na própria Reitoria da instituição. A perspectiva para 2025 é certamente qualificar e aumentar os esforços aplicados pela instituição em sua unidade correcional, para que, o mais breve possível, atinja-se um nível adequado de tratamento e resolução das demandas disciplinares que nesta comissão aportam diariamente, o que não será viável sem a alocação de mais recursos humanos diretamente envolvidos na questão correcional.

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Gestão orçamentária, financeira e de custos

A Lei Orçamentária Anual de 2023 (LOA/2024) consignou ao IFFar dotação orçamentária no total de R$ 429.538.242,31. Esse valor é composto pelos programas indicados no quadro abaixo.

Quadro 9 – Execução orçamentária 2024 por Programa e Ação de Governo UO26420

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		EXECUÇÃO 2024
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	24.439.764,62
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	48.257.712,88
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	3.163.475,89
		20TP	Ativos Civis da União	249.805.026,67
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	20.779.924,55
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	153.000,00
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	359.999,13

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		EXECUÇÃO 2024
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0,00
		00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	0,00
5111	Educação Básica de Qualidade	00PI	Apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2.468.389,30
		20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	31.073,88
		214V	Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos	3.553.660,00

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		EXECUÇÃO 2024
5112	Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	15R4	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	8.665.900,00
		20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.199.681,70
		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	45.441.116,72
		219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	5.659.999,90
		21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica	1.227.997,00
		21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	337.006,89
		2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	13.707.177,14
5136	Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	21G7	Governança e Regularização Fundiária Nacional	210.000,00
5838	Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	21FL	Gestão de Políticas para Povos Indígenas	7.7336,04

Fonte: Tesouro Gerencial (2024)

Ao analisar criticamente as informações apresentadas sobre a execução financeira do Instituto Federal Farroupilha para o relatório de gestão de 2024, devemos considerar vários aspectos:

1. Distribuição Orçamentária

A execução total de R$ 429.538.242,31, com uma alocação significativa de R$ 346.958.903,74 em folha de pagamento, indica o compromisso Institucional com a valorização do seu corpo docente e técnico. No entanto, isso gera um desafio em termos de sustentabilidade orçamentária, visto que a maior parte do orçamento está vinculada a despesas fixas, reduzindo a disponibilidade de recursos para iniciativas de inovação e melhorias.

2. Despesas com Previdência e Benefícios

Os valores expressivos destinados a aposentadorias R$ 24.439.764,62, contribuições previdenciárias R$ 48.257.712,88 e assistência médica e odontológica R$ 3.163.475,89 refletem a responsabilidade do Institucional em garantir direitos aos seus servidores. Contudo, isso também aponta para a necessidade de um planejamento estratégico que contemple o equilíbrio entre os compromissos com a folha de pagamento e investimentos em ações que promovam a qualidade educacional.

3. Investimentos em Educação Básica

No programa 5111, o investimento de R$ 6.053.123,18, com ênfase nas ações voltadas à alfabetização e qualificação profissional, mostra um foco na melhoria da educação básica. A grande quantidade de recursos aplicada nas ações 214V e 00PI são pontos positivos, considerando a relevância da educação de jovens e adultos e a alimentação escolar dos estudantes. Porém, nos resta acompanhar no médio e longo prazo a eficácia dessas ações em termos de resultados educacionais.

4. Educação Profissional e Tecnológica

O programa 5112 destaca um investimento de R$ 9.865.581,70, com ênfase na modernização e consolidação das instituições, porém, aquém das reais necessidades de manutenção da infraestrutura das unidades do IFFar, precarizando de forma significativa prédios e equipamentos, e limitando a renovação/adequação tecnológica, requisito fundamental à garantia da oferta de uma educação de qualidade. O valor alocado nas diferentes ações indica uma abordagem diversificada, o que é vital para a adaptação às necessidades da educação profissional e tecnológica. A assistência aos estudantes R$ 13.707.177,14 sugere um reconhecimento das vulnerabilidades enfrentadas por eles, mas o valor é relativamente baixo diante do cenário econômico-social do corpo discente, o que pode indicar a necessidade de um melhor suporte para ações Institucionais. Envolvidos nesse montante de recursos estão as obras referentes a implantação dos

Campi Caçapava do Sul R$ 1.558.000,00 e São Luiz Gonzaga R$ 1.000.000,00, além, das Obras de construção da biblioteca e restaurante estudantil (R$ 1.579.000,00) para o *Campus* Uruguaiana.

5. Governança Fundiária

O investimento de R$ 210.000,00 no programa 5136 para governança e regularização fundiária é uma iniciativa importante, especialmente considerando a relevância da reforma agrária e a regularização de comunidades tradicionais. Contudo, seria relevante expandir essa abordagem, com mais recursos e ações específicas que possam garantir resultados concretos para essas populações.

6. Incidentes Climáticos

Em 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou uma série de problemas relacionados com a intensidade das chuvas, em especial nos meses de abril e maio. Neste período, os *campi* Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana sofreram danos em sua infraestrutura em decorrência direta dos eventos extremos. A reparação dos danos em cada unidade se deu a partir da liberação de recursos enviados pela Secretaria de Educação Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação.

É importante considerar esse contexto na análise dos resultados anuais. Do ponto de vista pedagógico, foram atendidos 327 estudantes cuja situação familiar se encontrava em vulnerabilidade neste mesmo período.

Quadro 10 – Execução orçamentária e financeira do Programa 5012– Educação Profissional e Tecnológica que Transforma UO 26420

AÇÃO GOVERNO		NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHA-DAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS
15R4	Apoio à Consolidação e Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	449051	Obras e Instalações	8.465.900,00	0,00	0,00	8.465.000,00
		449052	Equipamentos e Material Permanente	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00	45.504,99	45.504,99	154.495,01
		449051	Obras e Instalações	23.224,22	23.224,22	23.224,22	0,00
		449052	Equipamentos e Material Permanente	976.457,48	96.376,95	95.513,31	880.080,53
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	338041	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
		339014	Diárias - Pessoal Civil	782.198,83	782.198,83	782.063,15	0,00
		339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	1.557.658,84	1.555.408,84	1.555.408,84	2.250,00
		339020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	573.511,07	573.511,07	573.511,07	0,00
		339030	Material de Consumo	2.853.152,01	2.417.988,51	2.408.370,39	435.163,50

AÇÃO GOVERNO		NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHA-DAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	339033	Passagens e Despesas com Locomoção	1.051.894,23	675.033,46	664.306,33	376.860,77
		339036	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	1.137.568,82	1.119.718,12	888.487,10	17.850,70
		339037	Locação de Mão-de-Obra	16.591.063,26	14.113.083,19	13.794.845,98	2.477.980,07
		339039	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica	17.609.542,82	11.889.138,89	11.769.814,85	5.720.403,93
		339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	761.976,71	584.118,32	580.433,12	177.858,39
		339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	215.604,95	206.435,84	204.887,06	9.169,11
		339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	28.736,71	26.593,37	26.593,37	2.143,34
		339092	Despesas de Exercícios Anteriores	7.883,98	7.883,98	7.883,98	0,00
		339093	Indenizações e Restituições	181.616,59	181.616,59	179.757,14	0,00
		339139	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica (Intra)	99.749,17	64.062,30	63.126,15	35.686,87
		339147	Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	198.754,18	191.259,81	180.445,71	7.494,37
		449040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	750,00	0,00	0,00	750,00
		449051	Obras e instalações	194.644,61	182.833,65	182.833,65	11.810,96
		449052	Equipamentos e Material Permanente	1.594.809,94	880.336,28	875.755,37	714.473,66

AÇÃO GOVERNO		NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHA-DAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS
219U	Apoio ao Funcionamento e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	339030	Material de Consumo	42.000,00	11.920,00	0,00	30.080,00
		339037	Locação de Mão-de-Obra	1.455.466,72	125.687,39	24.185,66	1.329.779,33
		339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.147.533,18	1.031.027,43	986.161,93	3.116.505,75
		339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica	339014	Diárias - Pessoal Civil	63.246,55	63.246,55	63.246,55	0,00
		339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	119.480,82	119.480,82	119.480,82	0,00
		339020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	368.876,95	368.876,95	368.876,95	0,00
		339030	Material de Consumo	24.570,38	1.067,00	1.067,00	23.503,38
		339033	Passagens e Despesas com Locomoção	107.229,48	47.302,61	46.193,42	59.926,87
		339036	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	17.302,50	17.302,50	17.137,50	0,00
		339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	375.254,10	317.517,41	315.816,41	57.736,69
		339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	16.190,50	8.547,11	8.547,11	7.643,39

AÇÃO GOVERNO		NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHA-DAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS
21B3	Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e ao Desenvolvimento de Políticas, Regulação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica	339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	2.100,00	2.100,00	2.100,00	0,00
		339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	108.730,30	108.730,30	108.730,30	0,00
		339093	Indenizações e Restituições	21.265,42	21.265,42	21.265,42	0,00
		339147	Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	3.750,00	3.360,00	3.060,00	390,00
21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica	339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	89.105,07	88.905,07	88.905,07	200,00
		339030	Material de Consumo	140.137,84	81.488,22	76.444,22	58.649,62
		339036	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	15.325,00	11.600,00	9.038,54	3.725,00
		339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
		339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	81.133,98	66.023,00	66.023,00	15.110,98
		339147	Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	3.305,00	1.565,00	0,00	1.740,00

AÇÃO GOVERNO		NATUREZA DESPESA		DESPESAS EMPENHA-DAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	2.603.600,72	2.549.540,72	2.549.540,72	54.060,00
		339020	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	5.750,00	5.750,00	5.750,00	0,00
		339030	Material de Consumo	1.775.717,97	1.445.124,65	1.436.239,27	330.593,32
		339032	Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuíta	12.006,86	5.321,60	5.321,60	6.685,26
		339037	Locação de Mão-de-Obra	5.911.593,93	5.171.205,56	4.981.053,02	740.388,37
		339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.394.693.66	2.626.815,77	2.621.657,56	767.877,89
		339093	Indenizações e Restituições	1.219,00	1.219,00	1.219,00	0,00
		339147	Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	432,48	432,48	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial, 2024 e 2025

O relatório de execução orçamentária e financeira do Instituto Federal Farroupilha, referente ao exercício de 2024, apresenta um panorama da alocação de recursos, revelando tanto pontos positivos quanto áreas que necessitam de atenção e melhorias. Embora demonstre um significativo volume de recursos empregados em diversas ações R$ 76.238.879,35, a análise detalhada aponta para a necessidade de algumas considerações.

A principal delas reside nos expressivos valores de "Restos a Pagar Não Processados Inscritos", presentes em várias ações que somam R$ 26.317.967,06 correspondente a 34,5% dos recursos da Educação Profissional e Tecnológica que Transforma (5112). Essa constatação indica dificuldades na execução dos recursos ao longo do exercício, demonstrando montantes importantes que se tornam disponíveis somente no final do ano. Evidentemente, é mister destacar dentro desses valores a inscrição de restos a pagar em Obras dos *campi* em implantação, e as de consolidação da Rede Federal com a construção e reformas de biblioteca e restaurantes estudantis em execução no valor R$ 8.477.710,96 e equipamentos que estão aguardando o entrega para os demais estágios da despesa pública R$ 1.794.554,19; totalizando nessas duas grandes ações: R$ 10.272.265,15.

Ao avaliar o montante restante R$ 16.045.691,91 de restos a pagar numa Instituição constituída de 11 unidades em funcionamento, 2 em implantação e Reitoria, tem-se uma média de R$ 1.146.120,85 inscritos em restos a pagar.

A significativa parcela destinada a "Outros Serviços de Terceiros" (tanto Pessoa Jurídica quanto Física) e "Locação de Mão-de-Obra" totalizada em R$ 37.063.429,20 corresponde a 48,6% dos recursos desse programa, logo, merece atenção. Embora fundamental para o funcionamento da instituição, essa alta dependência externa requer uma avaliação crítica, principalmente sobre o impacto dos cargos extintos e em extinção, além do não provimento de vagas previstas na Portaria MEC 713/2021 que estabelece diretrizes para a Organização dos Institutos Federais, o que não nos afasta da busca por alternativas que otimizem custos e garantam a eficácia das operações devidamente priorizadas. Similarmente, os recursos para "Material de Consumo" utilizam 6,2% dos recursos desse programa num total de 3.957.588,38, para dar conta dos insumos necessários ao funcionamento institucional.

Os valores investidos em "Auxílio Financeiro a Estudantes e Pesquisadores", R$ 4.313.335,45 (5,6%) e R$ 948.138,02 (1,2%) respectivamente, demonstram o compromisso da instituição com a formação das pessoas qualificadas.

6. GESTÃO DE PESSOAS (DGP)

6.1. Conformidade legal

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) está vinculada ao órgão setorial na área de pessoal no Ministério da Educação (MEC) denominado de Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que edita normas e orientações com relação à área de pessoal.

Nesse sentido, a partir da Lei nº 11.892/2008, que propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, a Gestão de Pessoas apresenta-se como estrutura importante na organização do resgate e registro de informações de pessoal, articulando a promoção de capacitação e qualificação dos quadros de pessoal, requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Dessa forma, para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha trabalha com observância da Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal e da Lei nº 11.091/2005 que trata da estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda, com relação às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, são utilizadas as Resoluções do Conselho Superior do IFFar, Pareceres do Colegiado de Dirigentes e Instruções Normativas, as quais seguem as Notas Técnicas e Orientações Normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP).

6.1.4. Órgãos de Controle

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU), de forma a corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas - apontamentos, diligências e recomendações - são respondidas com atenção aos prazos e controles.

No ano de 2024 foram apurados indícios motivados pelo TCU que trataram de possí-

veis irregularidades referentes às acumulações indevidas de cargo público, recebimento indevido de auxílio-transporte, quebra da Dedicação Exclusiva, auxílio alimentação pago em duplicidade e outros, num total de 23 novos indícios.

Ainda, todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU 78-2018, num total de 81 atos.

6.2. Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é composto, em sua maioria, por duas carreiras: docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei nº 12.772/2012; e Técnico-administrativos em Educação, regidos pela Lei nº 11.091/2005. Também constituem o quadro de servidores do IFFar, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

A Força de Trabalho da Instituição está distribuída por meio das lotações de pessoal, nas onze (11) unidades de ensino e uma (01) unidade administrativa conforme quadro 11.

Além disso, pode-se traçar o perfil da força de trabalho do IFFar, conforme segue:

Quanto à jornada de trabalho (Quadro 12), a grande maioria dos servidores TAEs estatutários são submetidos à jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais e o perfil predominante dos Docentes é ser estatutário e submetido ao regime de dedicação exclusiva.

Em termos de composição (Quadro 13), os servidores do gênero feminino são maioria na instituição, representando 52,5 % do quadro funcional.

O índice de titulação dos servidores (Quadro 14) demonstra o nível de qualificação dos servidores do IFFar.

Quadro 11 – Quadro de servidores do IFFar

Unidade	Docente	TAE
Reitoria	00	96
Alegrete	109	81
São Vicente do Sul	117	96
Santa Rosa	69	57
Júlio de Castilhos	69	59
Santo Augusto	64	52
Panambi	67	55
São Borja	63	55
Jaguari	43	38
Santo Ângelo	58	43
Uruguaiana	30	16
Frederico Westphalen	69	38
Total	758	686

Fonte: SIAPE

Quadro 12 – Quadro de servidores e respectiva Jornada de Trabalho

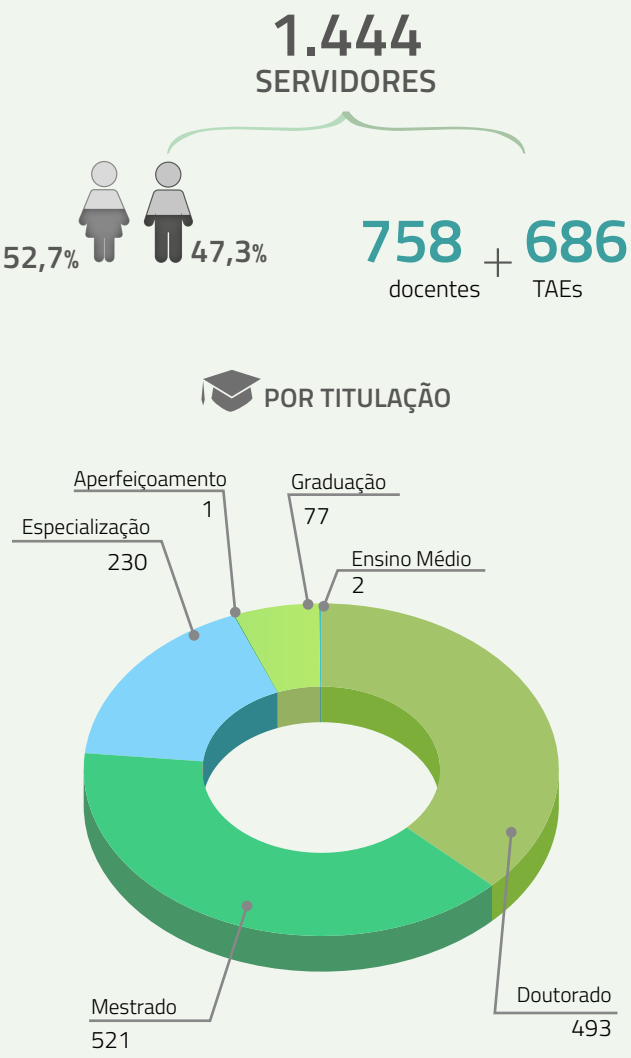
Carreira	Jornada	Nº de servidores
TAE	40h	678
	30h	00
	25h	04
	20h	04
Total		686
Docente	Dedicação Exclusiva	758
Total		758

Fonte: SIAPE/SIG

Quadro 13 – Quadro de servidores por gênero no Instituto Federal Farroupilha

Sexo	Docente	TAE
Masculino	366	314
Feminino	393	366

Fonte: SIG



Quadro 14 – Nível de qualificação dos servidores do Instituto Federal Farroupilha

Titulação	Docente	TAE
Doutorado	442	51
Mestrado	272	249
Especialização	14	216
Aperfeiçoamento	00	01
Graduação	01	76
Ensino médio	00	02
Ensino fundamental	00	00
Ensino fundamental incompleto	00	00

Fonte: SIG/EXCE

6.2.5. Quantidade de cargos gerenciais ocupados

O quadro a seguir mostra o número de cargos de Direção e de Funções Gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-03 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia Geral da União, e os demais Cargos em Comissão/ gerenciais são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

Quadro 15 – Quantitativo de Cargos de Direção e Funções Gratificadas no IFFar

CARGOS DE DIREÇÃO		FUNÇÃO GRATIFICADA	
CD 01	01	FG 01	75
CD 02	15	FG 02	92
CD 03	20	FG 03	08
CD 04	41	FG 04	10
		FG 05	20
		FUC	120

Fonte: SIORG

6.2.6. Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e alocação de pessoal no IFFar é realizado através de concurso público e processos seletivos simplificados.

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com o inciso II do art. 37 da Constituição Federal:

> A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Complementa o art. 10 da Lei nº 8.112/1990 que:

> A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Ainda, o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG.

Em decorrência do Decreto nº 7.312/2010 e Decreto nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais temporários regidos pela Lei nº 8.745/93, referente a professores substitutos, são normatizados pela própria Lei e pela Instrução Normativa nº 28/2021 do Gabinete da Reitora do IFFar.

Quanto aos provimentos das vagas previstas em concurso, estes devem estar planejados pela Instituição, de acordo com Portaria Interministerial nº 109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Instituições Federais de Ensino e pelo Ministério da Educação – MEC para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme art. 2º, inciso I, alíneas b e c:

> Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:
>
> I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:
>
> b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e
>
> c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na referida Portaria Interministerial também deverá estar de acordo com o Decreto nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018 e com Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas Unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria nº 713, de 08 de setembro de 2021, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros

para a sua implementação trazendo os quantitativos de Técnico-administrativos em Educação e de Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de Unidade, não fazendo previsão de lotação de docentes na Reitoria. A partir da Portaria nº 246, de 15 de abril de 2016 (primeiro modelo de dimensionamento), o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

A mobilidade interna dos servidores da Instituição é feita, desde 2013, por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido, visando a selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação atual, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei nº 8.112/1990. E, desde agosto/2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Ainda, ocorreram remoções em virtude de motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como remoção para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto na Lei nº 8.112/90.

No ano de 2024, 07 (sete) Técnico-Administrativos em Educação e 13 (treze) docentes foram removidos no IFFar, pelos diferentes motivos previstos em lei.

6.3. Detalhamento da despesa de pessoal

A despesa de pessoal no IFFar apresenta anualmente acréscimo devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras Docente e TAE. Em quantitativos globais, o total de servidores passou de 1.408, no ano de 2022, para 1.413 no ano de 2023; para 1.444 no ano de 2024, produzindo o resultado, conforme mostra a tabela seguinte.

Os valores do exercício 2024 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão tiveram redução em comparação ao ano anterior, em virtude de movimentações e vacâncias. Apesar do quantitativo global de servidores ter sido ampliado, a redução nos valores ocorre em virtude de que vacâncias e redistribuições de servidores que já estão com bastante tempo de carreira geram nomeação de novos servidores, que percebem remuneração menor, por estar em início de carreira. Houve manutenção nos valores referentes ao pagamento de exercícios anteriores com relação ao ano de 2023. Salienta-se que o pagamento de exercícios anteriores ocorre através

de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, desta forma, considera-se normal a oscilação nos valores.

Figura 6 – Custos de Pessoal no Exercício 2024 e nos dois anos anteriores no IFFar

Quadro de Custos de Pessoal no Exercício 2024 e nos dois Anteriores

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2024	R$ 81.944.192,25	R$ 0,00	R$ 47.200.164,27	R$ 5.762.151,86	R$ 14.413.882,91	R$ 17.384.710,16	R$ 0,00	R$ 948.528,28	R$ 49.531,61	**R$ 167.703.161,34**
	2023	R$ 101.225.256,79	R$ 0,00	R$ 55.830.745,06	R$ 8.363.462,31	R$ 12.715.431,72	R$ 18.787.315,03	R$ 0,00	R$ 952.568,51	R$ 64.753,67	**R$ 197.939.533,09**
	2022	R$ 93.787.397,45	R$ 0,00	R$ 50.266.143,58	R$ 7.682.845,38	R$ 10.083.770,44	R$ 16.900.806,51	R$ 0,00	R$ 192.495,54	R$ 66.404,12	**R$ 178.979.863,02**
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2024	R$ 5.554.037,20	R$ 0,00	R$ 757.811,47	R$ 44.033,83	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 6.355.882,50**
	2023	R$ 6.669.754,38	R$ 0,00	R$ 763.390,47	R$ 77.906,25	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 7.511.051,10**
	2022	R$ 5.416.599,52	R$ 0,00	R$ 608.056,56	R$ 30.624,59	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 6.055.280,67**
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2024	R$ 626.765,40	R$ 0,00	R$ 219.598,44	R$ 23.153,05	R$ 53.975,30	R$ 23.849,78	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 947.341,97**
	2023	R$ 581.548,99	R$ 0,00	R$ 99.374,34	R$ 17.391,30	R$ 36.074,08	R$ 14.499,08	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	**R$ 748.887,79**
	2022	R$ 429.926,50	R$ 0,00	R$ 31.878,56	R$ 18.423,49	R$ 17.404,00	R$ 10.606,91	R$ 0,00	R$ 1.027,87	R$ 0,00	**R$ 509.267,33**
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2024	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 3.660.197,23	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 948.528,28	R$ 49.531,61	**R$ 4.658.257,12**
	2023	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.750.874,69	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 952.568,51	R$ 64.753,67	**R$ 5.768.196,87**
	2022	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 4.404.163,16	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 192.495,54	R$ 66.404,12	**R$ 4.663.062,82**
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2024	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 589.703,18	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 948.528,28	R$ 49.531,61	**R$ 1.587.763,07**
	2023	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 756.313,88	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 952.568,51	R$ 64.753,67	**R$ 1.773.636,06**
	2022	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 674.661,88	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 192.495,54	R$ 66.404,12	**R$ 933.561,54**

Fonte: SIGGP

6.4. Estratégias de gestão de pessoas

6.4.1. Estrutura das Carreiras, Avaliação de desempenho e remuneração

A carreira Técnico-administrativa em Educação (TAE) está fundamentada pela Lei nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para o cargo. Cada um dos níveis referidos possui, ainda, quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após o ingresso.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada 18 meses, quando realizada a Progressão por Mérito Profissional, existindo ainda a progressão por capaci-

tação, o que ocorre também a cada 18 meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) e Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente, ocorre a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios Institucionais.

Além disso, de acordo com o art. 18, da Lei nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da Retribuição por Titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC, em 3 (três) níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução Consup nº 62, de 05 de novembro de 2014 (que está sendo atualizada).

Assim, todos os anos é recorrente que algumas concessões de RSC sejam revogadas ante o encaminhamento da Retribuição por Titulação, haja vista a política institucional de qualificação profissional.

6.4.2. Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar estabeleceu, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), o qual se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (Bolsa Estudo, Auxílio-Mensalidade e Auxílio-Deslocamento) para servidores matriculados em programas de Pós-graduação strictu sensu. No ano 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e Pós-graduação lato sensu, em Instituições públicas ou privadas no País, reconhecidas em suas devidas instâncias.

Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao financiamento do programa.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP são fracionados de forma igualitária entre as três modalidades existentes, em caráter de ressarcimento, sendo as modalidades caracterizadas como:

» **Bolsa de Estudo (PIIQP-BE):** Destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, em cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais;

» **Auxílio Mensalidade (PIIQP-AM):** Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais e privadas;

» **Auxílio Deslocamento (PIIQP-AD):** Destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e em programas de pós-graduação em instituições nacionais localizadas em municípios diferentes ao de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas estão os recursos destinados ao PIIQP e PIIQPE que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre através de edital semestral em que o servidor deverá atender às exigências da Resolução *Ad Referendum Consup nº 011/2020.*

No ano de 2024, foi utilizado um total de R$ 288.166,80 em recurso para o PIIQP, restando um saldo de R$ 73.128,99 considerando as regras institucionais para concessão do programa.

Quadro 16 – Programa de Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional – PIIQP - 2024

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2024		SEGUNDO SEMESTRE DE 2024	
Modalidade	Número de servidores contemplados	Modalidade	Número de servidores contemplados
PIIQP-BE	65	PIIQP-BE	52
PIIQP-AM	14	PIIQP-AM	08
PIIQP-AD	26	PIIQP-AD	26
Total de 206 servidores contemplados em 2023			

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ano-base 2024.

O Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) é formalizado pela Resolução Ad Referendum Consup nº 04/2024. Ele possui caráter e proposição institucional e tem o objetivo de atender a qualificação, em nível de Pós-graduação strictu sensu, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no exterior e no país.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de

Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, especializações em Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, conveniado com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PII-QPPE está em andamento através do Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de Computação, convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Pelotas, que possui 21 servidores cursando desde março de 2020. A terceira oferta do PIIQPPE também está em andamento através do Mestrado Interinstitucional (Minter) na área de Gestão das Organizações Públicas, convênio entre IFFar e a Universidade Federal de Santa Maria e possui 10 servidores cursando desde agosto de 2023. A quarta e quinta ofertas, que tiveram início no segundo semestre de 2024, são os Doutorados Interinstitucionais (Dinter) na área de Educação, com 29 servidores cursando, e na área de Gestão de Organizações Públicas, com 06 servidores cursando, ambos em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria.

Com relação à qualificação profissional, o IFFar atende o art. 96-A da Lei nº 8.112/90, que trata da possibilidade de afastamento integral para realização de curso de Pós-graduação stritu sensu. Desde 2011, o IFFar possibilita que os servidores se afastem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação.

Nesse sentido, ante a publicação do Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, além de Instrução Normativa do Ministério da Economia que o regulamenta, foi realizada atualização da normativa institucional em março/2024, através da Resolução Consup N.º 8/2024, a qual estabelece as orientações e procedimentos para os servidores participarem de ações de desenvolvimento, entre elas o afastamento integral, o qual prevê realização de seleção, através de edital semestral, no percentual de 10% de total de servidores, por categoria (docentes e técnico-administrativos), os quais concorrem entre si.

No ano de 2024, foram publicados dois editais de seleção para afastamento integral, disponibilizando 28 vagas para docentes e 44 vagas para técnico-administrativos do IFFar.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores por meio de capacitação e formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida dos servidores e projetos culturais, o Programa Institucional de Desenvolvimento (PIDes) foi criado em 2014 e atualmente é disciplinado pela Resolução Ad Referendum nº 12/2020, efetivando-se por meio de cadastro em fluxo contínuo dos projetos e ações.

O PIDes prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução Consup

nº 079/2023, concedido através de edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio de cada Unidade do IFFar. No ano de 2024, o valor correspondente a 1% do custeio de cada Unidade e somou o total de R$ R$ 361.295,79.

6.4.3. Levantamento de necessidades de desenvolvimento

Em agosto/2019, a partir da edição do Decreto nº 9.991/2019, que revogou o Decreto nº 5.707/2006 e instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, as capacitações e qualificações dos servidores devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFFar (PDP), o qual foi cadastrado na plataforma conforme o prazo estabelecido.

Salienta-se que todo ano o PDP do IFFar é planejado e cadastrado, ação realizada a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias, bem como da indicação de ações de capacitação na busca do atendimento aos objetivos institucionais, partindo das metas estabelecidas no PDI 2019-2026.

Por fim, importante destacar que no ano de 2024 foi realizado, com os servidores (individualmente) e com gestores, o levantamento de necessidades de desenvolvimento. Nessa oportunidade, foram registradas 141 ações, distribuídas entre afastamento integral, licença capacitação, cursos e eventos nas diferentes áreas de atuação, sendo que o acompanhamento pode ser realizado através da *home page do IFFar, no Menu PDP.*

6.4.4. Programa de Gestão - consolidação e ampliação

Em atendimento à demanda recebida do quadro de servidores, no mês de julho de 2022, foi dado início ao projeto piloto do Programa de Gestão no âmbito do IFFar. A partir da publicação da Portaria nº 695/2022, do Edital nº 228/2022 e da Instrução Normativa nº 10/2022 do Gabinete da Reitora, originada após ampla discussão do Grupo de Trabalho designado para a tarefa. Inicialmente, o funcionamento do projeto foi autorizado para os setores que se enquadraram nos pré-requisitos definidos.

Programa de Gestão e Desempenho - PGD é o nome dado ao modelo de trabalho instituído pela Administração Pública Federal, por meio da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020 (IN 65/2020). As bases de funcionamento do PGD são:

» substituição do controle de frequência dos agentes públicos (o famoso "bater ponto") por uma gestão de pessoas baseada em resultados; e

» inovação nos arranjos de trabalho, tanto em relação aos locais (presencial, teletrabalho e híbrido), quanto aos horários de execução (síncrono e assíncrono).

Apesar de sinônimos, os termos "teletrabalho" e "trabalho remoto", usualmente, têm sido diferenciados pela Administração Pública Federal, conforme as circunstâncias e o fundamento legal. O trabalho remoto extraordinário, originado por força da pandemia, teve como principal característica a realização das atividades fora das dependências físicas do órgão. Já o teletrabalho, modalidade de trabalho prevista no PGD, tem como foco o controle dos resultados alcançados pelos agentes públicos, independentemente do local de trabalho, além de ter a obrigatoriedade da utilização de sistema informatizado.

Até 31/12/2024, 262 servidores TAEs haviam aderido ao PGD (38,19 %). 1808 planos de trabalho foram avaliados no período com uma nota média geral de 9,79. Com relação aos docentes, 560 servidores aderiram ao programa, equivalente a 73,87% do quadro.

6.4.5. SIASS e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar

O Núcleo Saúde e Segurança do Trabalho sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS) do Instituto Federal Farroupilha. Essa unidade tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo Federal. Durante o período, foram realizadas importantes ações objetivando a saúde do servidor. Essas informações serão expostas no presente relatório. Para facilitar a compreensão, algumas definições serão fornecidas a seguir:

» **Equipe multiprofissional:** composta por um conjunto de servidores com formação em diversas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento de ações de saúde, segurança do trabalho e atividades administrativas, podendo contribuir para a avaliação pericial com pareceres técnicos específicos de sua área de atuação a fim de qualificar a intervenção.

» **Avaliação Social:** realizada pela assistente social integrante da equipe multidisciplinar do SIASS, externaliza uma sugestão técnica para a melhor solução da situação pericial apresentada, fazendo uso de técnicas e instrumentos pertinentes ao exercício da profissão, necessários para a análise, interpretação da situação em questão e elaboração do parecer que subsidiará a decisão pericial.

» **Perícia oficial em saúde:** ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.

» **Junta oficial em saúde:** perícia oficial em saúde realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas.

» **Licença por motivo de saúde:** direito de o servidor ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente. São espécies das referidas licenças: a licença para tratamento da própria saúde, conforme disposto nos artigos 202, 203 e 204 da Lei nº 8.112/1990; licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme disposto nos artigos 83 e 204 da Lei nº 8.112/1990; a licença à gestante, conforme disposto no art. 207 da Lei nº 8.112/1990; e a licença por acidente em serviço, conforme disposto nos artigos 211 e 212 da Lei nº 8.112/1990.

» **Registro de atestados:** inclusão virtual de licenças dispensadas de perícia no SIASS por um servidor técnico-administrativo das Unidades de Saúde do IFFar com acesso administrativo no sistema, tendo por base atestados emitidos por profissional médico ou odontólogo assistente externo.

6.4.5. 1. Ações em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida:

O Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho do IFFar, durante o ano de 2024,realizou e/ou acompanhou as seguintes ações:

» **1.** Acompanhamento dos processos relacionados à aquisição e distribuição de Equipamentos de Proteção e insumos na instituição;

» **2.** Ações de promoção da saúde por meio do envio de cards via e-mail, relacionados a campanhas nacionais de prevenção e cuidado;

» **3.** Organização e divulgação de diversas lives durante o ano, com temáticas como "saúde mental em tempos de desastres", "autocuidado" e outros; e

» **4.** Promoção à saúde do servidor através da promoção de exames periódicos de saúde.

Ainda, foram ações da pasta durante o ano de 2024:

» **Ações de prevenção contínuas:** Acompanhamento e monitorização de sinais vitais (PA/SpO2/FC) presencial dos servidores da Reitoria; realização de testes rápidos: Covid-19, Influenza, HIV, Sífilis, Hepatites B e C, HGT - hemoglicoteste.

» **Promoção continuada:** Curso de Primeiros Socorros para Profissionais da Educação, via Moodle. Extensivo à toda comunidade acadêmica do IFFar e externos.

» **Curativas:** Realização de procedimentos invasivos: aplicação de injeções intramusculares de acordo com prescrição médica externa, curativos.

6.4.5. 2. Atividades em Perícia Oficial em Saúde

As atividades de perícia oficial em saúde estão resumidas abaixo:

Quadro 17 – Atestados Registrados

Unidade SIASS	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família		Total
	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	
Total	474		186		660
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFARROUPILHA	94	3.5	27	4.185185	121
SIASS - INSTITUTO FED FARROUPILHA *Campus* São Vicente do Sul	75	4.2	27	3.333333	102
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* São Borja	54	4.074074	26	2.846153	80
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Santa Rosa	51	4.196078	14	2.285714	65
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Panambi	42	2.47619	21	2.666666	63
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Santo Ângelo	42	3.690476	18	2.166666	60
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Santo Augusto	32	2.59375	10	2.6	42
SIASS - INSTITUTO FED FARROUPILHA *Campus* Julio de Castilhos	31	3.806451	16	3.0	47
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Jaguari	28	3.392857	12	2.75	40
SIASS - INSTITUTO FED FARROUPIL *Campus* Frederico Westphalen	20	4.75	13	5.230769	33
SIASS - INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA *Campus* Alegrete	5	3.6	2	4.0	7

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade SIASS IFFar, 2024.

Quadro 18 – Perícias

Tipo Perícia	Singular	Junta por Videoconferência	Total Geral
Avaliação de Candidato para Ingresso no Serviço Público Federal	57	5	62
Licença para Tratamento de Saúde	246	43	289
Avaliação para Concessão de Licença à Gestante	5	0	5
Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família	50	0	50
Avaliação da Necessidade de Horário Especial para Servidor com Familiar/Dependente Portador de Deficiência	0	6	6
Licença para Tratamento de Saúde por Junta Oficial	NA	NA	NA
Licença para Tratamento de Saúde - RGPS (Até 15 Dias)	69	0	69
Avaliação para Fins de Isenção do Imposto de Renda Sobre a Aposentadoria	2	3	5
Avaliação da Necessidade de Horário Especial para Servidor Portador de Deficiência	0	1	1
Remoção por Motivo de Doença do Próprio Servidor	0	1	1
Remoção por Motivo de Doença do Cônjuge, Companheiro ou Dependente que viva às expensas do Servidor	0	6	6
Avaliação da Capacidade Laborativa para fins de Readaptação - Ec Nº 103/2019	0	0	0
Avaliação de Idade Mental para fins de Concessão de Auxílio Pré-Escolar	0	4	4
Avaliação da Deficiência para fins de Aposentadoria/Abono Permanência	0	0	0
Total	429	69	498

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade SIASS IFFar, 2024.

III. AVALIAÇÕES SOCIAIS REALIZADAS EM 2024: 11

6.4.6. Segurança no Trabalho

A área de Segurança do Trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que têm por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Ao longo do ano de 2024, foram realizadas 9 avaliações sociais.

Entre as diversas ações realizadas, destacaram-se:

» **a)** Elaboração de laudos de avaliação para concessão de adicionais ocupacionais

Foi realizada a análise das condições de exposição dos servidores a agentes insalubres e/ou perigosos, com a finalidade de caracterizar e enquadrar as atividades e os servidores quanto à concessão de adicionais ocupacionais. Também se sugeriu medidas de controle e equipamentos de proteção individual e coletiva recomendados para uso no setor. Em 2024, foram realizadas diversas análises de processos de solicitação de adicionais ocupacionais, em se analisou as atividades do servidor solicitante e, posteriormente, elaborou-se laudo técnico, para indicar a procedência ou a não procedência do pedido.

» **b)** Análises de Acidentes de Trabalho

Acidente em Serviço corresponde ao dano físico ou mental sofrido pelo(a) servidor(a), que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido, provocando lesão corporal ou perturbação funcional ou que possa causar a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade laboral. Todo e qualquer acidente em serviço que provoque ou não lesões no servidor, havendo ou não afastamento de suas atividades, obrigatoriamente deve ser registrado, mediante preenchimento de formulário da "Comunicação de Acidente em Serviço do Serviço Público – CAT/SP".

Após o preenchimento da CAT/SP, o Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho realiza a análise das condições em que ocorreu o acidente, e emite um parecer com recomendações e melhorias de forma a reduzir ou impedir que novos casos ocorram.

» **c)** Participação e elaboração do Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC:

Foi feita a consolidação das demandas de serviços e de materiais identificadas pelos demandantes – materiais que o IFFar pretende comprar no ano subsequente. Ressalta-se que a Segurança do Trabalho é responsável pelas Naturezas de Demanda (ND) referente aos materiais de proteção e segurança, Equipamentos de proteção e socorro, Aparelhos de medição e orientação da Reitoria.

» **d)** Participação na Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios (CPPCI) do IFFar:

A equipe da segurança do trabalho no IFFar é composta por uma engenheira de segurança do trabalho e uma técnica em segurança do trabalho. As servidoras são membros natos da CPPCI, a qual desempenha ações que colaborem na elaboração, execução e manutenção dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) nos campi e na Reitoria do IFFar; amplie a proteção e a segurança contra incêndios em todos os espaços do IFFar, alertando a gestão sobre atualizações da legislação e melhores práticas para assegurar a proteção de todos; e crie uma consciência acerca da prevenção e proteção contra incêndios em toda a comunidade acadêmica.

» **e)** Participação na Brigada de Incêndio da Reitoria

As servidoras da área de segurança do trabalho do IFFar (engenheira de segurança do trabalho e técnica em segurança do trabalho) fazem parte da Brigada de Incêndio da Reitoria. A Brigada de Incêndio é uma equipe composta por servidores treinados, conforme a Resolução Técnica do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL nº 15 - Parte 01, a qual estão aptos para atuar eventualmente nas ações pedagógicas contra incêndio e acidentes, abandono de área , combate a princípio de incêndio e emergências e prestação de primeiros socorros.

No ano de 2024, a Brigada de Incêndio da Reitoria passou por atualização, tendo em vista que alguns servidores que a compõem não fazem mais parte do quadro de servidores. Além disso, alguns servidores estão realizando suas atividades em formato de teletrabalho. Diante disso, foi necessário que os servidores que estão em atividades presenciais na reitoria realizassem o treinamento de Brigada de Incêndio.

» **f)** Emissão de pareceres e orientações por e-mail acerca dos pagamentos de adicionais ocupacionais

No decorrer de 2024, a segurança do trabalho auxiliou e orientou as Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos campi através de e-mails, pareceres e informativos, a respeito de assuntos relacionados à segurança do trabalho, em assuntos relacionados a adicionais ocupacionais e outros assuntos de segurança do trabalho.

» **g)** Elaboração de subsídios judiciais:

Foram elaborados relatórios e enviadas cópias de documentos relativos ao servidor autor do processo para auxiliar a defesa da instituição.

» **h)** Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP):

O PPP é um documento histórico-laboral apresentado em formulário, contendo

informações detalhadas sobre as atividades do trabalhador, exposição a agentes nocivos à saúde e outras informações de caráter administrativo. Para o preenchimento do PPP, é necessário fazer um levantamento de dados nos laudos, fichas funcionais, portarias, sistemas eletrônicos, tais como SIG e SIAPE. No decorrer do ano de 2024, foram preenchidos e encaminhados 4 Perfis Profissiográficos Previdenciários.

» **i)** Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP

No ano de 2022, foi iniciada a construção da minuta do regulamento para a constituição das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público – CISSP's. A minuta foi submetida à análise do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior e, em dezembro, foi publicada a Resolução Consup/IFFar nº 125/2022, de 27 de dezembro de 2022, a qual aprova o Regimento Interno das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (CISSP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar).

Conforme o Regimento Interno, os servidores designados para compor as CISSPs devem participar de curso de formação, com carga horária total de doze horas e carga horária diária máxima de oito horas. Para isso, foi desenvolvido pelo Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho um curso de formação para os membros das cissps, o qual pode ser realizado através de um Ambiente Virtual de Aprendizagem – EaD IFFar, o curso é no formato livre, sem mediação e totalmente online.

No curso, os participantes recebem orientações acerca de assuntos tais como estudo do ambiente de trabalho e dos riscos que podem se originar nas atividades desenvolvidas; metodologias de investigação e análise de acidentes de trabalho; noções sobre acidentes e doenças decorrentes dos ambientes de trabalho e das atividades desenvolvidas; noções sobre riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes e medidas para prevenção e controle de riscos; interpretação e elaboração de mapas de riscos ambientais; e Organização da CISSP e outros assuntos necessários para o exercício das suas atribuições.

Após o término do curso, o participante realiza uma pequena avaliação sobre os conhecimentos adquiridos, e se aprovado é emitida a certificação.

Além das ações mencionadas anteriormente, em 2024, a segurança do trabalho prestou suporte à Diretoria de Gestão de Pessoas no que se refere a respostas a memorandos e demandas judiciais. Também participou de reuniões cujos temas eram relacionados à adicionais ocupacionais ou outros assuntos referentes à segurança do trabalho.

6.4.7. Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (CAGEPE)

O Comitê Assessor de Gestão de Pessoas é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva. O CAGEPE tem por finalidade colaborar para a inovação e o aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, bem como promover o desenvolvimento institucional ético e responsável. Também zela pela correta execução das políticas de Gestão de Pessoas do IFFar, dialogando com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com a Diretoria de Gestão de Pessoas e sua equipe e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional nos campi.

Enquanto boa prática da gestão, o CAGEPE realiza uma reunião semanal, denominada "Café Virtual", a fim de promover a gestão democrática e dialogada com todas as Unidades. Trata-se de um momento informativo, propositivo e de aprimoramento dos conhecimentos. O café virtual é construído a partir de temáticas que envolvem assuntos da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Coordenação de Administração e Pagamento, do Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e das Coordenações de Gestão de Pessoas da Reitoria e dos onze campi.

6.5. Desafios e perspectivas

Em consonância com o PDI 2019-2026, a área de pessoal possui desafios e ações a implementar.

Desafios:

» Intensificar a articulação com as Unidades do IFFar para a proposição de ações e projetos envolvendo a Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, com o objetivo de oportunizar o protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e de satisfação com o ambiente de trabalho;

» Mapear os processos de gestão de pessoas que ainda não possuem fluxo desenhado;

» Aprimorar o Programa de Gestão, de forma que seu funcionamento atinja de forma plena seus objetivos no que tange à melhoria da qualidade de vida dos servidores envolvidos, contudo sem permitir que haja redução na capacidade de atendimento no IFFar nem prejuízo ao andamento dos trabalhos.

Ações em andamento:

» **Criação** de um Programa de Preparação para Aposentadoria;

» **Criação** de um Programa de Preparação para Gestores;

» **Finalização** do Manual do Servidor e mapeamento dos processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a governança da área e o compartilhamento dos conhecimentos relacionados.

7. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.1. Conformidade legal

O IFFar conta com uma equipe de servidores efetivos que trabalham nas modalidades presencial e teletrabalho nas Licitações. Além disso, há colaboradores terceirizados que atuam para auxiliar e subsidiar as Licitações Institucionais. Apesar de as Licitações funcionarem de forma centralizada na UG 158127 – Reitoria do IFFar, todos os setores de licitações dos campi da instituição atuam e colaboram na realização desse trabalho.

Os processos Licitatórios são executados em conformidade com os ditames legais existentes, em especial a Lei Geral de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/02 do pregão, Lei nº 12.462/11, do RDC (Regime Diferenciado de Contratação), Lei nº 11.947/09, do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), Decreto nº 7.892/13 (Regulamento do Registro de Preços) e o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica . O IFFar também segue as instruções normativas importantes do Ministério da Economia, em especial, a IN nº 01/2019 e o Decreto nº 10.947/2022, que dispõe sobre o Plano de Contratações Anual (PCA) e institui o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, IN nº 03/2018 do Sicaf (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), IN nº 73/2020 de Pesquisa de Preços e IN nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como segue a nova lei de licitação Lei nº 14.133/2021 e suas Instruções Normativas e Decretos.

Nessa esteira, foram criadas ferramentas para auxiliar os setores requisitantes em todas as fases processuais de uma licitação. Com o advento dos modelos de editais e seus anexos elaborados pela Advocacia-Geral da União (AGU), e de observância obrigatória, a Proad elaborou o Instrumento de Procedimentos de Contratações, que seguem os moldes dos Instrumentos de Padronização dos procedimentos da AGU. Ademais, foram criados os modelos de Documento de Formalização de Demandas (DFD), o mapa de riscos para contratação e os termos de referência em suas diversas possibilidades de aquisição e contratação e estão todos disponíveis.

A gestão das licitações e dos contratos segue rigorosamente os requisitos constitucionais e legais, e mantém constante observância às atualizações dos documentos e às instruções provenientes dos órgãos de controle e de assessoramento para a devida instrução e embasamento dos procedimentos licitatórios. Ademais, há a submissão

dos autos à análise jurídica minuciosa por parte da Procuradoria Federal (Advocacia-Geral da União) no IFFar.

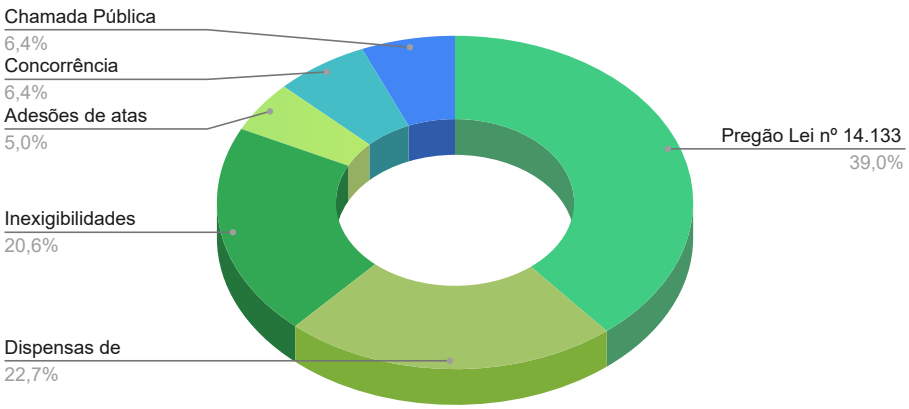
7.2. Principais tipos de serviço ou bens

As compras e as contratações no IFFar ocorrem por meio da centralização na UASG 158127 – Reitoria. Elas são feitas de forma dinâmica e contam com a participação de todos os campi da Instituição. A metodologia utilizada está centrada em Equipes específicas, as quais são responsáveis pela elaboração, pela execução do planejamento e pelos editais (Equipe de Planejamento) e pregões (Equipe de Pregoeiros). No mês de dezembro do ano anterior, foi elaborado o cronograma das licitações institucionais para o ano subsequente, com emissão de portaria de acordo com o planejamento Institucional lançado no PCA.

Processos

Quadro 19 – Processos de Contratações em 2024 por modalidade

MODALIDADE	QUANTIDADE	HOMOLOGADOS
Pregão Lei nº 14.133/2021	55	41
Rdc	0	0
Dispensas de Licitação – Lei nº 14.133/2021	32	32
Inexigibilidades	29	29
Adesões de atas externas	07	07
Concorrência	09	09
Tomada de preço	0	0
Chamada Pública	09	09



Fonte: DCLC/Coordenações

Capacitações contratadas na modalidade in company em 2023

Quadro 20 – Capacitações realizadas em 2024 (contratação in company)

UASG Origem	Objeto	Modalidade de Compra	Nº da Compra	N º de pessoas participantes
158127	Contratação do evento Open Mind Hackathon com 10 horas de duração (2 turnos).	Inexigibilidade de Licitação	129/2024	50
158127	CONTRATAÇÃO DE CURSO DE RETENÇÕES DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, DISTRITAL E MUNICIPAL - ATUALIZADO COM AS INOVAÇÕES CITADAS PELAS INS RFB No 1.234/2012, 2.110/2022 E 2.145/2023, APRESENTAÇÃO DA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA E ABORDAGEM DE DIVERSOS.	Inexigibilidade de Licitação	99/2024	1
158127	CAPACITAÇÃO AUDIN IFFAR: 57o FONAITEC 2024 - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS INTEGRANTES DAS UNIDADES DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL.	Inexigibilidade de Licitação	98/2024	2
158127	Inscrição no de curso: COBACI 2024 (Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno) para servidores da Auditoria Interna do IFFar a ser realizado de 07 a 09/08/2024 - modalidade presencial, com carga horária de 24 horas	Inexigibilidade de Licitação	97/2024	2
158127	Contratação Curso In Compnay – Planilha de Custos e Formação de Preços, na Fase Interna da Licitação, de Contratos de Serviços Continuados com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra Disciplinados pela IN Seges/MPDG no 5/2017, com as alterações promovidas pela IN SEGES/ MPDG no 7/2018.	Inexigibilidade de Licitação	96/2024	35
158127	Contratação da TREINAMENTO EFD-Reinf e DCTFWeb conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	Inexigibilidade de Licitação	80/2024	1
158127	CURSOS ALURA. Uma licença por servidor. Contratação corporativa de licenças da plataforma de cursos Alura, por 12 meses, na modalidade virtual.	Inexigibilidade de Licitação	101/2024	10

Fonte: DCLC

Contratos

Em 2024, optou-se pela contratação de cursos In Company, na forma on-line, beneficiando maior número de servidores dos setores de licitações e contratos do IFFar. Além disso, também se verifica que o número de capacitações realizadas foi reduzido.

Quadro 21 – Contratos executados e acompanhados

QUANTIDADE/ ANO	2022	2023	2024
Total de Contratos vigentes em 2023 sem dedicação exclusiva de Mão de Obra	380	405	355
Total de Contratos vigentes em 2023 com dedicação exclusiva de Mão de Obra	105	111	97
Total de Fiscais	353	335	330
Total de Terceirizados	366	381	361

Fonte: DCLC/Coordenações

7.3. Contratações diretas

No IFFar, de modo geral, segue-se a política das contratações primando sempre pelo processo licitatório (pregão eletrônico). Porém, em alguns casos específicos e devido às especificidades do objeto ou urgência, é mais célere e vantajoso para a Administração optar pela contratação direta.

Justificativas para realização

a) Dispensas de Licitação

No exercício de 2024, o IFFar efetivou 32 processos de contratações através de dispensas de licitações eletrônicas, amparadas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 75 da Lei nº 14.133/2021. Essas contratações foram realizadas para manter o funcionamento de maneira adequada e viável nas 11 unidades físicas da Instituição. Na maioria das contratações, o valor manteve-se baixo, conforme previsto no art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

b) Chamadas Públicas

As chamadas públicas encontram amparo na Lei nº 11.947/2009, a qual versa sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Em seu inciso III, prevê a inclusão dos alunos matriculados na rede pública de educação que cursam a escola básica, sendo assim, a chamada pública realizada pelo IFFar atendeu suas 11 unidades.

c) Inexigibilidades

A Administração tem a prerrogativa de realizar processos de Inexigibilidade, conforme o previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/1993, quando houver impossibilidade de competição. No exercício de 2024, o IFFar realizou 29 contratações que se enquadram nessa situação, destacando-se: serviços de energia elétrica, fornecimento de água e Correios.

7.4. Desafios e perspectivas

A recente centralização das compras e contratações em uma única UASG, instituída pela Portaria-SEGES nº 13.623/2019, e implementada na instituição no exercício de 2021, impactou o andamento dos processos. Embora se perceba a melhoria nos dados de 2021, 2022, 2023 e 2024, essa centralização dificultou a agilidade na finalização das demandas.

Os principais desafios na gestão de licitações e contratos continuam relacionados ao número limitado de pessoal para atuar nas áreas ligadas às compras institucionais, a entrada e saída de servidores, bem como às frequentes alterações nas legislações pertinentes às Licitações e Contratações.

Outro desafio para a gestão será o de aprimorar as pesquisas de preços, necessárias em todos os processos de aquisições. Identificou-se que muitos requerentes não estão dando a devida importância a essa atividade que, se malconduzida, pode gerar itens desertos em pregões.

Visando a ações futuras, é fundamental garantir a continuidade e o desenvolvimento das equipes que trabalham na área de licitações: Coordenadores de Licitações e Contratos, integrantes das Equipes de Planejamento, Pregoeiros, Gestores de Contratos. Ainda que todos os servidores tenham passado por capacitações sobre a nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), deve-se manter ou ampliar as capacitações específicas, voltadas para o planejamento das contratações, elaboração de editais, execução de SRP/Pregões ou aquelas relacionadas à gestão e à fiscalização de contratos administrativos. Também é importante desenvolver uma cultura de inovação dentro da área de licitações, estimulando os Líderes das Equipes de Planejamento a buscarem novas soluções para os processos.

Ressalta-se que para 2025, o calendário de contratações será com base no plano anual de contratações de 2026. Nesse contexto, a padronização do processo de contrações do IFFar ainda está em fase de ajustes para se adequar à centralização do PGC e às orientações da Projur. Quanto a isso, já foram realizadas reuniões com os líderes das licitações e novas reuniões estão previstas com os demais colegas em 2025.

8. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

8.1. Conformidade legal

A base legal que disciplina a gestão patrimonial na Administração Pública do IFFar e suas unidades é listada a seguir:

- Art. 37 da Constituição Federal;
- Lei nº 8.112/1990;
- Lei nº 12.305/2010;
- Decreto nº 9.373/2018;
- Instrução Normativa nº 205/2019;
- Lei nº 8.429/92; e demais instrumentos.

Algumas obras iniciaram em exercícios anteriores e foram concluídas em 2024. Outras iniciaram em 2024 e serão continuadas em 2025. O quadro do próximo item mostra algumas intervenções realizadas.

8.2. Fontes de investimento de capital

O orçamento destinado a obras e reformas na Instituição é oriundo de aportes orçamentários, principalmente de Termos de Execução Descentralizadas TEDs, celebrados entre o IFFar e o MEC/SETEC. Ademais, valores menos expressivos foram advindos da Matriz Orçamentária Institucional (reversões orçamentárias de custeio para capital), para atender reformas emergenciais nas unidades e também uma parte de aporte de emendas parlamentares.

Quadro 22 – Intervenções, consolidação e modernização da infraestrutura física.

Campus	Obra em andamento	Obra Concluída em 2024	Valor total da obra	Valor executado em 2024
Alegrete		Reforma Agroindústria Laticínios		
Alegrete		Parada de ônibus		
Santo Augusto		Terminal de ônibus		
Santo Ângelo		Centro de Convivência		
Santo Ângelo	Biblioteca		1.636.000,00	
São Luiz Gonzaga	Refeitório		1.600.000,00	110.000,00
São Luiz Gonzaga	Prédio Salas de Aula 1		2.529.000,00	180.000,00
São Luiz Gonzaga	Prédio Salas de Aula 2		2.680.000,00	180.000,00
São Luiz Gonzaga	Prédio Salas de Aula 3		2.525.000,00	180.000,00
São Luiz Gonzaga	Prédio Administrativo		2.500.000,00	180.000,00
São Luiz Gonzaga	Ginásio		2.114.000,84	140.000,00
São Luiz Gonzaga	Guarita		460.000,00	
Caçapava do Sul	Prédio Administrativo		2.900.000,00	250.000,00
Caçapava do Sul	Prédio Salas de Aula A		2.699.000,00	270.000,00
Caçapava do Sul	Prédio Salas de Aula B		2.800.000,00	250.000,00
Caçapava do Sul	Refeitório		1.600.000,00	250.000,00
Caçapava do Sul	Ginásio		2.875.437,49	288.000,00
Caçapava do Sul	Guarita		330.000,00	
Jaguari	Biblioteca Jaguari		1.415.000,00	
Jaguari	Refeitório		974.000,00	
Panambi	Biblioteca		1.593.000,00	
Uruguaiana	Refeitório		1.348.000,00	
Uruguaiana	Biblioteca		1.279.000,00	
São Vicente do Sul	Reforma e ampliação do Refeitório		1.716.000,00	
Frederico Westphalen	Reforma Refeitório		1.578.000,00	

Fonte: Proad e DADs dos *campi* (SIMEC/SIAFI/SIOP)

8.3. Desfazimento de ativos

O desfazimento de bens no IFFar ocorre mediante a adoção de procedimentos constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público e no Manual do Patrimônio próprio do IFFar.

Em 2024, as baixas ou desfazimentos de bens representam 3,6% do total dos bens móveis no balanço patrimonial. Essa realidade juntamente com a experiência de problemas de sistema (SIG/SIPAC) dificultou a execução de alguns processos de baixa e desfazimento de bens, tanto na Reitoria quanto nos *campi da Instituição, como demonstrado no quadro a seguir.*

Quadro 23 – Total de desfazimentos por conta contábil 2024

Conta contábil	Descrição	Valor
1.2.3.1.1.10.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	1.247.194,09
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática	1.715.638,53
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios	484.270,63
1.2.3.1.1.04.00	Mater cultural, educacional e de comunicação	206.346,28
1.2.3.1.1.05.00	veículos	324.812,02
1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado	0,00
1.2.3.1.1.10.00	Demais bens móveis	4.495,00

Fonte: SIAFI, 2024.

8.4. Locações de imóveis e equipamentos

No exercício de 2024, a sede administrativa da Reitoria do IFFar e a Diretoria de Educação a Distância, que inclui o estúdio de TV e o espaço Inova, permaneceram em instalações alugadas. Essa informação pode ser confirmada na demonstração das despesas executadas com locação de imóveis, máquinas e equipamentos no quadro a seguir.

Quadro 24 – Locação e bens móveis, imóveis

Objeto	Valor	Percentual
Locação de Imóveis, máquinas e equipamentos	1.753.415,33	2,407%

Fonte: SIAFI, 2024.

8.5. Mudanças e desmobilização relevantes

Não ocorreram mudanças nem desmobilização relevantes no exercício de 2024 na Instituição.

8.6. Principais desafios e ações futuras

Em 2024, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) continua enfrentando desafios significativos no âmbito das contratações, especialmente na modalidade de Sistema de Registro de Preços (SRP). Um dos principais obstáculos identificados é a dificuldade que muitos fornecedores apresentam em manter os preços inalterados durante o período de 12 meses. Essa situação obriga a administração a aplicar sanções pela não manutenção das propostas, levando a uma longa lista de chamadas para os próximos colocados, que frequentemente também não conseguem honrar os preços propostos. Como resultado, o IFFar enfrenta dificuldades em concretizar negócios e atender plenamente suas necessidades operacionais.

A recentíssima implantação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) apresentou-se como um dos desafios centrais da gestão, demandando a aquisição de novas capacidades pelos servidores e a consolidação do Plano Anual de Contratações (PAC) como um instrumento efetivo de governança. Em 2025, a expectativa é de que as inovações trazidas por esta legislação agilizem as aquisições de menor valor agregado, facilitando a manutenção das atividades acadêmicas e o alcance pleno dos objetivos institucionais. Essa agilidade será acompanhada da preocupação com a qualidade dos gastos e a entrega de valor à comunidade.

Outro desafio a ser superado é relativo ao planejamento nas áreas requisitantes e demais participantes do macroprocesso de contratações, que ainda requer melhorias contínuas. Para enfrentar essa situação, a capacitação dos servidores envolvidos torna-se uma prioridade estratégica. Assim, para promover a melhoria contínua do macroprocesso de contratações sob a ótica da governança, do planejamento e da gestão de riscos, essa estratégia dever ser considerada de médio prazo.

O sistema de teletrabalho, instituído desde 2022 na área de contratações do IFFar, demonstrou sua viabilidade e eficácia na coordenação de contratações a distância. Um exemplo notável desse progresso é a ampliação das aquisições de alimentos da agri-

cultura familiar, alinhadas às políticas públicas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAB) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas ações não apenas cumprem com a responsabilidade social da instituição, mas também visam fortalecer e desenvolver os Arranjos Produtivos Locais (APLs), promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da região.

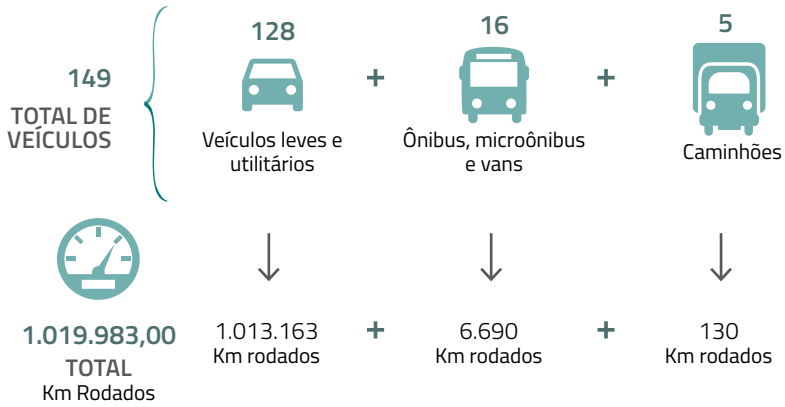
Diante desses desafios e oportunidades, o IFFar permanece comprometido em aprimorar seus processos de contratação, assegurando que suas ações sejam pautadas na eficácia, transparência e responsabilidade social, em consonância com suas diretrizes institucionais e com as demandas da comunidade.

8.7. Gestão de Frota no IFFar

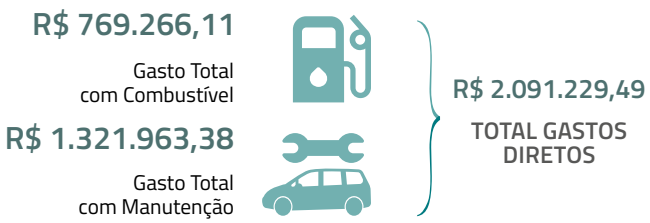
No âmbito da gestão de recursos e infraestrutura, a frota de veículos do IFFar desempenha um papel crucial no suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração. Em 2024, a gestão da frota continuou a ser uma prioridade, buscando otimizar a alocação de recursos e garantir a eficiência operacional.

A tabela a seguir apresenta um panorama da frota e dos custos associados ao exercício de 2024:

Quadro 25 – Veículos que integram a frota do IFFar



Veículos	quantidade total	Km rodados
Veículos leves e utilitários	128	1.013.163
Ônibus, micro-ônibus e vans	16	6.690
Caminhões	5	130
Total de Km rodados:	1.019.983,00	



Gasto Total com Combustível:	769.266,11
Gasto Total com Manutenção:	1.321.963,38
Total Gastos Diretos:	2.091.229,49

Fonte: Link card

A análise dos dados demonstra que os gastos com manutenção representam uma parcela significativa dos custos totais, superando os gastos com combustível. Essa constatação sinaliza a importância de avaliar estratégias para modernizar a frota e reduzir os custos operacionais a longo prazo.

8.7.1. Perspectivas Futuras: rumo a uma frota mais eficiente e sustentável

Visando a aprimorar a gestão da frota e a promover a sustentabilidade ambiental, o IFFar iniciará, em 2025, um processo de avaliação para a renovação da frota e a viabilidade de transição para veículos elétricos (VEs). Essa iniciativa será desenvolvida ao longo dos próximos anos, com o objetivo de:

» **Realizar um Diagnóstico Detalhado:** Avaliar a idade média, o estado de conservação e os custos de manutenção de cada veículo da frota, identificando as necessidades de substituição;

» **Explorar Alternativas de Financiamento:** Buscar fontes de recursos para a aquisição de VEs, como incentivos governamentais e parcerias com empresas do setor elétrico;

» **Analisar a Viabilidade Técnica e Econômica:** Comparar os custos de aquisição, operação e manutenção de VEs com os veículos a combustão, considerando os benefícios ambientais e a economia de energia;

» **Planejar a Infraestrutura de Recarga:** Avaliar a necessidade de instalação de pontos de recarga nos *campi* do IFFar, considerando a capacidade da rede elétrica e os custos de instalação; e

» **Elaborar um Plano de Transição Gradual:** Definir metas de substituição de veículos a combustão por VEs ao longo dos próximos anos, considerando as necessidades de cada unidade do IFFar.

Acredita-se que a renovação da frota e a transição para veículos elétricos poderá representar um investimento estratégico para o IFFar, impulsionando a eficiência na gestão de recursos, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da imagem institucional.

O acompanhamento e a avaliação contínua desse processo serão fundamentais para garantir o sucesso da iniciativa e o alcance dos objetivos estabelecidos. Os resultados obtidos serão apresentados nos próximos relatórios de gestão, demonstrando o compromisso do IFFar com a melhoria contínua e a inovação na gestão de seus recursos.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1. Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução Consup Nº 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável por:

» **I.** Aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados à área da tecnologia da informação e comunicação;

» **II.** Viabilização, planejamento e manutenção do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, Comitê Gestor de Segurança da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

» **III.** Identificação de necessidades institucionais e proposição de políticas de segurança da informação e telecomunicação;

» **IV.** Gerenciamento de investimentos, proposição de recursos e aquisições para ações de TIC;

» **V.** Gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por técnicos de informática e analistas de tecnologia da informação que atuam em diferentes frentes. A DTI tem, em sua estrutura, uma Coordenação de Sistemas, responsável pela gestão dos projetos de desenvolvimento e manutenção de softwares institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de planejamento conjunto de futuras ações e acompanhamento nos campi. Também presta suporte técnico ao Centro de Referência de São Gabriel e à unidade de Educação a Distância, localizada no Distrito Industrial de Santa Maria (Tecnoparque).

9.2. Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento proposto no PDI 2019 – 2026, em que constam as ações estratégicas do IFFar. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (Peti).

A Diretoria também dispõe de um documento próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI),o qual apresenta o planejamento de ações da área para um período de três anos. O modelo implantado a partir do PDTI 2023 – 2025, aprovado pelo Comitê Gestor de TI, Codir e Consup, elencou as necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do PDI 2019 – 2026. É importante salientar que, por meio desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela DTI e CGTI têm alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

É importante ressaltar que, em 2024, , foi iniciado o processo de adequação ao PPSI (Programa de Privacidade e Segurança da Informação) do Ministério da Gestão e Inovação, de acordo com a Portaria SGD/MGI N.º 852, de 28 de março de 2023 e, em conformidade com a Portaria SGD/MGI N.º 4.339,de 10 de agosto de 2023. Foram elencadas mais de 94 atividades propostas nos Ciclos 1, 2 e 3, todas relacionadas à segurança da informação e proteção de dados. Para o ano de 2025, serão realizados os Ciclos 4 e 5, fechando assim o cronograma completo do programa.

Alguns documentos importantes foram finalizados ou atualizados e aprovados em todas as instâncias institucionais, os quais estão listados abaixo:

» Política de Segurança da Informação (PSI); e

» Política de Privacidade e Proteção de Dados.

9.3. Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos investidos na área de tecnologia da informação e comunicação do IFFar, no setor da Diretoria de Tecnologia da Informação, foram de R$ 194.568,73 (cento e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais com setenta e três centavos), os quais foram utilizados para o pagamento da segunda parcela do Termo de Cooperação com a UFRN, para manutenção do sistema institucional SIG; e R$ 4.780,00 (quatro mil setecentos e oitenta reais) foram utilizados para manutenção e prevenção corretiva de equipamentos diversos.

Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades:

» **I.** Termo de cooperação com a UFRN, para acesso ao repositório do código do sistema institucional;

» **I.** Manutenção de contratos de prestação de serviços em TI; e

» **III.** Aquisição de materiais de consumo, em conformidade com o documento de gestão tática de tecnologia da informação.

» **Considerando-se** essas metas, os recursos foram distribuídos conforme a sua disponibilidade.

9.4. Contratações mais relevantes de recursos de TI

No ano de 2024, em continuidade com o fortalecimento da equipe de desenvolvimento SIG, as contratações se concentraram em capacitações e cursos para a área de programação. Foram renovadas pela plataforma de cursos Alura, 10 licenças institucionais, distribuídas entre os servidores que compõem a Coordenação de Sistemas de Informação.

Ressalta-se que grande parte dos recursos financeiros foram utilizados para celebrar o Termo de Cooperação com a UFRN. Isso garante acesso ao repositório de código fonte do sistema integrado de gestão, assim como proporciona apoio em diversas outras áreas pela UFRN, conforme estabelecido em contrato.

9.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI

Em 2024, o IFFar avançou quanto à infraestrutura. A partir de uma negociação com a RNP, conseguiu-se o aumento do link de internet em 90% das unidades do IFFar. De 100 mb que era oferecido, agora passarão a fornecer 1 GB de internet aos alunos e servidores. Todos os links foram entregues no ano de 2024, ficando apenas o *Campus* Júlio de Castilhos aguardando a próxima licitação para receber o upgrade.

O sistema de apoio aos alunos (Orbital) utilizado pelo IFFar recebeu diversas funcionalidades e melhorias. Uma delas, que foi trabalhada no ano de 2024 e está em fase final de conclusão, é a emissão dos diplomas digitais para os alunos.

Em continuidade aos atendimentos já realizados pela, agora consolidada, equipe de desenvolvimento SIG, no ano de 2024, mais de 120 chamados de problemas técnicos foram atendidos e resolvidos. É importante ressaltar que os trabalhos de merge e sincronização do sistema com o código de referência se iniciaram, trazendo assim uma garantia de atualização constante do sistema institucional.

No último trimestre de 2024, dois processos de migração de sistemas foram iniciados. O primeiro diz respeito ao sistema utilizado na gestão do teletrabalho (PGD) — atualmente o IFFar utiliza o sistema cedido pelo IFAL — mas, em 2025, passará a

utilizar o sistema Petrvs, do Ministério da Gestão e Inovação; e outro referente à migração para a plataforma SIADS, no que diz respeito a bens patrimoniais e almoxarifado.

9.6. Segurança da informação

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas referentes à utilização e ao acesso às informações institucionais. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as Pró-Reitorias, somados a um(a) representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e um(a) representante do Gabinete do(a) Reitor(a).

9.7. Principais desafios e ações futuras

Entre os desafios para 2025, o principal é a manutenção das atividades já relacionadas com o aumento expressivo da saída de servidores de TI das instituições federais de ensino. Atualmente não é possível criar novos sistemas ou aprimorar os existentes devido à falta de equipe técnica e ao reduzido número de servidores.

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O IFFar desenvolve ações de fomento ao desenvolvimento sustentável, ações que se destacam com a adoção de critérios socioambientais em seus processos, programas e projetos, bem como na sensibilização da comunidade acadêmica de acordo com os seguintes pilares:

» Respeito ao meio ambiente;

» Desenvolvimento humano para a sustentabilidade;

» Ecoeficiência e inovação;

» Uso consciente dos recursos naturais e bens públicos;

» Envolvimento humano.

As contratações do IFFar obedecem às disposições da legislação vigente, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual, enfatiza que o processo de licitação deve promover o desenvolvimento nacional sustentável. Ademais, a adoção dos critérios de sustentabilidade nas contratações públicas está assegurada no art. nº 225 da Constituição Federal, a qual impõe ao poder público a necessidade da defesa e da proteção do Meio Ambiente, em favor do desenvolvimento sustentável para a geração presente e futura.

A seguir, são apresentados exemplos das medidas sustentáveis mais relevantes adotadas no IFFar, que englobam as dimensões social, econômica e ambiental:

» Inclusão de melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos mantendo a adequada prestação do serviço;

» Aquisição de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas, para merenda escolar e eventos, visando ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisições de Alimentos (PAB) do Governo Federal, favorecendo o desenvolvimento local e regional;

» Manutenção de continuidade da contratação de bibliotecas virtuais;

» Elaboração de editais de licitação por equipes multidisciplinares, em que servidores de diferentes áreas possam contribuir com seus conhecimentos técnicos, resultando em um processo mais coerente com as ofertas do mercado;

» Utilização de impressoras que imprimem em frente e verso;

» Ampliação e manutenção de utilização de energia limpa (Usinas Fotovoltaicas) em todas as unidades do IFFar;

» Viabilização da conta vinculada em todos os contratos de terceirização de mão de obra exclusiva, mitigando o risco de as contratadas deixarem de realizar os pagamentos rescisórios e de férias e décimo terceiro salário dos trabalhadores.

10.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) reconhece a importância de integrar critérios de sustentabilidade nas suas contratações e aquisições com o objetivo de minimizar os impactos ambientais decorrentes das atividades executadas. As diretrizes a seguir visam a garantir que os processos de construção e serviço sejam realizados de maneira que respeitem o meio ambiente e promovam a sustentabilidade.

10.1.1. . Possíveis Impactos Ambientais

A execução de serviços de construção nos *campi* do IFFar, como a construção da biblioteca e do refeitório no *Campus* São Luiz Gonzaga, apresenta desafios em termos de impactos ambientais. Para abordar esses desafios, é essencial a identificação e mitigação de possíveis impactos, com acompanhamento durante todo o período de obra.

» **Impacto na Vegetação:** Projetos de construção podem resultar na remoção de vegetação local, causando degradação do ecossistema. Para mitigar esse efeito, recomenda-se realizar um inventário da flora local, promovendo o transplante de espécies ameaçadas e o plantio de árvores em áreas adjacentes. Ademais, devem ser adotadas práticas de paisagismo sustentável e métodos construtivos que evitem a supressão de vegetação.

» **Geração de Resíduos:** A construção gera uma quantidade significativa de resíduos sólidos, necessitando de um plano de gerenciamento que inclua coleta seletiva, reciclagem e destinação correta dos resíduos gerados. A utilização de materiais sustentáveis e a escolha de fornecedores que priorizem a redução de resíduos são medidas valiosas.

» **Impacto no Solo e Água:** A movimentação de terra e a impermeabilização de áreas podem causar erosão e contaminação das águas. A adoção de técnicas de contenção de erosão, como barreiras físicas e revegetação de áreas impactadas, assim como sistemas de drenagem sustentável, são fundamentais para proteger o solo e os corpos d'água.

» **Emissões Atmosféricas:** A atividade de construção pode gerar poluição atmosférica, incluindo poeira e gases nocivos. Para reduzir esses impactos, é necessário o uso de maquinário moderno e eficiente, além de práticas que minimizem a dispersão de poeira, como a umidificação das áreas de trabalho.

» **Mobilidade e Acessibilidade:** O impacto da construção nas vias de acesso re-

quer um gerenciamento ativo de tráfego, incluindo comunicação antecipada sobre desvios e restrições. Fomentar o uso de transporte público e bicicletas pelos trabalhadores é uma prática recomendada.

10.1.1. 1. Diretrizes Ambientais

O IFFar implanta normas que orientam as contratações, com foco em garantir a conformidade ambiental conforme as legislações pertinentes. Os fornecedores devem:

» respeitar limites máximos de emissão de poluentes conforme a Resolução CONAMA n° 382 e legislação correlata;

» manter os níveis de ruído dentro dos limites aceitáveis especificados nas Normas NBR-10.151 e NBR-10.152, garantindo o conforto da comunidade;

» utilizar agregados reciclados sempre que disponíveis a um custo inferior em relação aos naturais, integrando esses materiais na formação de preços;

» zelar pela segurança e qualidade dos serviços prestados, respondendo por quaisquer acidentes de trabalho ou danos resultantes de falhas nos serviços; e

» realizar testes e ensaios necessários para garantir a qualidade de materiais e serviços, conforme especificações definidas.

Com essas práticas, o Instituto Federal Farroupilha busca promover uma gestão responsável e sustentável nas suas contratações, assegurando que o desenvolvimento das construções se alinhe com a preservação ambiental e o respeito ao ecossistema local.

10.2. Ações para redução do consumo de recursos naturais

Com a Política Ambiental do IFFar (Resolução Consup N° 72/2018), iniciou-se a regulamentação dos Núcleos de Educação e Gestão Ambiental do IFFar (NUGEA) e foi constituída a Comissão Provisória de Gestão e Educação Ambiental (CGEA), para elaborar a proposta de Regulamento Interno, incluindo a constituição dos Núcleos de Educação e Gestão Ambiental nos *campi* e na Reitoria do IFFar (Portaria N° 914/2019). O regulamento das atividades do Núcleo de Gestão e Educação Ambiental (NUGEA) foi aprovado pela Resolução Consup N° 28/2020.

O NUGEA tem como objetivos:

» promover o diagnóstico socioambiental das atividades administrativas e operacionais do IFFar;

» estimular o cumprimento da legislação ambiental aplicável com a finalidade de proteger o meio ambiente e o bem-estar dos servidores docentes, técnico-admi-

nistrativos em educação, discentes da Instituição e comunidade local;

» consolidar uma instituição sustentável com base no tripé social, ambiental e econômico, respeitando a legislação vigente aplicável, as normas de ética ambiental e as diretrizes da Política Ambiental Institucional;

» incentivar projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação para o desenvolvimento e disseminação de tecnologias para a redução dos danos ambientais;

» instigar a discussão da responsabilidade ambiental pela comunidade do IFFar agregando esses princípios em sua formação acadêmica;

» buscar a contínua melhoria de procedimentos administrativos e técnicos para a mitigação e prevenção dos impactos ambientais provenientes de suas atividades, conforme legislação ambiental vigente; e

» propor programas e medidas de incentivo ao uso racional de recursos do IFFar.

A seguir, elenca-se algumas das atividades desenvolvidas pelo NUGEA nos *campi*:

» Primavera no IFFar - promoção de ações integrativas de cunho ambiental;

» Ações para a Recuperação de Áreas de Preservação Permanente;

» Semana do Meio Ambiente;

» Ações em Alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente; e

» Difusão de boas práticas ambientais, entre outras.

10.3. Redução de resíduos poluentes

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) estabelece diretrizes essenciais para a redução de resíduos poluentes nas contratações e aquisições relacionadas à construção e serviços. É de suma importância garantir que as atividades realizadas estejam alinhadas com práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente.

A geração de resíduos sólidos durante as obras é um dos principais desafios enfrentados. Portanto, a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos se torna vital para assegurar a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação adequada dos resíduos gerados. Essa abordagem não apenas minimiza a quantidade de resíduos enviados para aterros, mas também contribui para a economia circular, estimulando o reuso de materiais na construção civil.

Adicionalmente, é imprescindível que os fornecedores adotem práticas sustentáveis, como a utilização de materiais de construção com menor impacto ambiental, que contribuam para a redução da geração de resíduos. Sempre que possível, a adoção de

agregados reciclados deve ser priorizada, levando em consideração aspectos como custo e capacidade de suprimento, conforme estabelecido nas diretrizes do IFFar.

Outra estratégia importante para reduzir resíduos poluentes é o monitoramento constante durante as atividades de construção. É essencial que os contratados cumpram os limites de emissão de poluentes estipulados pela Resolução CONAMA n° 382, garantindo que qualquer instalação, equipamento ou processo empregado não gere impacto negativo no ar, solo ou água circunvizinha.

Além disso, a educação e conscientização dos trabalhadores envolvidos nas obras sobre a importância da gestão adequada de resíduos e da minimização de poluentes são fundamentais. Medidas como oficinas de sensibilização e treinamentos podem desempenhar um papel crucial na formação de uma cultura de respeito ao meio ambiente.

Por meio dessas práticas, o IFFar reforça seu compromisso com a responsabilidade ambiental e a promoção da sustentabilidade, assegurando que suas atividades contribuam efetivamente para a redução de resíduos poluentes, beneficiando a comunidade e o ecossistema local.

11. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Estrutura Organizacional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é composta de 11 campi, além de unidades complementares – algumas de Educação a distância e outras de apoio presencial. O órgão é uma Autarquia Federal vinculada ao MEC.

Atualmente o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas[2]:

- Reitoria (Santa Maria);
- *Campus* Alegrete;
- *Campus* Frederico Westphalen;
- *Campus* Jaguari;
- *Campus* Júlio de Castilhos;
- *Campus* Panambi;
- *Campus* Santa Rosa;
- *Campus* Santo Ângelo;
- *Campus* Santo Augusto;
- *Campus* São Borja;
- *Campus* São Vicente do Sul;
- *Campus* Uruguaiana;
- Polos de Educação a Distância; e
- Centros de Referência.

Fonte: Sobre o IFFar - IFFar

11.2. . Estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha

Quadro 26 – Configuração da estrutura pagadora IFFar

Órgão UGE	Gestão	UG Executora	
26420	Inst.Fed. de Educ. e Tec. Farroupilha	158127	Inst.Fed. Farroupilha Reitoria
		154628	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* Jaguari
		155081	*Campus* Santo Ângelo
		155570	*Campus* Frederico Westphalen
		158266	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* Santo Augusto
		158267	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* de Alegrete
		158268	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* São Vicente do Sul
		158269	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* Júlio de Castilhos
		158503	Inst.Fed. Farroupilha São Borja
		158504	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* Santa Rosa
		158505	Inst.Fed. Farroupilha *Campus* Panambi

Fonte: Tesouro Gerencial

11.3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP *(Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade):NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11)*[6; as] instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As NBC TSP guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações *Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço*

6 Informações disponíveis em: http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/

Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

11.4. Resumo das práticas e critérios contábeis

11.4.1. Orçamento público

A estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado. Ela é inserida no Siafi para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.

11.4.2. Ente público

Os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como "ente" público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas. Essa consolidação ocorre no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

11.4.3. Despesa pública

As despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, "resíduos passivos" (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

11.4.4. Recursos orçamentários e recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária[7] como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária".

7 Fonte: http://www.conass.org.br

11.5. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário da IFFar do 4º trimestre de 2024, é possível observar, na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R$ 418.082.456,06), as Despesas Correntes – que são despesas de custeio – representam 97,33% do total da despesa empenhada. Já as Despesas de Capital – que são os investimentos em materiais permanentes e obras – representam 2,66% dos empenhos.

Quadro 27 - Dotação Atualizada por Fonte de Recursos

ITEM INFORMAÇÃO DOTAÇÃO ATUALIZADA		13
Mês Lançamento		DEZ/2024
Fonte Recursos		Saldo - R$ (Item Informação)
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	382.422.650,00
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	274.432,00
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC. BÁSICA	6.503.170,00
050	RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	2.117.938,00
056	BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIAO	23.646.570,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 28 - BO – Dotação + Despesas (Empenhadas + Liquidadas + Pagas)

ITEM INFORMAÇÃO	9	13	23	25	28
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Grupo Despesa	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)
INVESTIMENTOS	2.813.523,00	3.028.969,00	11.455.786,25	1.182.771,10	1.177.326,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.965.792,00	84.560.150,00	95.579.951,89	77.782.209,84	74.385.145,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	316.979.116,00	327.375.641,00	322.502.504,17	322.502.504,17	295.024.538,45

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 7 -Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2024	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
05/02/2025	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**2.117.938,00**	**2.117.938,00**	**1.115.314,35**	**-1.002.623,65**
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**224.393,00**	**224.393,00**	**150.321,62**	**-74.071,38**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	224.393,00	224.393,00	150.321,61	-74.071,39
Valores Mobiliários	-	-	0,01	0,01
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**717.650,00**	**717.650,00**	**671.991,41**	**-45.658,59**
Receita Industrial	**3.972,00**	**3.972,00**	-	**-3.972,00**
Receitas de Serviços	**1.147.988,00**	**1.147.988,00**	**272.338,10**	**-875.649,90**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.147.988,00	1.147.988,00	272.338,10	-875.649,90
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	**23.935,00**	**23.935,00**	**20.663,22**	**-3.271,78**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.469,00	15.469,00	469,50	-14.999,50
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	8.466,00	8.466,00	20.193,72	11.727,72
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 8 - Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2024
PERIODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	05/02/2025
PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**2.117.938,00**	**2.117.938,00**	**1.115.314,35**	**-1.002.623,65**
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**2.117.938,00**	**2.117.938,00**	**1.115.314,35**	**-1.002.623,65**
DEFICIT			**428.422.927,96**	**428.422.927,96**
TOTAL	**2.117.938,00**	**2.117.938,00**	**429.538.242,31**	**427.420.304,31**
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	**26.206.329,00**	-	**-26.206.329,00**
Superavit Financeiro	-	4.815.646,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	21.390.683,00	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**385.944.908,00**	**411.935.791,00**	**418.082.456,06**	**400.284.714,01**	**369.409.683,99**	**-6.146.665,06**
Pessoal e Encargos Sociais	**316.979.116,00**	**327.375.641,00**	**322.502.504,17**	**322.502.504,17**	**295.024.538,45**	**4.873.136,83**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**68.965.792,00**	**84.560.150,00**	**95.579.951,89**	**77.782.209,84**	**74.385.145,54**	**-11.019.801,89**
DESPESAS DE CAPITAL	**2.813.523,00**	**3.028.969,00**	**11.455.786,25**	**1.182.771,10**	**1.177.326,55**	**-8.426.817,25**
Investimentos	**2.813.523,00**	**3.028.969,00**	**11.455.786,25**	**1.182.771,10**	**1.177.326,55**	**-8.426.817,25**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**388.758.431,00**	**414.964.760,00**	**429.538.242,31**	**401.467.485,11**	**370.587.010,54**	**-14.573.482,31**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**388.758.431,00**	**414.964.760,00**	**429.538.242,31**	**401.467.485,11**	**370.587.010,54**	**-14.573.482,31**

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 9 - Balanço Orçamentário - Todos os orçamentos – Página 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA	EMISSAO 05/02/2025	PAGINA 3
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	**388.758.431,00**	**414.964.760,00**	**429.538.242,31**	**401.467.485,11**	**370.587.010,54**	**-14.573.482,31**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.237.185,18**	**14.028.113,94**	**13.694.225,57**	**13.668.773,67**	**793.122,19**	**803.403,26**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**1.237.185,18**	**14.028.113,94**	**13.694.225,57**	**13.668.773,67**	**793.122,19**	**803.403,26**
DESPESAS DE CAPITAL	**482.715,44**	**4.280.027,54**	**4.413.705,23**	**4.412.177,19**	**161.821,84**	**188.743,95**
Investimentos	**482.715,44**	**4.280.027,54**	**4.413.705,23**	**4.412.177,19**	**161.821,84**	**188.743,95**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.719.900,62**	**18.308.141,48**	**18.107.930,80**	**18.080.950,86**	**954.944,03**	**992.147,21**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**217.258,18**	**33.155.858,45**	**33.147.343,66**	**418,93**	**225.354,04**
Pessoal e Encargos Sociais	**561,92**	**30.291.049,59**	**30.291.049,59**	-	**561,92**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**216.696,26**	**2.864.808,86**	**2.856.294,07**	**418,93**	**224.792,12**
DESPESAS DE CAPITAL	**60.419,45**	**360.427,97**	**360.427,97**	-	**60.419,45**
Investimentos	**60.419,45**	**360.427,97**	**360.427,97**	-	**60.419,45**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**277.677,63**	**33.516.286,42**	**33.507.771,63**	**418,93**	**285.773,49**

Fonte: Tesouro Gerencial

11.6. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como por atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

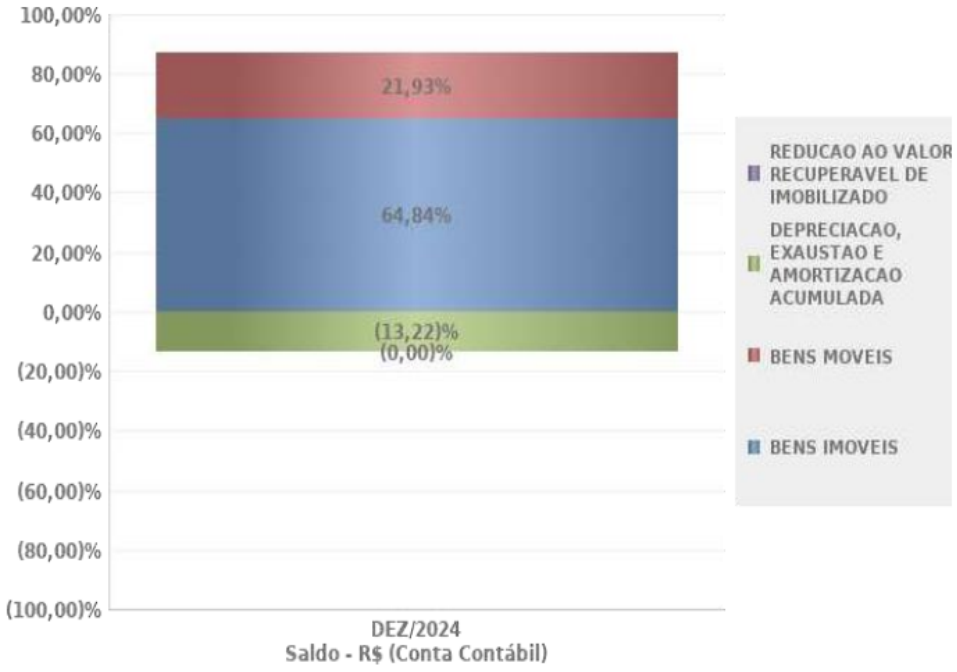
A Lei n° 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – financeiro e Permanente – em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

» **Análise Horizontal:** Análise da movimentação dos saldos de um item ou grupo comparando o exercício anterior (2023) com o período examinado (2024), ou seja, a evolução dos saldos ao longo do tempo.

» **Análise Vertical:** Verifica quanto um item ou subgrupo representa em relação ao total de um subgrupo ou grupo de contas.

A Figura abaixo demonstra a composição do Balanço Patrimonial quanto aos bens do Ativo Imobilizado.

Figura 10 - Bens Composição Agrupada



Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 29 - Bens Imóveis e Bens Móveis

Mês Lançamento	DEZ/2024
CCon - Título (4)	Saldo - R$ (Conta Contábil)
BENS IMÓVEIS	327.810.730,33
BENS MÓVEIS	110.874.243,60
DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(66.841.693,27)
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO	(12.930,25)
Total	371.830.350,41

Fonte: Tesouro Gerencial

Os bens imóveis representam 64,84%, e os bens móveis, 21,93% do Ativo Imobilizado tangível. O quadro abaixo demonstra a composição dos "Bens de Uso Especial":

Quadro 30 - Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

Mês Lançamento	014/2024	014/2023
Conta Contábil	Saldo - R$ (Conta Contábil)	Saldo - R$ (Conta Contábil)
Fazendas, Parques e Reservas	1.044.413,06	1.044.413,06
Terrenos, Glebas	10.626.709,50	3.107.418,35
Imóveis de Uso Educacional	240.048.947,82	243.551.388,24
Edifícios	46.766.446,52	46.766.446,52
Imóveis Residenciais e Comerciais	491.706,50	491.706,50
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	13.526.980,05	12.329.724,75
Total	312.505.203,45	307.291.097,42

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se o percentual dos "Imóveis de uso educacional" de 79,25% em relação ao saldo total dos "Bens de Uso Especial".

O quadro a seguir apresenta a composição dos bens móveis:

Quadro 31 - Bens móveis - Composição

Mês Lançamento	014/2024	014/2023
CCon - Item (6)	Saldo - R$ (Conta Contábil)	Saldo - R$ (Conta Contábil)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40.340.369,71	39.291.032,32
Bens de Informática	30.152.912,88	29.231.899,36

Mês Lançamento	014/2024	014/2023
CCon - Item (6)	Saldo - R$ (Conta Contábil)	Saldo - R$ (Conta Contábil)
Móveis e Utensílios	22.710.628,93	22.365.221,33
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.059.985,94	12.969.236,93
Veículos	4.196.559,73	4.025.452,25
Bens Móveis em Almoxarifado	14.317,26	14.317,26
Armamentos	200,00	200,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	198.737,23	205.592,23
Demais Bens Móveis	200.531,92	200.576,92
Depreciação / Amortização Acumulada	(65.660.892,70)	(63.926.198,23)
Redução ao Valor Recuperável	(12.930,25)	(12.930,25)
Total	45.200.420,65	44.364.400,12

Fonte: Tesouro Gerencial

Os destaques na análise vertical ficam por conta dos grupos "Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas" que representam 89,24%. Esse grupo teve um acréscimo no seu saldo, comparando dezembro de 2023 com dezembro de 2024 de 2,67%.

O saldo que apresentou decréscimo do saldo mais expressivo foi o grupo de "Semoventes e Equipamentos de Montaria", que diminuiu 3,33%, no período de 31.12.2023 a 31.12.2024.

Observou-se que o SIPAC, sistema de controle patrimonial atual, apresenta desde 2021 um funcionamento deficiente. Foi agendada uma parceria com o IFMT – Instituto Federal do Mato Grosso, o qual auxiliará o IFFar na migração para o SIADS, sistema do governo federal que controla estoques e materiais permanentes. Espera-se que com essa ação, inicie-se um processo de ajuste e recuperação do controle patrimonial eficiente no Instituto Federal Farroupilha.

O quadro a seguir exibe a composição das contas de "Limite de Saque Com Vinculação de "Pagamento", que representam o caixa do órgão. Quadro BP- Limite de Saque por fonte de recursos.

Quadro 32 - BP - Limite de Saque - Por FONTE DE RECURSOS - Gera Cota

Fonte Recursos		Mês Lançamento	014/2024	014/2023
		Conta Contábil	111122001	111122001
			= LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS	= LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO - OFSS
		Gera Cota STN (S/N)	Saldo - R$ (Conta Contábil)	Saldo - R$ (Conta Contábil)
000	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	SIM	203.702,48	26.733,19
001	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	SIM		0,00
008	EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC. BÁSICA	SIM	18.269,32	0,00
012	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	SIM		0,00
014	REC.FS DEST.EDUC.PUB.,PRIOR.EDUC.BAS.ESAÚDE	SIM	13.972,45	13.972,45
034	DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	SIM	0,00	54.835,81
050	RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES DA UO	NAO	728.800,72	1.896.510,37
056	BENEFÍCIOS DO RPPS DA UNIAO	SIM	0,00	
081	CONVÊNIOS	NAO	11,68	446.010,96
133	EDUCAÇÃO BÁSICA, VEDADO PGTO DESP.COM PESSOAL	SIM	3.547,48	493,30
444	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	SIM	49.167,30	105.398,63
490	RECURSOS A CLASSIFICAR	NAO	0,00	
491	RECURSOS DIVERSOS	NAO	12.450,55	11.792,01

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 33 - Limite de Saque por vinculação de Pagamento

Mês Lançamento		DEZ/2024
Conta Contábil		111122001
		= LIMITE DE S
Vinculação Pagamento		Saldo - R$ (Conta Contábil)
308	CONTRIBUIÇÃO PREVIDÊNCIA FECHADA	0,00
310	PAGAMENTO PESSOAL	0,00
350	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	5.386,36
400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	938.577,73
405	CUSTEIO/INVEST.-EMENDAS INDIVIDUAIS - RP6	63.887,46
409	EMENDAS RESULTADO EOF - 9	0,00
410	CUST/INV-EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA RP7	3.417,10
422	AUXÍLIO FUNERAL - CUSTEIO -RESUL.PRIM 1 E4	0,00
499	PAG.DE DESPESA OBRIGATÓRIA- RESUL.PRIM=1	2.558,35
500	CUSTEIO E INVESTIMENTO	200,83
510	FOLHA - CUSTEIO OBRIGATÓRIO - RESUL.PRIM.=1	0,00
514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONÁRIO - RESUL.PRIM=2	3.343,60
987	DEVOLUÇÃO DE DESPESA	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

11.6.1. . Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável *(impairment).*

Em 31/12/2024, o Órgão Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R$ 1.727.031,92 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível:

Quadro 34 - Intangível – Composição

UG Executora Conta Contábil		Mês lançamento	Dezembro/2024
		Saldo – R$ (Conta Contábil)	
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA *CAMPUS* JAGUARI	Software com Vida Útil Definida	84.556,15
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA *CAMPUS* JAGUARI	Amortização Acumulada	(41.697,19)
155081	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SANTO ANGELO	Software com Vida Útil Definida	8.542,81
155081	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SANTO ANGELO	Amortização Acumulada	(1.564,08)
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FARROUPILHA	Software com Vida Útil Definida	742.162,00
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FARROUPILHA	Amortização Acumulada	(98.132,34)
158266	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SANTO AUGUSTO	Software com Vida Útil Definida	136.385,79
158266	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SANTO AUGUSTO	Amortização Acumulada	(92.098,82)
158267	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* DE ALEGRETE	Software com Vida Útil Definida	17.300,00
158267	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* DE ALEGRETE	Software com Vida Útil Definida	13.516,00
158268	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SAO VICENTE SUL	Software com Vida Útil Indefinida	325.353,00
158268	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SAO VICENTE SUL	Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	3.492,28

UG Executora Conta Contábil		Mês lançamento	Dezembro/2024
		Saldo – R$ (Conta Contábil)	
158268	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* SAO VICENTE SUL	Amortização Acumulada	(12.540,32)
158269	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* JULIO CASTILHOS	Software com Vida Útil Definida	58.781,00
158269	INST.FED.FARROUPILHA/*CAMPUS* JULIO CASTILHOS	Amortização Acumulada	(47.025,40)
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH *CAMPUS* SAO BORJA	Software com Vida Útil Definida	92.600,95
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH *CAMPUS* SAO BORJA	Amortização Acumulada	(26.092,54)
158504	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH *CAMPUS* SANTA ROSA	Software com Vida Útil Definida	171.365,72
158504	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH *CAMPUS* SANTA ROSA	Amortização Acumulada	(137.073,64)
158505	INST.FED.FARROUPILHA *CAMPUS* PANAMBI	Software com Vida Útil Definida	76.468,50
158505	INST.FED.FARROUPILHA *CAMPUS* PANAMBI	Amortização Acumulada	(61.025,40)

Fonte: Tesouro Gerencial

11.6.2. Fornecedores e Contas a Pagar

O quadro a seguir apresenta os dez maiores saldos a pagar para fornecedores.

Quadro 35 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor

Métrica		Saldo - R$ (Conta Contábil – Curto Prazo)			
05318854000134	BAR E RESTAURANTE BLANCO LTDA	30.288,60	30.288,60	0,00	0,00
08735676000135	CADONA E LUNARDI LTDA	71.291,73	71.291,73	1.537,00	1.537,00
10330342000123	CONSTRAP LTDA	30.004,25	30.004,25	30.004,25	30.004,25
03886224000130	DELCI DE ALMEIDA GOULART	17.985,60	17.985,60	5.384,00	5.384,00
21807865000134	HURGE EMPREITEIRA LTDA	87.804,00	87.804,00	87.804,00	87.804,00
05005583000167	JVS TRANSPORTE E TURISMO LTDA	24.734,80	24.734,80	0,00	0,00
02347024000147	MEZAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	59.157,69	59.157,69	59.157,69	59.157,69

Métrica		Saldo - R$ (Conta Contábil – Curto Prazo)			
09223858000190	NP CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	268.649,75	268.649,75	268.649,75	268.649,75
82708967000197	PROJECAO CONSTRUCOES E PRE-MOLDADOS LTDA FALIDO	60.419,14	60.419,14	60.419,14	60.419,14
06205427000102	SULCLEAN SERVICOS LTDA	46.481,69	46.481,69	121.712,98	121.712,98
Total		846.400,19	846.400,19	1.639.430,68	1.639.430,68

Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro a seguir demonstra a composição do saldo de contas a pagar, que na sua totalidade correspondem a compromissos de curto prazo.

Quadro 36 - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição - UG

Métrica	Saldo - R$ (Conta Contábil)	
Conta Contábil	014/2024	014/2023
Curto Prazo	846.400,19	1.639.430,68
Nacionais	846.400,19	1.639.430,68
Total	846.400,19	1.639.430,68

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 11 - Balanço Patrimonial – Página 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST FED DE EDUC ,CIENC E TEC FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2024	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
05/02/2025	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	**44.892.072,12**	**38.298.272,10**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**107.215.319,59**	**112.883.721,37**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**36.152.490,68**	**30.040.670,92**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo**	**41.223.960,23**	**65.323.797,96**
Créditos a Curto Prazo	**7.507.370,76**	**6.562.158,71**	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	7.507.370,76	6.562.158,71	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**846.400,19**	**1.639.430,68**
Demais Créditos e Valores	7.507.370,76	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**50,63**	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo		-	**Transferências Fiscais a Curto Prazo**	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	**Provisões a Curto Prazo**	-	-
Estoques	**1.190.652,78**	**1.691.218,56**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**65.144.908,54**	**45.920.492,73**
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	**41.557,90**	**4.223,91**			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**373.049.177,25**	**368.321.892,38**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	**1.117,63**	**1.117,63**	**Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**	-	-
Demais Créditos e Valores	1.117,63	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo		-	**Transferências Fiscais a Longo Prazo**	-	-
Estoques	-	-	**Provisões a Longo Prazo**	-	-
Investimentos	**4.434,74**	**4.434,74**	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	-	-
Participações Permanentes	-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**107.215.319,59**	**112.883.721,37**
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Propriedades para Investimento	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	**Patrimônio Social e Capital Social**	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	**Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Reservas de Capital**	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	**Reservas de Lucros**	-	-
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	**Demais Reservas**	**98.542.609,93**	**101.395.507,89**
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	**Resultados Acumulados**	**212.183.319,85**	**192.340.935,22**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultado do Exercício	-27.553.172,20	-30.144.880,22
Imobilizado	**371.830.350,41**	**367.126.970,63**	Resultados de Exercícios Anteriores	199.831.178,08	222.426.111,46
Bens Móveis	45.200.420,65	44.384.400,12	Ajustes de Exercícios Anteriores	39.905.313,97	59.683,98
Bens Móveis	110.874.243,60	108.303.528,60	**(-) Ações / Cotas em Tesouraria**	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-65.660.892,70	-63.926.198,23	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**310.725.929,78**	**293.736.443,11**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-12.930,25	-12.930,25			
Bens Imóveis	326.629.929,76	322.762.570,51			
Bens Imóveis	327.810.730,33	323.888.361,71			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.180.800,57	-1.125.791,20			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	**1.213.274,47**	**1.189.369,38**			
Softwares	1.209.782,19	1.185.877,10			

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 12 - Balanço Patrimonial - Página 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2024
PERIODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	05/02/2025
PAGINA	2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Softwares	1.727.031,92	1.703.126,83			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-517.249,73	-517.249,73			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	**417.941.249,37**	**406.620.164,48**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**417.941.249,37**	**406.620.164,48**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	**36.152.490,68**	**30.040.670,92**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**69.733.216,80**	**53.834.297,87**
ATIVO PERMANENTE	**381.788.758,69**	**376.579.493,56**	**PASSIVO PERMANENTE**	**66.516.259,49**	**79.077.431,63**
			SALDO PATRIMONIAL	**281.691.773,08**	**273.708.434,98**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**68.266.968,96**	**25.968.974,27**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**15.506.120,14**	**11.818.260,36**
Atos Potenciais Ativos	68.266.968,96	25.968.974,27	Atos Potenciais Passivos	15.506.120,14	11.818.260,36
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	68.249.711,09	25.951.716,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	782.524,04	218.692,77
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	14.723.596,10	11.599.567,59
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	**68.266.968,96**	**25.968.974,27**	**TOTAL**	**15.506.120,14**	**11.818.260,36**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	**-26.447.227,41**

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 13 - Balanço Patrimonial - Página 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2024	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	**PAGINA**
05/02/2025	3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Vinculados	**-7.133.498,71**
Educação	-7.134.084,17
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-127.829,68
Fundos, Órgãos e Programas	128.415,14
TOTAL	**-33.580.726,12**

Fonte: Tesouro Gerencial

11.7. Balanço Financeiro

.O Balanço Financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos nele contidos são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

11.7.1. Análise Horizontal

a) Quanto aos ingressos:

Foi observado no período comparativo de 2023 e 2024 um decréscimo de 31,18% (R$ 505.454,84) nas Receitas Orçamentárias. Não houve Receitas Orçamentárias, e as Receitas Vinculadas diminuíram em 9,24%.

b) Quanto aos dispêndios:

Observou-se um aumento nas despesas orçamentárias em 8,37% (R$ 33.209.421,18). Nesse contexto, as despesas orçamentárias ordinárias aumentaram em 9,59%, e as vinculadas diminuíram em 3,045%.

Os pagamentos extraorçamentários aumentaram em 17,32% (R$ 7.692.855,95), totalizando R$ 5.091.907,08.

11.7.2. Análise Vertical

a) Quanto aos ingressos:

As receitas orçamentárias representam 1,95% do total dos ingressos. Já as Transferências Financeiras Recebidas representam 82,41% dos ingressos, e as receitas extraorçamentários representam 12,11% desse total. Há ainda um saldo do exercício anterior que é de 5,27% dos ingressos (Caixa e equivalente de Caixa originário do exercício 2023).

b) Quanto aos dispêndios:

As despesas orçamentárias representam 75% do total dos dispêndios. As despesas orçamentárias ordinárias representam 69% do total dos dispêndios e 91,38% do total das despesas orçamentárias.

Quanto aos pagamentos extraordinários estes representam 9,13% do total dos dispêndios.

Figura 14 - Balanço Financeiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO	2024
PERIODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	05/02/2025
PAGINA	1

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	**1.115.314,35**	**1.620.769,19**	**Despesas Orçamentárias**	**429.538.242,31**	**396.328.821,13**
Ordinárias	-	-	**Ordinárias**	**392.536.031,42**	**358.164.320,72**
Vinculadas	**1.473.769,90**	**1.623.973,48**	**Vinculadas**	**37.002.210,89**	**38.164.500,41**
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	12.331.332,13	3.057.664,57
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.473.760,90	1.623.973,48	Seguridade Social (Exceto Previdência)	259.344,19	20.105.126,32
Recursos Não Classificados	9,00		Previdência Social (RPPS)	23.340.171,20	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-358.455,55**	**-3.204,29**	Dívida Pública		12.126.007,11
			Recursos Vinculados a Fundos, Órgaos e Programas	1.071.363,37	2.875.702,41
Transferências Financeiras Recebidas	**470.017.050,16**	**447.463.144,29**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**52.494.128,74**	**57.134.319,74**
Resultantes da Execução Orçamentária	432.889.750,10	412.039.022,41	Resultantes da Execução Orçamentária	38.888.579,42	40.977.896,76
Repasse Recebido	394.003.313,49	371.326.112,07	Repasse Concedido	2.142,81	264.986,42
Sub-repasse Recebido	38.886.436,61	40.712.910,34	Sub-repasse Concedido	38.886.436,61	40.712.910,34
Independentes da Execução Orçamentária	37.127.300,06	35.424.121,88	Independentes da Execução Orçamentária	13.605.549,32	16.156.422,98
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	31.566.336,01	34.010.714,26	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.446.154,94	16.053.083,76
Demais Transferências Recebidas		36.243,83	Movimento de Saldos Patrimoniais	159.394,38	103.339,22
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.560.964,05	1.377.163,79	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	**69.103.733,38**	**52.328.214,96**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**52.091.907,08**	**44.399.051,13**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	30.880.474,57	33.495.909,48	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	33.507.771,63	25.770.782,78
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	28.070.757,20	18.308.141,48	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.080.950,86	17.812.893,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.993.107,23	420.824,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	501.334,62	422.798,63
Outros Recebimentos Extraorçamentários	159.394,38	103.339,22	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.849,97	392.596,23
Arrecadação de Outra Unidade	159.394,38	103.339,22	Demais Pagamentos	1.849,97	392.596,23
Saldo do Exercício Anterior	**30.040.670,92**	**26.490.734,48**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**36.152.490,68**	**30.040.670,92**
Caixa e Equivalentes de Caixa	30.040.670,92	26.490.734,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.152.490,68	30.040.670,92
TOTAL	**570.276.768,81**	**527.902.862,92**	**TOTAL**	**570.276.768,81**	**527.902.862,92**

Fonte: Tesouro Gerencial

11.8. Demonstração de Fluxo de Caixa

a) Ingressos

Quanto aos ingressos, destaca-se a relação das Receitas de Serviços (R$ 272.338,10) no tempo transcorrido, comparando os exercícios de 2023 e 2024, houve um decréscimo nesse saldo de 65,24%. Outros Ingressos Operacionais representam 99,76% dos ingressos e teve uma evolução positiva de R$ 32.182.243,48, representando em percentual um aumento de 7,18%.

b) Desembolsos

Os desembolsos totais tiveram um aumento monetário de R$ 35.629.717,49, representando uma evolução aumentativa de 7,59% no período analisado.

Os desembolsos com Pessoal e Encargos Sociais também aumentaram, em moeda R$ 37.713.649,24, percentualmente em 10,30% neste período comparativo 2023-2024.

Figura 15 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Página 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	PERIODO
2024	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSAO	PAGINA
05/02/2025	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**12.061.751,47**	**16.014.680,32**
INGRESSOS	**481.284.866,12**	**449.608.077,48**
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	**150.321,61**	**182.154,82**
Receita Agropecuária	**671.991,41**	**149.187,33**
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	**272.338,10**	**783.578,60**
Remuneração das Disponibilidades	**0,01**	**0,01**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**20.663,22**	**57.637,47**
Transferências Recebidas	-	**448.210,96**
Intergovernamentais	-	448.210,96
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	448.210,96
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	**480.169.551,77**	**447.987.308,29**
Ingressos Extraorçamentários	9.993.107,23	420.824,78
Transferências Financeiras Recebidas	470.017.050,16	447.463.144,29
Arrecadação de Outra Unidade	159.394,38	103.339,22
DESEMBOLSOS	**-469.223.114,65**	**-433.593.397,16**
Pessoal e Demais Despesas	**-365.851.951,75**	**-328.138.302,51**
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-24.422.507,56	-23.240.403,47
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-341.363.129,61	-304.859.070,86
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-2.314,58	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-64.000,00	-
Indústria	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 16 - Demonstração do Fluxo de Caixa - Página 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 05/02/2025	PAGINA 2
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2024	2023
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-38.828,18
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-50.373.849,57**	**-47.505.380,05**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-50.373.849,57	-47.449.954,21
Outras Transferências Concedidas	-	-55.425,84
Outros Desembolsos Operacionais	**-52.997.313,33**	**-57.949.714,60**
Dispêndios Extraorçamentários	-501.334,62	-422.798,63
Transferências Financeiras Concedidas	-52.494.128,74	-57.134.319,74
Demais Pagamentos	-1.849,97	-392.596,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-5.949.931,71**	**-12.464.743,88**
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	**-5.949.931,71**	**-12.464.743,88**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-5.933.159,92**	**-12.257.920,68**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	**-16.771,79**	**-206.823,20**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**6.111.819,76**	**3.549.936,44**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**30.040.670,92**	**26.490.734,48**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**36.152.490,68**	**30.040.670,92**

Fonte: Tesouro Gerencial

11.9. Demonstração das Variações Patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sobre o enfoque patrimonial e devem ser registradas seguindo o princípio da competência e da oportunidade. Em outros termos, deve ser lançada no momento da ocorrência do fato gerador, independente do seu efetivo recebimento.

As variações Patrimoniais Aumentativas tiveram acréscimo no comparativo 2023-2024 de R$ 19.668.552,59, representando um aumento de 4,27%.

Já as Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram um aumento de R$ 17.076.864,57 na comparação dos períodos analisados, o que representa um acréscimo percentual de 3,48%.

Nas Variações Patrimoniais Aumentativas, o grupo de item "Transferências e Delegações Recebidas" representa 98,23% do total das VPA.

Quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas, destaca-se o grupo de item "Pessoal e Encargos Sociais" que representa 66,21% do total das VPD.

O Resultado Patrimonial do período foi negativo em R$ 27.553.172,20, o que representa um percentual 9,46% menor em comparação ao exercício 2023.

Figura 17- Demonstração das Variações Patrimoniais - Página 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO: 2024	PERIODO: QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO: 05/02/2025	PAGINA: 1
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**479.529.312,79**	**459.860.760,20**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**1.096.277,70**	**1.115.875,36**
Venda de Mercadorias	672.646,25	150.134,94
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	423.631,45	965.740,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**11,01**	**4,81**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	11,00	4,80
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,01	0,01
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**471.041.723,24**	**449.155.697,88**
Transferências Intragovernamentais	470.017.050,16	447.463.168,74
Transferências Intergovernamentais	-	448.210,96
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.024.673,08	1.244.318,18
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**7.211.243,24**	**9.428.210,26**
Reavaliação de Ativos	5.487,00	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.208.186,93	414.517,46
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.997.569,31	9.013.692,80
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**180.057,60**	**160.971,89**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 18 - Demonstrações das variações Patrimoniais - Página 2

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 05/02/2025	PAGINA 2
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2024	2023
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	180.057,60	160.971,89
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**507.082.484,99**	**490.005.620,42**
Pessoal e Encargos	**335.757.251,41**	**303.914.862,47**
Remuneração a Pessoal	262.982.607,69	240.772.781,48
Encargos Patronais	51.887.542,87	48.776.689,28
Benefícios a Pessoal	20.874.921,34	14.353.595,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	12.179,51	11.816,60
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	**27.604.254,92**	**25.747.828,41**
Aposentadorias e Reformas	21.300.689,30	20.365.811,73
Pensões	3.102.498,61	3.056.716,49
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.201.087,01	2.325.300,19
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**59.125.975,06**	**59.324.391,24**
Uso de Material de Consumo	6.699.923,35	7.107.476,98
Serviços	49.695.650,23	45.998.695,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.730.401,48	6.218.218,29
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**46.761,67**	**85.610,23**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	45.124,09	84.655,62
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.637,58	954,61
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	**57.763.965,62**	**59.927.118,21**
Transferências Intragovernamentais	52.495.978,71	57.526.940,42
Transferências Intergovernamentais	4.691.260,00	1.861.000,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	576.726,91	539.177,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**20.434.656,17**	**35.441.040,95**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.712.205,48
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	405.048,63	51.112,19
Incorporação de Passivos	15.650.928,22	17.964.859,97

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 19 - Demonstrações das variações Patrimoniais - Página 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCICIO 2024	PERIODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO 05/02/2025	PAGINA 3
SUBTITULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2024	2023
Desincorporação de Ativos	4.378.679,32	7.712.863,31
Tributárias	**167.024,02**	**135.348,18**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.908,66	11.998,39
Contribuições	115.115,36	123.349,79
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**6.182.596,12**	**5.429.420,73**
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.899.332,09	5.136.172,57
Subvenções Econômicas	68.941,20	81.476,85
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	214.322,83	211.771,31
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**-27.553.172,20**	**-30.144.860,22**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2024	2023

Fonte: Tesouro Gerencial

12. DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA

Figura 20 - Declaração do Contador

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CHEFIA DE GABINETE DO(A) REITOR(A)

DECLARAÇÃO Nº 710 / 2025 - GRE (11.01.01.44.01)

Nº do Protocolo: 23873.001603/2025-11

Santa Maria-RS, 28 de março de 2025.

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- O sistema de controle patrimonial e de almoxarifado (SIPAC) apresenta inconsistências desde o início de sua implantação, porém, a situação se agravou devido a uma atualização para uma nova versão ocorrida em março de 2021 e também em consequência de um ataque hacker ocorrido no final de outubro de 2021. Vários chamados foram abertos junto ao suporte local do sistema, alguns foram sanados, outros ainda estão pendentes. Em virtude disso, os saldos referentes a as contas contábeis 123810100, 124810100 e 115610100 apresentam diferenças entre SIAFI e SIPAC, bem como outras contas de bens móveis. O IFFar migrará para o SIADS no decorrer do exercício de 2024.

As normas contábeis aplicadas no âmbito do IF Farroupilha, são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIUNET e o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

(Assinado digitalmente em 28/03/2025 15:51)
CICERO KLEIN SOUTO
COORDENADOR - TITULAR
CCO (11.01.01.44.21.01.02)
Matrícula: 1758705

Para verificar a autenticidade deste documento entre em **https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp** informando seu número: **710**, ano: **2025**, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **28/03/2025** e o código de verificação: **c63f48e68f**

Fonte: Sipac

INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Alameda Santiago do Chile, 195 | Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685

Santa Maria | Rio Grande do Sul

(55) 3218-9800 | iffarroupilha.edu.br